

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FABIANA SIQUEIRA SILVA

O CONGADO NA EXPERIÊNCIA ESCOLAR DA APAE DE OURO PRETO:
Um estudo de caso sobre a cultura congadeira no contexto da educação especial

Mariana

2017

FABIANA SIQUEIRA SILVA

O CONGADO NA EXPERIÊNCIA ESCOLAR DA APAE DE OURO PRETO:

Um estudo de caso sobre a cultura congadeira no contexto da educação especial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Fonseca

Instituição financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas (FAPEMIG)

Mariana

2017

S586c

Silva, Fabiana Siqueira.

O Congado na experiência escolar da APAE de Ouro Preto [manuscrito]: Um estudo de caso sobre a cultura congadeira no contexto da educação especial / Fabiana Siqueira Silva. - 2017.
167f.: color, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Fonseca.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Área de Concentração: Educação.

1. Congado. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. 4. Educação especial. I. Fonseca, Marcus Vinicius. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 376



Fabiana Siqueira Silva

**“O CONGADO NA EXPERIÊNCIA ESCOLAR DA APAE DE OURO PRETO:
um estudo de caso sobre a cultura congadeira no contexto da educação especial.”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFOP, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof. Dr. Marcus Vinicius Fonseca (Orientador)
Universidade Federal de Ouro Preto


Prof. Dr. Marco Antônio Melo Franco
Universidade Federal de Ouro Preto


Profa. Dra. Vânia de Fátima Noronha Alves
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Às minhas mães, Marias!

*À minha mãe, Maria das Graças,
que me deu o bem mais precioso, a vida.*

*À minha madrinha, Fátima Maria,
que, com seus conselhos, me auxilia na
busca de ser uma pessoa melhor.*

*À minha avó, Maria, que partiu,
mas que, por meio de seus ensinamentos
e atitudes, ainda vive em mim.
Sempre me lembro de suas palavras
que se revelam, hoje, como um som de saudade.*

Gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

Nesse processo de formação, muitos foram os que contribuíram e sinceros são meus agradecimentos:

Ao meu orientador, professor Marcus Vinícius Fonseca, pelos ensinamentos, pelas trocas, pela paciência em meio às dúvidas e dificuldades, pela confiança e serenidade e pelas ricas orientações ao longo dessa trajetória.

À Universidade Federal de Ouro Preto, às minhas professoras e aos meus professores, às funcionárias e aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação. Os ensinamentos, o apoio e a contribuição de vocês foram imprescindíveis nesse processo formativo.

À FAPEMIG, que financiou essa pesquisa. Em tempo difíceis, sei que fui privilegiada por ter tido esse incentivo.

À professora Vânia de Fátima Noronha Alves, pela receptividade na primeira conversa e no primeiro encontro, um momento de descobertas. Pelas valiosas indicações no exame de qualificação do mestrado e por ter aceito estar presente em mais um encontro, compondo minha banca de defesa.

Ao professor Marco Antônio Melo Franco, pela leitura cuidadosa do meu trabalho, por toda importantíssima contribuição no processo de qualificação. Agradeço também por estar presente nesse momento de culminância da pesquisa de mestrado.

Aos colegas e amigos que fiz durante o mestrado, agradeço imensamente pelas conversas, encontros, choros e, principalmente, pelos sorrisos e risadas. O que seria de mim sem vocês nessa árdua caminhada?

Aos funcionários da APAE de Ouro Preto, por proporcionarem minha entrada na instituição nos momentos de investigação e pela grandiosa colaboração com o desenvolvimento da pesquisa.

A todos os alunos e não alunos do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, em especial, à capitã Silvânia. Gratidão a todos os congadeiros e congadeiras pela acolhida, pelas experiências vividas, pelas trocas culturais e pelos ensinamentos valiosos.

À minha grandiosa e amorosa família, pelo apoio, pelo amor, por me “aguentarem” nos momentos de tensão e de impaciência, por entenderem minhas falhas e faltas. Sem vocês, eu não conseguiria dar um passo sequer, tampouco chegar ao final de uma caminhada.

*“É devagar, eu vou devagarinho.
É devagar, eu vou devagarinho.
Senhora do Rosário que me mostra o caminho
Senhora do Rosário que me mostra o caminho.”*

Canto congadeiro

RESUMO

O Congado é uma tradição cultural afro-brasileira que agencia as práticas da negritude, preserva suas origens e rememora suas histórias e costumes. Ouro Preto se revela como um local que preserva essa manifestação e ressalta a importância dessa prática enquanto expressão cultural vivenciada na cidade. Diante de toda ambiência da cultura congadeira manifestada em Ouro Preto, me deparei com uma experiência singular, uma guarda de Congado inserida em um contexto educacional, mais precisamente em uma instituição que oferece a modalidade de educação especial, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto, prática instaurada na entidade desde o ano de 2002. A presente investigação teve como objetivo principal compreender e analisar quais os desdobramentos dessa manifestação nas práticas escolares da APAE-OP. O procedimento metodológico adotado na pesquisa foi o estudo de caso, constituído por diferentes instrumentos investigativos: análise documental, observação das atividades do Congado, entrevistas com diferentes sujeitos que permeiam a experiência e grupo focal realizado com os alunos da APAE-OP que integram a Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças. Por meio desse percurso metodológico, desvendamos diversas facetas dessa experiência, assim como os atores principais que fundamentam sua existência, e entendemos quais os desdobramentos do Congado e do ensino da cultura afro-brasileira na APAE-OP. Os resultados da pesquisa mostraram como o Congado foi inserido na APAE-OP, apesar de ter sido implantado no período relativo à discussão da aprovação e implantação da Lei n.º 10.639/2003, esta experiência está vinculada a dinâmica do Congado na cidade de Ouro Preto, sendo uma professora a principal percussora dessa prática na instituição. O referido grupo se revelou de grande importância nas manifestações do Congado na cidade, se tornando uma guarda que segue e preserva todos os preceitos dessa cultura. Essa valorização também está presente na APAE-OP, no entanto não houve apropriação pedagógica da cultura congadeira em seu espaço escolar. Os saberes vinculados ao Congado não são tratados como conhecimento, nem são firmados como conteúdo curricular da instituição. Entretanto essa guarda de Congado revelou-se singular pela maneira em que foi instituída, pelos seus desdobramentos em relação a prática religiosa. Soma-se também as inúmeras possibilidades que essa prática pode mobilizar, seja como instrumento para o ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira, como outras propostas pedagógicas.

Palavras-chave: Congado; Cultura afro-brasileira; APAE; Educação especial.

ABSTRACT

Congado is an afro-brazilian cultural tradition that organizes the practices of “negritude”, preserves its origins reminiscent of its histories and customs. Ouro Preto reveals itself as a place that preserves this manifestation and emphasizes the importance of this practice as a cultural expression experienced in the city. In front of all the ambience of the breeding culture manifested in Ouro Preto, I will come across a unique experience, a Congado guard inserted in an educational context, more precisely in an institution that offers the modality of special education, directed to students with disabilities, the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto, practice established in the institution since the year 2002. The main objective of this research was to understand the consequences of this manifestation in the APAE-OP school practices. The methodological procedure adopted in the qualitative research was the case study, permeated by different investigative instruments: documentary analysis, observation of the activities of the Congado, interviews with different subjects that permeate the experience and focus group carried out with APAE-OP students that are part of the Guarda do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças. Through this methodological path, we have uncovered several facets of this experience, as well as the main actors that support its existence, as well as understanding the unfolding of the Congado and the teaching of afro-brazilian culture in APAE-OP. The results of the survey showed how the Congado was inserted in APAE-OP, although it was implemented in the discussion period to approve and implement Law 10,639/2003, this experience is linked to the Congado dynamics in the city of Ouro Preto, being a teacher the main percussor of this practice in the institution. This group proved to be of great importance in the manifestations of Congado in the city, becoming a guard that follows and preserves all the precepts of that culture. This valuation is also present in the APAE-OP, however there was no pedagogical appropriation of the breeding culture in its school space. The knowledge linked to the Congado is not treated as knowledge, nor are they signed as curricular contents of the institution. However, this Congolese guard was singular in the manner in which it was instituted, because of its unfolding of religious practice. There are also many possibilities that this practice can mobilize, both as an instrument for the teaching of African and Afro-Brazilian culture and history, as well as other pedagogical proposals.

Keywords: Congado; Afro-Brazilian culture; APAE; Special education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier (Festa do Congado na APAE-OP, 2016)	47
Figura 2: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier (Festa do Rosário, Miguel Burnier, 2016)	47
Figura 3: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia (Festa do Reinado, Ouro Preto, 2016)	48
Figura 4: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Festa do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, 2015)	49
Figura 5: Guarda de Congado Manto Azul de Nossa Senhora Aparecida (Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, 2016)	49
Figura 6: Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia (Festa do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças 2016)	50
Figura 7: Guardas de Congado na escadaria da Igreja de Santa Efigênia (Festa do Reinado, Ouro Preto, 2017)	51
Figura 8: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças sediada pela APAE-OP (2016)	52
Figura 9: Convite para a exposição “A fé que canta e dança”	56
Figura 10: Fachada da APAE-OP (2017)	72
Figura 11: Capa do Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças	92
Figura 12: Gruta com imagem de Nossa Senhora das Graças na APAE-OP	95
Figura 13: Professora Silvânia na primeira apresentação do Grupo de Congado em comemoração à Semana do Excepcional/APAE-OP (2002)	98
Figura 14: Apresentação do Congado na APAE-OP	100
Figura 15: Bênção do Congado (2003)	103
Figura 16: Convite da festa primeira festa do Congado na APAE-OP (19 de novembro de 2006)	105
Figura 17: Convite enviado a guarda de Congado	106
Figura 18: Convite para entrega dos uniformes ao Congado	108
Figura 19: Reportagem sobre a guarda de Congado criada na APAE no informativo da empresa Novelis (Ano 1, n. 3, p. 5, fev. 2008)	109
Figura 20: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (Festa do Rosário, Santo Antônio do Salto, 2015)	110
Figura 21: Integrantes do Congado da APAE durante na procissão do ofertório (Festa do Rosário, Conselheiro Lafaiete, 2016)	112
Figura 22: Aluno e congadeiro ao lado dos instrumentos após ensaio (APAE-OP, 2015)	122
Figura 23: Instrumentos da guarda utilizados na atividade (2015)	123
Figura 24: Bandeiras das santas protetoras do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (Festa do Rosário, APAE-OP, 2015)	124
Figura 25: Ornamentação da Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (APAE-OP, 2015)	125
Figura 26: Fotografias de congadeiros de Ouro Preto na ornamentação da Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (APAE-OP, 2015)	125

Figura 27: Altar com santos devocionais dos congadeiros na Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (APAE-OP, 2015)	126
Figura 28: Ornamentos da Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (APAE-OP, 2015)	126
Figura 29: Entrada da APAE-OP durante festa do Congado (2015)	127
Figura 30: Congadeiros na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (2015)	128
Figura 31: Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças ao final da celebração da missa (2015)	128
Figura 32: Congadeiros em frente à APAE-OP durante festejos do Congado (2015)	129
Figura 33: Louvor e homenagem a Nossa Senhora do Rosário (APAE-OP, 2015)	137
Figura 34: Silvânia, capitã do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (2016)	140
Figura 35: A capitã Silvânia, seu marido Edvaldo e seu neto (2016)	143
Figura 36: Neta da capitã Silvânia durante apresentação do Congado (2016)	144
Figura 37: Neta da capitã Silvânia tocando e dançando durante apresentação do Congado (2016)	144
Figura 38: Capitã Silvânia, dançando de mãos dadas com um dos alunos congadeiros na festa do Congado (2016)	149
Figura 39: Festa da Bandeira do Divino Espírito Santo e Encontro de Congados (Mariana, 2015)	151
Figura 40: Ritual do Congado (Festa do Rosário, Conselheiro Lafaiete, 2016)	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Calendário de festas do Rosário em Ouro Preto com participação dos Congados	54
Gráfico 1: Expansão das APAES no Brasil ao longo dos anos	64
Gráfico 2: Organograma da APAE-OP	74

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 O CONGADO: UMA EXPRESSÃO CULTURAL	26
1.1 Elementos constitutivos da prática congadeira	29
1.2 O Congado em Minas Gerais	34
1.3 A manifestação do Congado em Ouro Preto	38
1.4 Vivências do Congado na atual Ouro Preto	45
2 AS APAES NO BRASIL E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	57
2.1 Criação e desenvolvimento da APAE no Brasil	62
2.1.1 O movimento apaeano entre a afirmação social e mudanças no setor educacional	65
2.2 Conhecendo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto	70
2.2.2 A formação e atuação dos professores da APAE-OP	85
3 A EXPERIÊNCIA DO CONGADO NA APAE-OP	91
3.1 A religiosidade católica dentro da APAE-OP e sua relação com o Congado	93
3.2 O início do Congado na APAE-OP e seus desdobramentos entre reconhecimentos e tensões	97
3.3 Da implantação à implementação das questões étnico-raciais e do Congado enquanto prática pedagógica na APAE-OP	118
3.4 A professora, congadeira e capitã	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
FONTES DOCUMENTAIS DA APAE-OP	158
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE	165

APRESENTAÇÃO

Percorri alguns caminhos até chegar a dissertar sobre a cultura do Congado em um contexto educacional específico. Percurso que se iniciou na graduação, quando me interessei pela temática por meio do projeto de extensão PIBEX (Programa de Bolsa de Extensão) e das discussões realizadas na disciplina eletiva “Relações de Raça, de Gênero e Processos de Escolarização”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Denise Conceição das Graças Ziviani, em 2012, momento em que as relações de raça nos processos de ensino foram colocadas em pauta. Esta pesquisa gerou a monografia apresentada no ano de 2014 e intitulada *O Congado e a interface com o currículo escolar*, um trabalho constituído pela História Oral de cinco sujeitos participantes da guarda¹ de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, em Ouro Preto-MG, vinculado as discussões referentes à implementação da Lei nº. 10.639/2003 e à relação da prática congadeira com o meio escolar.

O diálogo entre a vivência do Congado e o ensino da manifestação cultural se fez por meio de questionários aplicados em uma escola da cidade de Ouro Preto, que, até então, possuía o menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do município. Assim também foi levado em consideração o fato de que a tradição congadeira estava presente no bairro onde se situa a escola, por meio dos membros da comunidade, além de ter alunos que faziam parte de algum grupo de Congado.

A hipótese que nos orientava era a de que a negação e o silenciamento da cultura vivida pelos estudantes das escolas redundariam na ausência de elementos substanciais estruturantes da identidade positiva de estudantes negros, o que, conseqüentemente, resultaria no esvaziamento de uma proposta promotora de bom desempenho dos estudantes. Mesmo diante da relevante presença do Congado na cidade e no bairro, verificamos que a vinculação da escola com a cultura local não existia. A partir dessa percepção, a ideia inicial do projeto de extensão seria a de oferecer aos professores um minicurso elaborado juntamente com os congadeiros, a fim de pontuar alguns aspectos históricos e simbólicos do Congado em Ouro Preto, proposta que não veio a se cumprir diante da recusa dos professores, que não aceitaram participar de tal formação que seria ministrada pelos congadeiros locais, talvez por preconceito,

¹ Guardas ou Ternos são grupos baseados na cultura africana que expressam sua fé através da dança e da música. Cada grupo (Moçambique, Congo, Catopés, entre outros) possui características diferentes na forma de tocar, de vestir, na música e nas práticas ritualísticas (GOMES; PEREIRA, 2000).

por achar que o Congado não é importante ou por que não tinham compreensão do que é o Congado. Essa negativa nos fez refletir sobre a não inserção da cultura e da história africana e afro-brasileira na instituição estudada, como determina a Lei nº. 10.639/2003.

Essa proposta consistia em um instrumento para trabalhar diferentes conhecimentos aos alunos, o que poderia auxiliar na melhoria do desempenho dos mesmos e, principalmente, problematizar a situação do negro no Brasil. Consequentemente, poderia contribuir para a afirmação da identidade negra e congadeira dos estudantes que sofriam chacotas, preconceitos e opressões, devido à prática de suas manifestações religiosas e culturais, como foram revelados pelos alunos na referida investigação.

Os congadeiros entrevistados nesta pesquisa salientaram a importância de assegurar que a comunidade conheça e reconheça a história de Ouro Preto, preservando a memória para que ela seja valorizada pelas futuras gerações, mas também enfatizaram a vivência dessa manifestação na atualidade e sua valorização histórica e cultural, principalmente no meio escolar. No entanto, apesar desse desejo da comunidade, os professores rejeitaram a proposta de um curso que trataria dessas questões.

Desde então, percebi que o Congado revela a religiosidade e a transmissão de saberes não só sobre os conhecimentos simbólicos e históricos referentes à tradição, mas também na construção e manutenção do sentimento de pertencimento da cultura local. Diante de várias questões evidenciadas nesta investigação, vi a necessidade de aprofundar este estudo devido à riqueza de elementos e significados que envolvem o Congado e a educação, sendo uma tradição que contém processos educativos.

Adquiri, durante o curso de Licenciatura em Geografia, a consciência da importância de nos reconhecermos como parte da história produzida no local em que vivemos e fui percebendo, ao longo das experiências junto com os congadeiros, a intensidade do Congado como patrimônio cultural e religioso da cidade de Ouro Preto. Diante disso, afirmo que essas vivências influenciaram na minha escolha de continuar estudando essa temática. Esta pesquisa afetou-me profundamente, levando-me ao reconhecimento da minha condição de mulher negra, não só em relação à aparência, mas também em referência à busca da minha história.

Vale ressaltar que, ao iniciar minha graduação, meu contato com o Congado era meramente apreciativo e não reconhecia essa prática como parte da história religiosa e cultural dos negros no Brasil. Em meio ao reconhecimento e às afirmações que foram afloradas pela

experiência vivida, surgiram também as inquietações e o desejo de vislumbrar a manifestação congadeira com um novo olhar.

Na procura de conhecer mais sobre esse universo e motivada a fundamentar o conhecimento em torno da importância social do Congado é que ingressei no Mestrado em Educação. Neste papel de pesquisadora, indaguei-me: quais as possibilidades de relação entre o Congado e o espaço escolar?

Inicialmente, o projeto de pesquisa propunha compor a história dos grupos de Congados em Ouro Preto, através de relatos orais dos membros das guardas, propondo uma discussão acerca de se e como o Congado, uma cultura afro-brasileira, é visto pelas diferentes escolas de Ouro Preto. Tinha como referência as reflexões sobre a Lei nº. 10.639/2003, que determina a inserção, no currículo escolar, do ensino da cultura africana e afro-brasileira.

A proposta inicial, que estava permeada em diferentes apontamentos, ganhou contornos mais definidos. Em meio à reestruturação do projeto² e no processo de levantamento das experiências com o Congado travei contato a pesquisa “Histórias, estórias e memórias dos Negros do Rosário na Rota dos Diamantes da Estrada Real em Minas Gerais”, realizada pela Prof^a. Dr^a. Vânia de Fátima Noronha Alves (2002). A autora realizou um levantamento de diferentes guardas de Congado entre as cidades de Diamantina e Ouro Preto. Entre elas, encontrei referências de uma experiência dentro do contexto escolar, mais especificamente na APAE-OP (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto). Diante da particularidade desse grupo de Congado, das orientações e do contado com a professora Vânia Alves, encontro que possibilitou uma mudança em meu olhar, passei, então, a considerar uma guarda de Congado singular da cidade de Ouro Preto.

A singularidade dessa experiência está vinculada, sobretudo, no que diz respeito ao fato de reunir dois fundamentos de grande relevância no contexto educacional, as práticas culturais de origem africana e afro-brasileira e o ensino voltado para as pessoas com deficiência. A reunião desses dois elementos determinou a escolha do objeto de investigação da proposta de mestrado em educação. As questões a serem tratadas diziam, então, respeito a entender como o Congado se integrou a APAE-OP, qual o lugar da instituição nessa experiência e quais os desdobramentos dessa manifestação em suas práticas pedagógicas.

Nesta investigação, as seguintes questões guiaram estudo: como o Congado foi apropriado e como é visto pela instituição? Qual a relação do grupo com os procedimentos

² O projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo CEP/UFOP (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto).

pedagógicos vivenciados pela instituição? Como essa experiência interfere na vida dos sujeitos que participam?

Diante de tais pressupostos, o trabalho teve como objetivo geral entender o processo de apropriação pedagógica e incorporação da cultura congadeira na APAE-OP através do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças. Seu objetivo específico foi relacionar a experiência da cultura congadeira no contexto da educação especial na APAE-OP, buscando compreender como os eventos festivos do Congado foram levados a essa prática e como ela foi e está sendo apropriada pela instituição.

O Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças foi criado na APAE-OP, mas se desenvolve em diversos cenários. Contar esta história se revela de grande importância para compreender como as práticas culturais e religiosas podem se constituir em diferentes contextos. Assim, o lugar do Congado da APAE-OP e os sujeitos que o compõem fundamentam o horizonte investigativo.

Para entender o processo de apropriação pedagógica e de incorporação da cultura congadeira na APAE-OP através do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, o estudo de caso foi utilizado como referência metodológica na pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Definimos, como base, a perspectiva de Lüdke e André (1986, p. 17) que indicam a utilização do estudo de caso quando se deseja “estudar algo singular, que tenha valor em si mesmo”.

Assim, a pretensão de fazer um estudo de caso sobre esse grupo social se orientou pelo desejo de melhor compreender a particularidade da expressão cultural vivenciada pelos alunos da APAE por meio do Congado e, dessa forma, o estudo de caso caracterizou-se como um processo de pesquisa mais adequado, pois preza pela singularidade encontrada. No entanto vale situar que há muito da pesquisa etnográfica nesse estudo, uma vez que as experiências e as vivências com o grupo investigado, foi imprescindível para entender a cultura e o comportamento dos sujeitos da pesquisa.

Segundo Malinowski (1984) a etnografia é a ciência que relata o honesto de todos os dados, mas para isso é preciso ter vigilância epistemológica, relatar de forma honesta o que é observado, apresentar o percurso da pesquisa, não só o que deu certo, mas também os sabores, os pormenores, a rotina.

Este objectivo é, resumidamente, o de compreender o ponto de vista do nativo, a sua relação com a vida, perceber a sua visão de mundo. Temos de estudar o Homem e devemos estudar o que mais profundamente o preocupa, ou seja, aquilo que o liga a vida. (Malinowski, 1984, p.36).

Nos relatos etnográficos não podemos nos distanciar daquilo que realmente acontece. Neste estudo, ao estabelecer relações, estive em pleno diálogo com o campo e com as fontes de informação, durante as observações na escola, nas viagens, nos ensaios, festividades e momentos de descontração. Em um rico campo investigativo, ter uma relação mais familiar com esse grupo de Congado, possibilitou o enriquecimento da pesquisa, pois revelou-se toda a dinâmica dessa manifestação nos mais diversos contextos. Desse modo houve um estudo profundo dos acontecimentos relacionados aos sujeitos da pesquisados, enfatizando a singularidade dessa experiência.

No entanto adotamos o estudo de caso como método de pesquisa, pois assim como afirma Stake (1995 *apud* ANDRÉ, 2005, p. 19), “o estudo de caso é o estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias”. Dessa forma, se tornou um método adequado para conhecer em profundidade todas as características de um determinado fenômeno.

Lüdke e André (1986) destacam que o estudo de caso visa à descoberta, sob diferentes pontos de vista e distintas fontes de informação, assim apontam para três métodos de coleta de dados utilizados em pesquisa qualitativa: observação, entrevista e pesquisa ou análise documental. “O pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 20).

Seguindo essa perspectiva, para conduzir o procedimento da coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: análise documental, observação e entrevistas, incluindo também o grupo focal. O uso de variadas fontes de informação, sob diferentes contextos e vozes, possibilitou um cruzamento de informações referentes ao grupo, além de representar os diferentes olhares presentes na situação descrita sobre o Congado na APAE-OP.

Na fase exploratória da análise documental foram reunidos os seguintes materiais institucionais: *Livro de Ata da Assembleia de Constituição, Estatuto, Regimento Interno da Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani, Projeto Político Pedagógico, Plano de Desenvolvimento Individual, Plano de Ação, Relatórios de Atividades e Propostas pedagógicas socioeducativas*. Ao investigar a criação do Congado na APAE-OP, incluiu-se também, na pesquisa documental, a análise do *Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças*, caracterizado como um documento do *tipo pessoal*, por se apresentar como uma das formas de produção de um dos sujeitos da pesquisa, e que revelou aspectos de grande relevância para o entendimento dessa manifestação.

Com estes materiais foi possível realizar um levantamento sobre a instituição, reunindo aspectos ligados à trajetória, estrutura, ao público atendido e às concepções pedagógicas no atendimento às pessoas com deficiência. Além de caracterizar a instituição estudada, as fontes documentais se tornaram um subsídio para entender como a temática do Congado se faz ou poderia estar presente nas ações da instituição.

Simultaneamente à leitura dos documentos, houve, então, o momento de ir a campo, iniciando o acompanhamento e observação do grupo e sua participação no Congado. Acompanhei diferentes experiências vinculadas ao grupo. Foram nove eventos, entre viagens, ensaios e festividades em Ouro Preto e em cidades vizinhas, momentos que me colocaram em contato e interação com a guarda.

A observação destas ações possibilitou o entendimento das relações entre os diferentes sujeitos que compõem a guarda de Congado estudada, além de propiciar uma certa familiaridade com o grupo, sucedendo na desinibição dos congadeiros investigados, seja nas observações quanto nos processos narrativos. Foi um encontro com diferentes experiências, em variados contextos, que possibilitou um melhor entendimento das práticas e da dinamicidade presentes nessa manifestação, e permitiu leituras e outros olhares sobre essa experiência, o que direcionou os percursos da pesquisa.

Durante os rituais de iniciação com as orações do Pai Nosso e da Ave Maria, permaneci ao lado deles observando. Em certo momento, a professora e capitã Silvânia Aparecida dos Santos Borges, que criou o Congado estudado, circulou a bandeira envolta de seu corpo, me chamou e estendeu a bandeira em minha direção. Então, fiz como os demais e beijei a bandeira. Esse ato de beijar a bandeira da padroeira do Congado é carregado de simbologia e significação, é um pedido de benção aos congadeiros e uma forma de reverenciar os santos devocionais. Nesse momento, indaguei se eu, como pesquisadora, precisaria “marcar a diferença”. No entanto, isso me fez perceber também que Silvânia havia depositado, em mim, certa confiança ao me presentear com lembranças das festas, com terço e camisa do Congado. Segundo a capitã seria essa uma maneira de mostrar que eu já fazia parte do grupo e foi assim que me senti. Hoje ao ver e vivenciar as festas do Rosário, ao ouvir o batuque das caixas, o som da voz dos congadeiros, ao presenciar as danças e performances características, outro significado foi efetivado, não mais como apenas espectadora, mas como pertencente a história e a cultura do povo negro.

Como Vívian Parreira da Silva (2011, p. 142) destaca em sua dissertação de mestrado, intitulada *Do chocalho ao bastão: processos educativos do terno de Congado*

Marinheiro de São Benedito – Uberlândia-MG: “A confiança falada ou sentida e vivida está nas rodas de conversa, nas falas das colaboradoras e dos colaboradores, em minha relação com essas pessoas”. Assim aconteceu minha aceitação pela guarda estudada, e essa foi uma condição importante para que ambas as partes pudessem aprender e ensinar. Na pesquisa em Educação, se prevê a ampliação do conhecimento científico e se questiona de que maneira esse saber possa impactar na realidade atual, a partir daquele instante, percebi que a pesquisa já havia impactado em mim, diante do que eu havia vivenciado até aquele momento.

Juntamente com a observação e as anotações, inserimos, no registro dos dados, o uso de fotografias para dar a noção de visual, como um quadro em que se revelam as vivências, os sujeitos, os ambientes e os cenários em que o Congado investigado se faz presente. Nesse contexto, as imagens contribuem para um melhor entendimento da experiência, se constituindo como uma linguagem visível que revela a vivência dessa guarda. A fotografia foi utilizada como registro, tendo como objetivo principal traduzir em imagens alguns momentos que marcaram e demarcaram a experiência do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças.

A observação foi um recurso imprescindível para entender como ocorrem as práticas religiosas, festivas e educativas da guarda de Congado da APAE-OP, sendo também de extrema relevância para indicar os caminhos e questionamentos a serem evidenciados na realização das entrevistas.

Outro procedimento metodológico utilizado foram as entrevistas semiestruturadas. Para Lüdcke e André (1986), a entrevista se configura como um dos instrumentos substanciais para a coleta de dados sobre a ótica da pesquisa qualitativa vinculada às Ciências Sociais, tendo uma importante atribuição não só no campo científico, mas em outras áreas constituídas pelas relações humanas.

O uso das entrevistas e da oralidade se torna um instrumento de grande relevância para a representação da história contada. A intenção é colocar, no texto, impressões que legitimam nossa aproximação com a realidade vivenciada por esses sujeitos. Nesse sentido, “a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com alguns sujeitos que compõem ou que, de alguma forma, podiam interferir na prática do Congado na APAE-OP. Entre elas, a professora Silvânia, que criou a Guarda na instituição em 2002 e é a principal responsável pelos desdobramentos do grupo enquanto prática cultural e religiosa, tendo se tornado, por isso, capitã

deste Congado. Assim, lidera e rege todas as ações do grupo. Silvânia tem 51 anos de idade e nasceu em Ouro Preto, tem três filhos e três netos, revelou ser católica e se considera “afrodescendente”. Sua formação inicial é advinda do Magistério e atuou na APAE-OP desde 1998. Formou-se em Pedagogia, em 2014, e, no ano seguinte, fez Pós-graduação em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual e Múltipla. Após se aposentar, na Secretária do Estado de Minas Gerais, saiu da instituição em 2016, mas ingressou em uma escola regular, como professora de apoio de um aluno com autismo. No ano de 2017, retornou à APAE-OP como professora contratada. Esses fatos interferem nas práticas do Congado dentro da instituição.

Com o intuito de compreender como é pensada a estratégia pedagógica da instituição, como o Congado se insere na APAE-OP e qual o vínculo entre essas duas organizações, entrevistei alguns profissionais da instituição, como a coordenadora pedagógica e quatro docentes. Tive, como critério de escolha, aqueles que trabalhavam na instituição desde o período que antecedeu a instauração do Congado, ou seja, esses profissionais atuam na APAE-OP há mais de 14 anos. Entre eles, tínhamos a pedagoga, Helena, 50 anos, parda, atuante na instituição há 21 anos e que trabalha como coordenadora pedagógica do local desde 2006. Outra entrevistada foi a professora Ana, 52 anos, que se considera negra e trabalha na APAE-OP desde 1997. Atualmente, leciona todas as disciplinas acadêmicas na turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos). A professora Luiza, 53 anos, negra, está na instituição há 14 anos e leciona todas as disciplinas acadêmicas em uma turma de EJA, nas Séries Iniciais. A docente Joana tem 49 anos, se revelou branca e começou a trabalhar na APAE-OP há 19 anos como regente de turma. Atualmente, coordena a Oficina de Informática para todos os alunos. Outra profissional entrevistada foi a professora Isabel, 48 anos, que se considera parda e atua na instituição há 17 anos como professora de Educação Física.

Para acolher a fala de alunos da APAE-OP que participam do Congado, utilizei o grupo focal como técnica de pesquisa para entender o que tem mobilizado esses congadeiros. O elemento norteador do grupo focal foi fazer com que eles revelassem aspectos sobre sua participação no Congado fundado na instituição em que estudam.

Segundo Gatti (2005, p. 9), o grupo focal é uma técnica utilizada em pesquisa de caráter qualitativo, em que é formado um grupo de pessoas escolhidas pelo pesquisador para evidenciar e oferecer oportunidades aos indivíduos de se expressar pautada na experiência da vida acadêmica, profissional ou pessoal, e tem, como pressuposto, o “interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”.

Para selecionar os participantes, Gatti (2005) evidencia que é preciso que eles possuam características comuns entre si, além de atentar para que tenham, também, uma vivência com a dimensão a ser discutida. Nesse sentido, os grupos focais facilitam a interação entre os participantes, auxiliando na argumentação ao comentar e discutir determinado assunto.

Dessa forma, houve a elaboração de um roteiro de perguntas semiestruturadas³, buscando compreender como os mesmos foram inseridos nesta manifestação, qual o significado dado ao Congado e às suas práticas, e o que tem os mobilizado nessa experiência. O grupo focal foi realizado com seis alunos congadeiros. Francisco, o 2º capitão do Congado, Vicente, Maria e João, que participam do Congado desde sua criação, e Antônio e José, que adentraram a guarda há mais de cinco anos. Francisco tinha 36 anos de idade, Vicente contou que tinha 16 anos, e João tinha 29 anos. Os demais não souberam responder qual idade tinham.

Importante destacar que o nome dos profissionais e dos alunos da APAE-OP entrevistados foi mantido em sigilo, assim, foram utilizadas denominações fictícias para caracterizá-los. Contrário dos demais, com o consentimento da professora Silvânia, que criou o Congado na APAE-OP, não omitimos sua identidade, por entender que sua identificação e sua trajetória, não só profissional como também pessoal, são de extrema relevância para entendermos os desdobramentos da experiência congadeira investigada⁴.

Esse trabalho se situou dentro do campo da diversidade, sobretudo, a partir do cruzamento de duas perspectivas que marcam a educação contemporânea: a educação especial e a cultura afro-brasileira. De um lado, destacam-se os estudos sobre a criação das APAES e a educação especial tal como é tratada por essas instituições assistencialistas, de outro, reflete-se sobre a prática do Congado enquanto expressão cultural. Ele se apoia nesses dois campos de estudo, sendo os conceitos de cultura congadeira e de enraizamento institucional fundamentais para o processo de conclusão das análises.

A partir dessas perspectivas, a dissertação está organizada da seguinte forma: no Capítulo 1 trabalhei com a noção de Congado como uma prática cultural do ponto de vista histórico e referente à sua presença na atualidade, destacando a força e a ambiência dessa manifestação na cidade de Ouro Preto. Essa tradição envolve saberes, histórias, ritos e práticas que ainda são rememoradas e disseminadas na atualidade como um importante representante da cultura afro-brasileira.

³ Apêndice.

⁴ Não identificamos os nomes dos alunos, mas as autorizações de divulgação de suas imagens em fotografias da guarda de Congado foram concedidas pelos pais ou representantes legais.

Para dar a dimensão da expressão cultural, vivência e dinamicidade do Congado, tomei como referência autores como Alves (2008), Lucas (2011), Martins (1997), Pereira, (2007), Batisde, (1960) e Mello e Souza (2002), que apresentam desde o contexto histórico da prática do Congado no Brasil, até os elementos constitutivos dessa manifestação que dão significado a sua prática. A partir do conceito de cultura e cultura negra de Muniz Sodré (2005), procurei também elaborar uma dimensão específica da cultura congadeira que subsiste na cidade e ganha uma dimensão de trabalho em contato com o universo escolar.

Sendo a APAE o cenário no qual o grupo investigado se constituiu, destaquei, no Capítulo 2, algumas reflexões sobre a educação especial por meio de um panorama das diferentes concepções teóricas, em que se criaram modelos específicos que possibilitam abarcar períodos históricos distintos e caracterizar o tratamento às pessoas com deficiência ao longo dos anos. Seguindo essa linha, discorremos sobre a implementação e a expansão das APAES no Brasil, a fim de entender como essas entidades filantrópicas ainda se revelam como uma importante atuação no atendimento às pessoas com deficiência, mesmo diante do discurso inclusivo instaurado nos processos educacionais. Essas concepções apoiaram-se nas reflexões de Mazzotta (2005), Figueira (2013), Glat, Plestsch e Souza Fontes (2007), Jannuzzi (2012), Jannuzzi e Caiado (2013) e Mantoan (2015), entre outros autores que discorrem sobre a educação especial nos mais diferentes contextos.

A partir da análise de documentos institucionais, realizei a caracterização da APAE de Ouro Preto com o propósito de entender sua trajetória histórica, sua missão e concepção filosófica, identificando os aspectos institucional e pedagógico que regem suas ações no atendimento às pessoas com deficiência.

Partindo do pressuposto que a cultura congadeira foi inserida na APAE-OP, no Capítulo 3, apresentei a análise dos dados adquiridos na pesquisa, descrevendo como o Congado foi apropriado pela instituição, quais os desdobramentos e contradições dessa experiência em relação ao ensino da cultura afro-brasileira, às práticas da APAE-OP e à própria cidade – discussões que foram pautadas na pesquisa de Nilma Lino Gomes (2012), que reflete sobre o processo de efetivação da Lei nº. 10.639/2003. Assim, fundamentei esse estudo por meio das concepções de implantação/implementação e enraizamento institucional da cultura congadeira na APAE-OP. Esse grupo provocou impactos em seus atores principais e, por isso, destaquei também as vivências de Silvânia, enquanto professora e capitã congadeira, para evidenciar a singularidade dessa experiência cultural enquanto prática educativa e religiosa.

Por fim, apresentei as sínteses da pesquisa nas considerações finais e destaquei os desdobramentos e a relevância dessa manifestação. Evidenciei o enriquecimento dessa pesquisa para minha formação acadêmica e pessoal, com a finalização de mais um ciclo em que foi possível aprender, conhecer e experienciar, e que me possibilitou, ainda, pensar a educação para além da instrução, pois abriu meu olhar para novos e diferentes saberes.

1 O CONGADO: UMA EXPRESSÃO CULTURAL

O Congado se constitui como uma fonte fundamental da cultura, da história e da religiosidade negra. Também conhecida como Congo ou Congada⁵, a prática congadeira é uma manifestação cultural de cunho religioso que se originou a partir do sincretismo⁶ de religiões africanas advindas de regiões habitadas pelo povo banto⁷, com a prática da coroação de Reis e Rainhas e a devoção às divindades Zambi e Calunga⁸. Essas foram as bases referenciais que enraizaram as culturas e religiões de matrizes africanas no Brasil, e, assim, o Congado se revelou entre o cristianismo e a africanidade banto, por meio das devoções a santos negros. As raízes indígenas também se encontram nessa manifestação, há, portanto, um cruzamento cultural de diferentes tradições. Dessa maneira, o Congado se apresenta com elementos simbólicos e expressões religiosas particulares incorporados a sociedade e a cultura brasileira (PEREIRA, 2007; BASTIDE, 1960).

Diante disso, adoto o conceito de cultura por Muniz Sodré (2005, p. 37) que assinala: “Cultura é o modo de relacionamento humano com o real”. O processo cultural, segundo o autor, ocorre por meio de um jogo de luta por espaços de representações entre o sentido e o real. O sentido está ligado à condição, sem haver premissas que determinem sua existência. O real foge das determinações absolutas, relaciona-se ao que se apresenta como único e singular.

Cultura não é o mesmo que movimento de inconsciente, porque não é metáfora de uma recuperação daquilo que foi esquecido pelo modo de representação dominante, seja na ciência ou no pensamento comum. Cultura é a metáfora do movimento do sentido, não entendido como verdade mística do além ou oculta em profundidades a serem sondadas, mas como busca de relacionamento com o real, lugar de extermínio do princípio de identidade. É o que implica experiência de limites, vazios do sujeito, aquilo que, retraindo-se à maneira do segredo e provocando ao modo do desafio, atrai para outras condições, para a singularidade misteriosa do real (SODRÉ, 2005, p. 41).

⁵ A definição de *Reinado* consiste na coroação de reis, sendo, assim, um dos componentes do Congado. Os Reis Congos são relacionados às atividades sagradas e se tornam aqueles que ocupam o lugar de sábios dentro do grupo, se configurando como “o pai que conta histórias, a avó que sabe rezas, o homem ou a mulher faz falas” (PEREIRA, 2007, p. 107).

⁶ Essa discussão tem sido aprofundada por Soares (2016). A autora destaca que a cultura dominante traz esse conceito de certa forma para situar as culturas não hegemônicas, no entanto enfatiza que as culturas dominantes também sincretizam, assim ela avança na discussão sobre o sincretismo.

⁷ Os grupos bantos são provenientes dos países africanos: Angola, Camarões, Moçambique e Congo (PEREIRA, 2007).

⁸ Entre o povo banto, Zambi representa o Deus Congo mais importante e Calunga simboliza o mar (PEREIRA, 2007).

Para Sodré (2005), cultura implica no esvaziamento do sujeito como indivíduo particular em detrimento do vínculo com o grupo social, em suas trocas e atos simbólicos. O conceito de cultura apresentado se sobrepõe às concepções ideológicas, nas quais se impõem a universalização das verdades em contraposição ao sentido. Como movimento do jogo, sem haver certezas e determinações (somente aquelas ligadas a um dado espaço e período histórico), a cultura consiste no modo de se relacionar com o real, sem imposição de normas e designação de um campo definido e obrigatório.

Nesse contexto, Sodré (2005) enfatiza a cultura negra gerida mediante resistência à escravidão, ao processo de discriminação e de preconceito sofridos pelo povo negro. Os costumes, a religiosidade e as práticas se opuseram a toda dominação sofrida ao longo da história. Jogando com as “ambiguidades do sistema”, os negros passaram, então, a contribuir para a configuração da cultura brasileira, sob diferentes âmbitos e cenários. A cultura negra, no Brasil, originou-se “tanto de formas originárias quanto dos vazios suscitados pelos limites da ordem ideológica vigente” (SODRÉ, 2005, p. 93).

A cultura negra é um lugar forte de diferença e de sedução na formação social brasileira. No ritual – essa estratégia das aparências –, os gestos, os cantos, o ritmo, a dança, as comidas, todos os elementos simbólicos encadeiam-se sem relações de causa e efeito (não há um significado determinante), mas por contiguidade, por contato concreto e instantâneo (SODRÉ, 2005, p. 135).

A partir das colocações de Sodré (2005) sobre cultura e cultura negra, elaboro uma conceituação do que é cultura congadeira. Na cultura congadeira, o que se busca é a expressão da fé, dentre a complexidade da manifestação é regida pelo o mito que envolve a coroação de reis, o canto entoado, o toque dos tambores, a dança dos corpos, os cortejos, a festa, ou seja, há a celebração a partir do que é vivido e praticado com tradições e reminiscências africanas. No Congado, não há a expressão do sujeito enquanto indivíduo em si, mas sim do corpo congadeiro que, ao trajar suas vestes, enlaçar o rosário no peito, pendurar as fitas coloridas, tocar seus instrumentos sagrados, como afirma Sodré (2005), provoca o relacionamento imediato com o real, se opondo a qualquer interesse que não seja louvar Nossa Senhora do Rosário.

Nesse jogo, há a devoção a santos católicos, mas a base são as raízes da negritude e da africanidade. Há a ritualização de um costume vivenciado pelos antepassados, mas que é ressignificado por aqueles que, de corpo presente, dão continuidade e disseminam essa manifestação. Esses fazem da cultura congadeira, não uma idealização de passado e presente, mas uma relação com o sentido, um elo intangível entre a resistência de sua origem ancestral e a devoção ao Rosário, o fundamento principal dessa manifestação cultural negra.

A manifestação congadeira se estabeleceu, assim, como uma forma do povo negro reencontrar suas origens por meio dos festejos, rememorando os sofrimentos, as lutas e a fé fervorosa em Nossa Senhora do Rosário e aos santos negros.

Sua origem remonta aos tempos coloniais, como resultado dos contatos e confrontos entre africanos, sobretudo os de origem bantu, e portugueses, sob as regras da escravidão. As narrativas históricas sobre os Congados predominantemente ressaltam a sua origem e descrevem suas performances na época colonial com base nos documentos oficiais, em especial os relacionados às irmandades do Rosário de então (à qual, os negros escravos, em geral, se vinculavam), e também através dos relatos da participação dos grupos de negros nos cortejos públicos das festas em honra a Nossa Senhora do Rosário, relatos esses gerados a partir de olhares culturalmente bastante distantes (LUCAS, 2011, p. 62).

A iniciação dos costumes de matrizes africanas se deu no Brasil com a presença de negros em irmandades leigas ou em confrarias que desempenharam um importante papel em sua integração social. As confrarias foram, segundo Sodré (2005, p. 125), um território revelado como um “pequeno espaço de liberdade” em que houve possibilidades de vivenciar práticas ritualísticas, como o canto, a dança, a música, os jogos e a religiosidade da população negra.

Os negros se organizaram em Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, iniciadas, em 1552, em Pernambuco-RE, quando jesuítas disseminaram a devoção do Rosário entre os negros. Nesse local, já acontecia a coroação de Reis e Rainhas negros entre danças e embaixadas, rituais característicos dos grupos africanos. Os negros, ao se associarem em irmandades, se integraram e aplicaram o sincretismo também no catolicismo, desencadeando o *Catolicismo Negro*. Vinculadas a Nossa Senhora do Rosário, essas confrarias floresceram no século XVIII, representaram um fator primordial na religiosidade do negro no Brasil e deram origem ao Congado (GOMES; PEREIRA, 2000).

O negro, por meio de sua integração com o espaço religioso católico, criou possibilidades de vivências da sua religiosidade e reconstituiu suas matrizes culturais com as festividades e rituais que aconteciam nas Irmandades do Rosário. Dessa maneira, imprimiam, mesmo que lentamente, elementos característicos de suas origens. Assim, “as irmandades tornaram-se um *locus* de encontro para a vivência religiosa, assumindo a religião dominante o papel principal a comandar a ressignificação das distintas tradições” (BORGES, 2005, p. 136).

As irmandades leigas garantiram aos irmãos negros uma representação social e um nível de dinamicidade de sua prática cultural. Nesse contexto, ocorreram lutas por melhores condições de sobrevivência, por auxílio na compra de alforrias, sepultamentos e assistência aos doentes, mas, acima de tudo, pela garantia de preservação de suas tradições advindas da terra

natal. Os africanos, ao se incorporarem em irmandades, “alcançariam maiores níveis de integração e aceitação na sociedade que os subjugava”, o que foi, por outro lado, uma forma dos senhores “controlar a vida dos africanos e com eles negociar” (MELLO E SOUZA, 2002, p. 163).

Em termos gerais, as Irmandades foram fundamentais para a composição de elementos constitutivos do sincretismo religioso que, hoje, se dinamiza no Brasil. Criou-se, em todo território brasileiro, as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Assim, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica impulsionava a devoção ao Rosário entre os negros, eles utilizavam esse espaço para dar “forma ao culto e à festa” (EVARISTO, 2013, p. 67), fato de grande relevância tanto na socialização entre os diferentes povos africanos que aqui viviam, quanto na realização de seus costumes e tradições, celebrados atualmente como expressões afro-brasileiras, manifestada em diferentes culturas, entre elas, o Congado.

1.1 Elementos constitutivos da prática congadeira

O Congado é uma manifestação cultural que tem como principal foco a devoção e a fé em Nossa Senhora do Rosário em uma experiência revelada como uma das tramas mais relevantes das festividades religiosas de origem negra presentes no Brasil (MARTINS, 1997).

Bastide (1960) afirma que o culto ao Rosário foi disseminado por Domingos Gusmão, que teria recebido da Virgem Maria, em uma aparição, um cordão de contas, indicando que deveria rezar no combate às seitas hereges, durante um período em que os dominicanos conduziram à África seus primeiros missionários. Outro ponto importante que teria favorecido a adoção dos negros africanos na fé na Virgem do Rosário pode estar relacionado com a associação da santa com o Orixá Ifá, por ser uma figura que se aproximara da iconografia de Nossa Senhora do Rosário, uma vez que possuía um colar de sementes de palmeira e que, durante o processo de catequização, foi comparado ao rosário presente na imagem de Nossa Senhora.

Esses fatos bem indicam que o culto de santos negros ou de Virgens negras foi, de início, imposto de fora dos africanos, como uma etapa de cristianização; e que foi considerado pelo senhor branco como um meio de controle social, um instrumento de submissão para o escravo (BASTIDE, 1960, p. 163).

De acordo com Martins (1997), a devoção à santa do Rosário pelos negros africanos teria sido estimulada depois da aparição de sua imagem no deserto de Argel, na Argélia. Com esse fato, iniciou-se, “em relação a essa divindade católica, todo um processo de reelaboração mítica, que se estende da África ao Brasil” (MARTINS, 1997, p. 49).

Por meio da disseminação dessa crença pelos jesuítas, os negros foram ingressados em irmandades cuja patrona era Nossa Senhora do Rosário, fato que favoreceu sua disseminação entre os povos africanos. Essa ação ocorreu, primeiramente, em Portugal e, em seguida, nas colônias, como o Brasil, onde várias confrarias foram criadas como o objetivo de integrar os cativos ao Cristianismo⁹.

A crença à Nossa Senhora do Rosário é revelada também por uma narrativa mítica que possui diferentes versões sobre a aparição da santa. Entre elas, algumas narrativas revelam que a santa foi vista por negros escravizados em uma gruta, ou em um rio, outras na areia, mas a que prevalece é que ela havia aparecido no mar. “Os congadeiros confirmam que, de tanto implorar a Deus, o Pai, eles foram ouvidos e Nossa Senhora foi enviada para protegê-los” (ALVES, 2008, p. 100).

Gomes e Pereira (2003, p. 19) destacam narrativas de congadeiros que, por meio da oralidade, reproduzem a vivência do Congado mineiro e revelam a essência da cultura congadeira. Ao comentar a respeito do período do cativo, Geraldo Arthur Camilo, que foi Rei Congo do Estado de Minas Gerais, conta a lenda da aparição de Nossa Senhora do Rosário:

Ninguém tinha liberdade, que era tempo de escravidão. O povo era só trabaiá. Então Nossa Senhora apareceu lá nas água. Os rico foi pra tirá ela, com banda de música, e tal; ela num quis. Quando o padre foi celebrá missa, falano palavra, ela só mexeu um mucadim mas parô. Por que Nossa Senhora não queria luxo. E foro aqueles fazendeiro com muito luxo, coisa boa pra pô ela ali dentro, aquele luxo. Ela parô. Eles pelejô, pelejô, ela ficô parada lá na água. Eles então vei embora (PEREIRA; GOMES, 2003, p. 45).

Como relatado, os fazendeiros donos de escravos chamaram os padres para tirarem aquela linda mulher do mar, rezando, cantando, mas a imagem nem se movimentava. Os negros escravizados, então, teriam pedido permissão aos seus senhores para tentarem tirar a santa das águas:

E assim o escravo foi e falô com o seu sinhô dele.
– Ah, nego, ocês tá quereno é coro! Pois se nós foi lá, com uma banda de música, primeiro nós levô o padre, fomo com tudo tão organizado e ela num saiu... Agora ocês é que vai!...

⁹ Sobre a disseminação e devoção a Nossa Senhora do Rosário, ver: Martins (1997), Bastide (1960) e Alves (2008).

E os escravo disse:

[...]

– Não, nós vamo só fazê oração lá. Se nós recebe a graça, muito bem; se nós num recebe, nós volta pra sanzala e vamo trabaíá.

E foi ele disse:

– Cês vai. Se ela num vié, caboco cês perdeu a vez, cês vai entrá é no coro (PEREIRA; GOMES, 2003, p. 46).

Com a permissão dos senhores, os escravos, em língua africana, cantaram, dançaram e rezaram ao som dos tambores. A partir desse episódio, a imagem de Nossa Senhora do Rosário começou a se mover em direção à praia.

Ah, os branco acho ruim! Quando ela parô na berada, eles tiraro ela. Com a banda de música, foguete, essas coisa. Tudo de novo. Ela ficô quetinha: pegaro ela, levô. Fizero lá uma capelinha, pôs ela lá dentro. Os nego, esses já foi ficano pra trás e acabô ino tudo pra sanzala deles.

Quando foi no oto dia, eles abriro lá a capela, cadê eça? Tinha voltado pro mesmo lugá.

[...]

Voltarô tudo pra vê: a santinha lá no meio do mar, parada.

Os negô armô a capelinha deles – cá no ponto de pobre, né? – pé de chão, otros de precata, cantano, ela veio vino, eles arranjo seu andô deles. Tudo no ponto de pobre – pôs ela no lugar lá – liga de nego humilde – e ela ficô. Aí eles fizero a igrejinha dela e ela nunca que voltô (PEREIRA; GOMES, 2003, p. 46-47).

Com o canto de lamúria, de sofrimento, de pedido, a imagem balançou até chegar ao continente. Ao ser resgatada, foi levada para a senzala, onde seu altar era um tambor, feito de madeira. Diante dele, seus devotos negros louvaram e pediram proteção a sua mãe. Nossa Senhora do Rosário se tornou a protetora dos pretos a partir desse fato narrado. Como Alves (2008, p. 109) destaca, os valores matriarcais são de extrema relevância para o delineamento do negro, que vão originar nos fundamentos do Congado “Nossa Senhora do Rosário, mãe dos negros”.

A origem da fé dos congadeiros em Nossa Senhora está, portanto, na maravilha de sua aparição e na dádiva de sua proteção. A origem da fé se encontra também na expressão primordial daqueles negros escravos que, a partir do deslumbramento, fizeram maravilha por meio dos atos musicais-coreográficos, ao motivarem o movimento da santa e sua aproximação, maravilha esta interpretada como feitiçaria pelos brancos na narrativa, o que é verificável até hoje (LUCAS, 2011, p. 64).

De acordo com o mito, ao ver e ouvir a história e o sofrimento dos negros, Nossa Senhora do Rosário chorou e, no local em que suas lágrimas caíram, nasceu uma plantação que deu pequenas frutas denominadas de contas de lágrimas. Com tais sementes foi produzido o primeiro rosário ou terço de contas, utilizado pelos congadeiros na realização de suas orações

e que são entrelaçados no peito dos mesmos em sinal de proteção. O Rosário é percebido, dessa forma, como uma arma do congadeiro (ALVES, 2008).

A presença de Nossa Senhora do Rosário é referência universal da Igreja Católica, que foi apropriada pela prática do Congado. Pode, assim, ser entendida por suas simbologias e sua representatividade como uma prática fundamentada na devoção dos congadeiros, que intervém na sociabilidade e na vida daqueles que fazem parte dessa tradição. Essa herança é conservada por meio das festas, momento em que os congadeiros revivem e preservam a cultura de seu povo, e mantêm viva a devoção a Nossa Senhora do Rosário e aos santos cultuados.

A partir dos personagens que tiraram a santa do mar, teriam sido criadas as diferentes guardas, chamadas também de ternos, grupos baseados na cultura africana que expressam sua fé através da dança e da música. Cada grupo possui suas particularidades reveladas nas vestes, nas músicas, nos batuques dos tambores, no jeito de dançar, nos rituais ou nos seus santos padroeiros. Diferenciam-se entre si de acordo com as tradições e origens. Saul Martins (1991) também nos revela uma versão da origem das guardas de Congado:

Conforme reza a tradição, partiram do *candombe* todas as guardas – é o pai de todas. Mas nasceram em diferentes épocas, não são gêmeas: *o congo* é a irmã mais velha; seguem-se as guardas de *moçambique*, de *marujo*, as demais. O Candombé é uma guarda fechada, esotérica. Não sai, exceto para tocar e cantar em casa de reis congos, durante grandes ocasiões (MARTINS, 1991, p. 58).

De acordo com Martins (1991), sete guardas compõem a família congadeira: Candombe, Congo, Moçambique, Catopés, Caboclos e Marujadas, além dos Cavaleiros de São Jorge. As guardas ou ternos são grupos de dançantes, compostos também por reis, rainhas e capitães que regem e coordenam suas ações dentro e fora dos rituais. O Candombe representa os tambores sagrados que teriam sido tocados para tirar Nossa Senhora do Rosário das águas, chamados Santana, Santaninha e Jeremias, é a guarda que faz referência aos antepassados africanos e detém o poder máximo na hierarquia dos grupos. O Congo e o Moçambique são as guardas que mais se destacam. A guarda de Congo é responsável por abrir e limpar os caminhos para os demais grupos, por isso atuam como guerreiros à frente dos cortejos, com danças saltitantes e rápidas, cantam de maneira vibrante e carregam fitas coloridas que revelam. A guarda de Moçambique tem o dever de proteger e conduzir a coroa e o reinado, por isso o moçambiqueiro é considerado o senhor da coroa, sua dança tem passos e movimentos mais lentos, o canto representa a memória dos ancestrais e o lamento dos africanos trazidos para o Brasil, o ritmo é ditado pelas caixas e gungas, instrumento amarrado nos tornozelos, representando as correntes que prendiam os escravos. Os Catopés representam os negros, já os Caboclos retratam a figura

do índio, primeiros habitantes do Brasil. A Marujada é uma guarda que representa os marinheiros e rememoram a vinda dos africanos nos navios negreiros. Junta-se a essa família a guarda dos Cavaleiros de São Jorge, o sétimo grupo que compõem o Reinado. Há também a Guarda de Vilão encontrados em algumas regiões do estado de Minas Gerais. (MARTINS, 1991; PEREIRA, 2007)

A composição das guardas se constitui com a capitania, em que os capitães das guardas são os responsáveis pela organização dentro e fora das festividades, conduzindo todos os rituais. As bandeirinhas são as crianças ou mulheres que carregam as bandeiras dos santos venerados pela guarda, e os dançantes podem ser descritos marinheiros que “marcham no embalo de Nossa Senhora”. Ainda compõem as guardas do Congado, os caixeiros e os instrumentistas, que entoam e marcam a musicalidade do grupo. Segundo Noronha (2014, p. 113), há também aqueles que servem como equipes de apoio, os que cozinham, que ajudam a organizar as festividades e as burocracias, todos eles são “filhos do Rosário”.

Os Reis Congos ou Perpétuos, por sua vez, têm como função mediar o conhecimento dentro do grupo, que apreende sobre os saberes históricos, busca conselhos cotidianos, estabelece a sintonia dentro da guarda entre as relações individuais e coletivas. Configuram-se como “o pai que conta histórias, a avó que sabe rezas, o homem ou a mulher faz falas” (PEREIRA, 2007, p. 107). Os Reis Congos sustentam as histórias dos antepassados e possuem uma busca incessante de conhecimento, ao estabelecerem uma rede entre as memórias passadas, o presente e as ações futuras a serem desempenhadas pela comunidade. Há também os Reis Festeiros, que podem mudar a cada ano, que ajudam na organização das festas e que, geralmente, cumprem algum tipo de promessa feita em honra a Nossa Senhora do Rosário.

Esses personagens dão significação ao fazer do Congado que em meio à singularidade de cada grupo, revelam a fé em Nossa Senhora do Rosário e retratam o elo existente entre os congadeiros, seja nos momentos da festa, quando agradecem, retomam o passado e seus ancestrais, ou nos momentos de dificuldade, quando pedem proteção à santa.

Em cada localidade, o Congado se apresenta de maneira peculiar, contudo, a coroação de Reis e Rainhas (Congo e Festeiros) é um ritual presente em todas as guardas. Carregado de simbologias, esse rito representa um império ou uma nação (os reis coroados). Dessa maneira, juntamente com a realização do cumprimento de promessas e a prática dos cortejos, revelam haver a união de diferentes crenças trazidas de várias tribos da África (PEREIRA, 2007).

O cortejo é um importante elemento vivenciado pelos congadeiros constituídos pelas guardas e pelas realezas que, juntos, exibem as embaixadas, que se configuram com cantos, declamações, apresentações e expressões rituais. Nesse contexto, os congadeiros reproduzem “no enredo sagrado os antigos embates dos grupos que rivalizavam antes mesmo de seu embarque no Brasil” (PEREIRA, 2007, p. 92).

Além da coroação de reis e rainhas e dos cortejos, outros rituais são característicos das festas congadeiras, como o levantamento e descida dos mastros e bandeiras, que se apresenta como um aviso do início e término das festas. A alvorada é o momento em que os congadeiros tocam seus tambores antes do nascer do Sol para pedir bênçãos para as festividades. Em meio aos festejos, também ocorre a celebração da missa conga que ocorre dentro do ritual católico, mas com a incorporação de cantos, músicas e símbolos da cultura congadeira ao ato litúrgico¹⁰.

Imbuídos de ritos africanos e devocionários de santos católicos, os congadeiros fazem das festas do Rosário um elo entre o passado e o presente, o sagrado e o profano, a memória individual e coletiva, uma expressão banto-católica dentro da cultura afro-brasileira (PEREIRA, 2007). Devido a todo complexo cultural presente em suas origens, valores e práticas, singularidades e significações, o Congado se revela como uma das principais manifestações da religiosidade popular que expressam a cultura negra no Brasil.

1.2 O Congado em Minas Gerais

Segundo Alves (2008), o Congado foi disseminado em todo país e está presente em vários Estados brasileiros, como São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais, que é vista como uma das regiões com maior atuação e fortalecimento dessa manifestação. O Congado mineiro é evidenciado como a mais fervorosa expressão dessa cultura, afirmação de identidade e fé, revelando-se como uma fonte de vida e cultura pulsante.

Conforme Gomes e Pereira (2000), em Minas Gerais, seu primeiro registro se deu através de André João Antonil, que viajou pelo Estado nos anos de 1705 a 1706. Ao escrever sobre os costumes e culturas no período colonial, Antonil relatou sobre a coroação de reis negros em festas em honra a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito no território mineiro.

¹⁰ Ver: Pereira (2007), Alves (2008) e Martins (1997).

Em Minas Gerais, as confrarias ocuparam um lugar predominante na religiosidade. Em grande número, elas concorriam entre si, no ornamento das igrejas, no acúmulo de riquezas e na detenção do poder. Assim, as irmandades leigas de Nossa Senhora do Rosário e de santos negros, como São Benedito e Santa Efigênia, foram o cenário para a inserção da cultura africana dentro das igrejas, como a coroação de reis negros e prática congadeira (BASTIDE, 1960),

De acordo com Oliveira (2008), promover o culto a santos negros favoreceria a catequização dos “homens de cor”, vinculando-os à religiosidade católica, ação que já era disseminada por Portugal na costa da África. Esse fato teve papel fundamental na aproximação dos africanos à Igreja Católica em todo Brasil, assim como em Minas Gerais.

O Congado é uma tradição muito antiga em Minas Gerais. Os estudos a respeito das confrarias religiosas informam que a prática desse ritual no espaço das irmandades fundadas por negros, remontam do século XVII. Assim, temos, como datas de fundação das primeiras irmandades negras em Minas Gerais (a maioria delas denominadas “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”): Vila do Serro (hoje Serro, 1704; Vila Rica (atual Ouro Preto); 1711. Posteriormente, mesmo nos lugares onde não se chegou a fundar tais irmandades, o Congado surgiu como associação autônoma; embora sempre vinculado, de alguma maneira, aos festejos da Igreja Católica local (SILVA, 2010, p. 20).

Os africanos cultuavam santos católicos por meio de sua associação ao Cristianismo, no entanto, consideravam suas próprias significações, sem abandonar suas crenças. Conforme Silva (2010, p. 181), a devoção a santos negros, como São Benedito e Santa Efigênia, pode ser entendida como uma forma dos negros relembrem suas origens étnicas, suas histórias e dizer “à sociedade envolvente, que eles, congadeiros, reconhecem a sua diferença e aceitam-na com orgulho – ou seja, que eles assumem sua identidade negra”.

Nesse sentido, mesmo em meio às mudanças que ocorreram com o passar dos anos, o Congado ainda é revivido tradicionalmente, guardando características específicas da cultura negra manifestada em cada localidade e se tornando parte do calendário de festas religiosas em todos os cantos do Estado mineiro.

Vânia de Fátima Noronha Alves (2012), em pesquisa realizada com diversas guardas de Congado, revela que o Congado tem, em Minas Gerais, uma notável presença das festividades do Rosário, fato que se deu em decorrência da transferência de escravos que trabalhavam em lavouras de cana de açúcar para as minas de ouro no Estado, onde os negros escravizados também se associaram às irmandades, reforçando seus costumes e tradições em terras mineiras.

Nessa pesquisa, a autora levantou algumas manifestações no Estado e revelou a força da expressão do Congado ao descrever as guardas existentes em oito cidades da Rota dos Diamantes, da Estrada Real, em Minas Gerais, entre Diamantina e Ouro Preto¹¹. Com o objetivo de identificar e analisar como esses grupos se constituem, recolheu narrativas de congadeiros representantes de variadas guardas mineiras, entendendo como esses grupos se constituíram na perspectiva histórica, cultural e religiosa.

Sendo caracterizado como uma intensa manifestação dos negros em Minas Gerais, a pesquisa também nos faz entender como os sujeitos congadeiros vivem essa tradição, revelam os laços presentes em cada grupo, seu modo de propagação dos saberes e a continuação dos costumes, além dos elementos simbólicos que constituem a experiência congadeira.

Outros pesquisadores evidenciam a importância dos Congados e/ou Reinados em Minas Gerais através de suas respectivas investigações. Juliana Corrêa (2009), na dissertação de mestrado em Antropologia Social intitulada *De reinados e de reisados: festa, vida social e experiência coletiva em Justinópolis-MG*, apresenta uma visão antropológica sobre os Reinados e Reisados ocorrentes na cidade mineira. Esse estudo nos permite observar, por meio dessas duas práticas religiosas, o congado e as folias de reis, como cada grupo estabelece os ritmos e organização da vida social e coletiva dos sujeitos participantes dessa manifestação.

Oscilando entre dois polos, o polo da cerimônia (que é o rito propriamente dito) e o polo da festividade (que é o da efervescência propriamente dita), o mecanismo festivo rompe temporariamente com os encadeamentos da estrutura social e instaura outra lógica de organização e de experiência. Assim, o ato festivo apresenta uma realidade e uma dinâmica que lhe é própria. Tal como o jogo, o lúdico, o sagrado e o imaginário pertence a uma dimensão onde imperam o imprevisível e o inelutável (CORRÊA, 2009, p. 107).

A pesquisadora destaca as particularidades desses festejos, seja nos rituais, nos instrumentos, nas danças, nas músicas, entre outros, assim como suas similaridades, que são o ponto principal dessas manifestações, ou seja, o fato de que são movidos pela fé.

Vívian Silva (2011), em sua pesquisa de mestrado em Educação intitulada *Do chocalho ao bastão: processos educativos do terno de congado marinho de São Benedito-Uberlândia-MG*, analisou e descreveu os processos educativos do Terno de Congado Marinho de São Benedito, em Uberlândia. A pesquisadora elencou aspectos que caracterizam

¹¹ Ver relatório de pesquisa entregue ao CNPq (Conselho Nacional e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Edital MCT/CNPq n.º. 14/2009 – Universal. Coordenadora da proposta: Prof.ª. Dr.ª. Vânia de Fátima Noronha Alves. Instituição: PUC-MG. Já estão disponíveis os dados do Caminho Novo e do Caminho de Sabarabuçu. Em fase de pesquisa o Caminho Velho, de Ouro Preto à Parati. Essas pesquisas referem-se ao mapeamento das guardas de Congado presentes nas cidades que perpassam a Estrada Real.

e diferenciam o respectivo terno e ainda enfatizou como a tradição congadeira pode ser de grande relevância para disseminar os saberes do povo negro, sendo assim um instrumento educativo.

Na pesquisa *Cultura afro-brasileira e educação: significados de ser criança negra e congadeira em Pedro Leopoldo-MG*, realizada no mestrado em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Cláudia Marques Oliveira (2011) buscou compreender o que é ser criança negra e congadeira. Para isso, pesquisou crianças pertencentes a duas guardas da cidade de Pedro Leopoldo, em Minas Gerais, e questionou como essas crianças se tornam pertencentes ao Congado e qual significado dado por elas a essa manifestação.

Oliveira (2011) destaca o Congado enquanto espaço educativo que auxilia na construção de uma identidade negra, fato que perpassa pelo reconhecimento e pertencimento às matrizes afro-brasileiras. Nesse sentido, reflete sobre a história da população negra na cidade e destaca a invisibilidade dessa população em Pedro Leopoldo. Salienta também a inexistência de ações voltadas para crianças em situação desprivilegiadas. Esse cenário revela o contexto em que as crianças negras vivem e, principalmente, a dificuldade encontrada pelas guardas em desenvolver sua manifestação cultural.

Dentre os diferentes estudos sobre a Comunidade dos Arturos, localizada em Contagem-MG, Karla Tereza Ocelli Costa (2013) apresentou, ao Programa de Pós-graduação em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, um estudo sobre essa comunidade, em que revelou suas histórias, práticas religiosas e culturais por meio do acompanhamento dos rituais e as festividades e vivência do cotidiano da comunidade e dos discursos dos “filhos do Rosário”. Na pesquisa denominada *Arturos, Filhos do Rosário: nas práticas sociais, uma história que se revela na Festa de Nossa Senhora do Rosário*, embasada nos estudos das práticas do lazer, a pesquisadora buscou apreender sobre como se dá as relações da comunidade com o mundo a sua volta, suas devoções e atividades festivas, e destacou o modo de viver dos Arturos em meio às festas e situações cotidianas, tendo como principal objetivo entender como as crianças participam das festas do Rosário e qual o significado dado por elas à manifestação congadeira.

Demais outras pesquisas evidenciam práticas congadeiras vivenciadas em diferentes locais do Estado de Minas Gerais, caracterizando-o como uma das regiões que mais vive e revive o Congado, conforme as tradições. Além de enaltecer as singularidades existentes entre as diversas guardas, o que possibilita realizar pesquisas com diferentes perspectivas

investigativas, revelam a identidade cultural, as heranças africanas e suas variações míticas, representativas e sociais vividas no Congado mineiro.

Portanto, a prática congadeira se apresenta de forma paradoxal, sob diversas interpretações, princípios e significados. Diante de tantas facetas em que essa manifestação se orienta, Minas Gerais aparece como o Estado de maior expressividade do Congado no Brasil.

1.3 A manifestação do Congado em Ouro Preto

Em Minas Gerais, um dos locais mais tradicionais em relação à experiência do Congado é a cidade histórica de Ouro Preto, antiga Vila Rica, a primeira cidade brasileira a ser considerada Patrimônio Cultural da Humanidade, fato que destaca a autenticidade não só de seu panorama arquitetônico, como também da experiência cultural que permeia seu território. A cidade se apresenta como uma importante porta de entrada para conhecer e reconhecer aspectos históricos da cultura brasileira.

Os negros africanos foram trazidos para Vila Rica de maneira forçada pois foram escravizados e também trouxeram consigo marcas culturais advindas de suas terras natais que foram recriadas em solo brasileiro.

Assim como no Brasil e em Minas, a manifestação do Congado em Ouro Preto tem suas origens históricas nas irmandades negras. A primeira delas fundada em 1711, no distrito de Cachoeira do Campo, ano em que Vila Rica foi elevada a povoado. Ela também foi uma das primeiras irmandades do Rosário fundadas no Estado de Minas Gerais (BORGES, 2005).

É datado de 1718 o início da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário vinculada a Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, em Vila Rica, na qual havia a associação de negros e brancos. No entanto, houve um rompimento entre os irmãos, o que fez com que os mesmos elevassem suas próprias igrejas. Assim, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos iniciou a construção de seu templo em 1730, sendo concluída em 1790, e teve como padroeira Santa Efigênia (EVARISTO, 2013).

A história contada sobre a Igreja de Santa Efigênia de Ouro Preto é que permeia a narrativa do início do Congado na cidade. O templo ficou conhecido pela história contada de Chico Rei, um rei na África que teria sido trazido para o Brasil para ser escravizado, alcançou

a liberdade e de outros negros, que, juntos, construíram o templo com o ouro da chamada Mina da Encardideira.

Embasada na história de Chico Rei, os congadeiros revelam que esse negro forro é a matriz do Congado não só em Ouro Preto, sendo também o disseminador dessa manifestação em todo o Estado mineiro. Essa famosa história é revelada em uma série de produções que fazem referência a Chico Rei de diferentes formas, como em documentários, na literatura ou no teatro (Espetáculo musical *Galanga Chico Rei*¹², com Maurício Tizumba), sempre baseados em narrativas orais, forma pela qual houve a disseminação da presença de um herói negro no período escravocrata. Assim, popularizou-se ainda mais sua história.

Chico Rei também é conhecido como Galanga, Nalanga ou Francisco da Natividade. Várias denominações foram atribuídas a esse personagem celebrado na religiosidade popular, na luta pela liberdade de um povo, na oralidade que permeou gerações. Mesmo diante da ausência de fontes documentais que comprovem sua existência, Chico Rei ainda permanece vivo em narrativas orais e nas comemorações congadeiras que celebram sua existência.

No romance escrito por Helena Moura (1997), intitulado *O ouro da liberdade*, a autora conta a história desse negro africano que foi escravizado no Brasil, mas que, mesmo aprisionado a uma sociedade repleta de preconceitos, de conflitos e tirania, fez, de suas raízes e da religiosidade, instrumentos de luta pela própria liberdade e de africanos.

Segundo Moura (1997), Chico Rei era chamado, em sua terra natal, de Nalanga. Rei da tribo Kikuyu, teria comandado seu povo com sabedoria e tinha, em seus desígnios, que Deus o havia escolhido para a missão de defendê-los em todas as circunstâncias. O povo Kikuyu tinha uma ligação especial com a natureza e com tudo o que ela poderia proporcionar. Tinham, assim, um rico conhecimento da medicina botânica, característica muito falada a respeito de Chico Rei. Também teria recriado, em terras mineiras, outros saberes, como as festas, rituais, as músicas e os toques percussionistas, práticas de sua tribo, assim como nos ritos, caso houvesse momentos de conflitos e disputas.

De acordo com a história contada por Moura (1997), de que naquela tribo algo estranho acontecia, pegadas foram encontradas na mata, essas marcas até então desconhecidas impactariam a vida dos Kikuyu e de seu rei Nalanga. A calma que antes era uma das características do líder já não mais se fazia presente, pois permanecia atento e aflito aos

¹² Teatro musical que conta a história da figura de Chico Rei e apresenta a sonoridade da cultura do Congado. Dirigido por João das Neves, com texto do poeta e compositor brasileiro Paulo César Pinheiro.

acontecimentos. Em certo instante, pôde ouvir explosões que ocorriam veementemente, e teria visto homens com que portavam “armas como facas longas e faziam uma mágica poderosa com um tubo que cuspiam fogo e matava imediatamente quem fosse atingido” (MOURA, 1997, p. 22). Essas seriam as armas de fogo utilizadas pelos brancos para capturar os negros daquela tribo.

Os Manicongos, habitantes desse lugar, fizeram acordos com os tais brancos para deixar que eles vivessem ali. Mas os brancos ocupavam cada vez mais espaço e eram cada vez em maior número. Aprisionavam os habitantes das aldeias e os colocavam todos na grande canoa. Nenhum dos homens que entraram na canoa foi visto outra vez (MOURA, 1997, p. 23).

Entre as tribos africanas, havia muitas disputas, pois umas podiam dominar as outras quando venciam batalhas, cujos vencidos podiam, até, ser traficados para outras nações. A tribo de Chico Rei teria sido derrotada e vendida, com outros africanos, como escravos para os portugueses.

Reza a lenda que o povo do Rei Nalanga foi aprisionado pelos brancos e foi levado para o porão de um navio, os navios negreiros. Seria este o momento da travessia, quando os africanos arrancados de seu berço, de sua terra, estavam agora, presos com correntes e argolas, levados para um lugar desconhecido. O medo rodeava os Kikuyu e os demais. Todos esperavam alguma solução vinda do seu guerreiro maior, que procurou acalmar seus irmãos contando histórias de seu povo (MOURA, 1997).

A voz suave de Nalanga ia entrando em cada coração e inundando cada pessoa. As crianças ficaram em silêncio e o desconforto desapareceu. A última frase do dia foi pronunciada pelo mais calmo dos guerreiros: “– Onde a Coroa for, eu vou também.”
Naquele momento, isso simbolizava os laços de união, que se estabeleciam mas fortes que nunca (MOURA, 1997, p. 26).

Como é contado no romance, mulher e filhos de Chico Rei teriam morrido durante a travessia, restando apenas um filho. Comprados pelo denominado, no romance, como major Augusto de Andrade Gois, um minerador de Vila Rica, Chico Rei e outros negros teriam vindo da África para trabalhar na Mina da Encardideira, chamada também de Palácio Velho (GASPAR, 2016). “A terra era escura e pesada. O cheiro de óleo que queimava nas lamparinas dentro das galerias entrava pelos pulmões e era ácido desagradável” (MOURA, 1997, p. 48).

Segundo Moura (1997), ao chegar ao Brasil todos os negros foram batizados, conforme a religiosidade cristã, e receberam novos nomes. Nalanga, então, passou a se chamar

Francisco. Ele não era visto como um escravo comum, pois percebiam que era revestido de algum poder, mesmo sem saber que ele havia sido chefe de uma nação. Diante de tal adversidade, Francisco e seus conterrâneos procuravam se adaptar ao novo modo de vida: ser escravos em uma mina de ouro.

Após chegar ao porto do Rio de Janeiro, Chico Rei teria sido levado para Vila Rica, local onde teria imprimido ainda mais sua autoridade como rei daquele povo escravizado. Com sabedoria e tranquilidade, o escravo, ao observar o cotidiano de seus senhores, procurava entender a situação em que se encontravam, para, então, se libertar dela (MOURA, 1997).

Numa noite de confusos pensamentos, Chico conseguiu formar a seguinte concepção: o ouro era a coisa mais importante que havia para esses homens civilizados. Por causa dele, foram buscar bem longe os homens negros para que eles pudessem tirar bastante ouro da terra, porque o tanto que bastaria aos brancos, eles próprios não teriam braços suficientes para tirar. Como o mais importante era o ouro, valia qualquer coisa para consegui-lo, mesmo aprisionar outras pessoas (MOURA, 1997, p. 75).

De acordo com a história romanceada por Moura (1997), Chico Rei conquistou sua liberdade com muito trabalho na mina de ouro da Encardideira. Ingressou na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e os irmãos, já sabendo de sua intenção de libertar seus companheiros escravizados, emprestaram dinheiro para Chico Rei comprar a mina em que tanto trabalhara, mas que já não rendia mais ao seu dono. O escravo liberto se tornou um homem de posses e respeitado pelos demais.

Esta personagem “lendária” é descrita como um rei tribal congolês que, trazido para o Brasil como escravo e levado para as Minas Gerais, onde, forçado a trabalhar na lavra do ouro, conseguiu com o esforço braçal comprar a sua liberdade. Além disso, com astúcia e a solidariedade dos “irmãos de mesa” da irmandade religiosa da qual se tornou membro, também logrou alforriar tantos outros cativos (SILVA, 2007, p. 45).

Segundo Silva (2007), Chico Rei teria libertado, primeiramente, seu filho e, depois, começou a libertar outros escravos, não só da sua nação, o Congo, mas também de outras tribos africanas. O autor revela que a inserção de Chico Rei em uma irmandade possibilitou a alforria de escravos e foi uma forma de expressar sua religiosidade, de fortalecer seus laços culturais e de rememorar suas tradições. Com esse propósito, ele teria construído, em Vila Rica, a Igreja de Santa Efigênia, com o apoio da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, localizada no atual bairro Alto da Cruz.

À sombra da igreja, sob os auspícios, de padres que se tornaram seus amigos, Chico Rei fundou uma guarda de *congos*, da qual participavam todos os negros forros de sua grei, do sexo masculino.

Aos domingos, Chico Rei subia o morro, a caminho da Igreja, trajado com opulência, ostentando coroa de ouro e manto verde real, tendo a esposa ao lado. Seu filho mais velho, alto e pomposo, segurava-lhe chapéu-de-sol amarelo, de cerca de dois metros de diâmetro, bordado com franjas de ouro. Debaixo da umbela colorida, iam a família real e duas mucamas.

– Rei em minha terra, rei fora dela! exclama Chico.

À frente, agaloados, ostentando variadas insígnias, tocando instrumentos de origem africana e dançando na rua sem parar marchavam os *congos* (MARTINS, 1991, p. 38).

De acordo com as narrativas orais, os negros escondiam ouro nos cabelos e debaixo das unhas, que eram lavados em uma pia de pedra na Igreja de Santa Efigênia. Com esse ouro, a irmandade teria conseguido libertar escravos, construir e ornamentar a igreja, conforme sua cultura, processo que durou cerca de 60 anos. Ainda de acordo com essas narrativas, a construção da igreja demorou todo esse período devido ao fato dos irmãos só poderem trabalhar à noite. Esse templo ficou popularmente conhecido como a Igreja de Chico Rei, assim como a Mina da Encardideira, que teria sido de sua propriedade, passou a ser chamada de Mina de Chico Rei, locais que, atualmente, possuem uma expressiva visitação turística e que são considerados símbolos da cultura negra na cidade.

Segundo Evaristo (2013), aspectos ligados à cultura negra podem ser observados na Igreja de Santa Efigênia por meio das representações de origem africana, como chifres e búzios. Esse fato mostra que, mesmo se apropriando da fé católica, os negros daquela irmandade não teriam deixado de lado suas devoções e tradições advindas de sua terra natal. No entanto, para Gaspar (2016, p. 546):

Ao mesmo tempo em que a coroação de Chico Rei assinalava certo compromisso com as tradições africanas, o culto a Santa Efigênia reconduzia os escravos a realidade colonial, na qual estavam irremediavelmente enredados, emprestando-lhes uma nova identidade católica, híbrida o suficiente para combinar itens do repertório cultural africano com novos elementos requeridos na sociedade colonial.

Há uma relação permanente entre o legado que teria sido deixado por Chico Rei, por meio do intangível e da memória local, e a construção da Igreja de Santa Efigênia, que está envolvida diretamente na história contada desse personagem mítico, pois ambos materializam e asseguram a disseminação de uma cultura. Essa é uma das formas de preservar a história de um povo.

Os africanos cultuavam os santos católicos, mas com suas próprias significações, associando-os, de certa forma, ao Cristianismo, mas sem abandonar suas crenças. Além da fé

em Nossa Senhora do Rosário, uma santa branca, mas cuja devoção já era difundida entre as Irmandades negras, incluíram-se, também no período do Brasil Colônia, os santos de maior devoção entre os negros, que podem ser vistos nos retábulos na antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, hoje Matriz de Santa Efigênia. A própria padroeira da Igreja, Santa Efigênia, era uma princesa na Núbia, região da África, uma santa da Ordem dos Carmelitas; assim como Santo Elesbão, nascido na Étiopia; Santo Antônio de Noto, chamado também de Santo Antônio de Catejero, nascido na região de Cirenaica, no norte da África; e São Benedito, que não era africano, pois nasceu na Itália, mas era filho de pais negros escravizados¹³.

Segundo Evaristo (2013), mesmo incorporando elementos de origem africana à Igreja Católica, não havia traços de outra religião na Vila Rica do século XVIII a não ser o catolicismo, mas a autora afirma também que o sincretismo estava presente nas ações da irmandade, revelando a Igreja de Santa Efigênia como um de seus símbolos materiais. A autora destaca as Festas de Nossa Senhora do Rosário e a prática do Congado como partes fundamentais dessa “manifestação sincrética”.

Foi em meio a esse contexto sincrético que a prática do Congado foi iniciada na antiga Vila Rica. As coroações de reis e rainhas, um costume advindo do povo banto e recriado pelos negros africanos no seio das irmandades religiosas, antecedem o período em que Chico Rei teria construído a Igreja de Santa Efigênia, no entanto, o personagem teria sido o primeiro Rei Congo a fazer um terno de Congado em Ouro Preto, e a assumir o papel de disseminador da prática do Congado em Minas e no Brasil. “Foi uma apoteose o reinado de Chico Rei no Brasil” (MARTINS, 1991, p. 38).

Unidos a ele, pelos laços de submissão, gratidão e solidariedade, os alforriados adquiriram a riquíssima mina da Encardideira. No dia 6 de janeiro de 1747, data em que o calendário católico comemora o Dia de Reis, Vila Rica foi surpreendida com uma festa que desconhecia. Chico Rei e seus patrícios alforriados apareceram na capela de Nossa Senhora do Rosário com uma indumentária surpreendente. Dançaram o Congado, dança criada por Chico que se tornou popular em Vila Rica e em todos os lugares onde se fazia a Festa de Reis. Neste dia Chico Rei foi coroado Rei da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos (EVARISTO, 2013, p. 111).

Béatrice Tanaka (2010), em *A história de Chico Rei*, nos revela que, mesmo se tornando referência na luta pela liberdade dos negros, alguns movimentos de defesa racial discordam de como a história desse negro foi romanceada, pois enfatizam sua obediência às

¹³ A imagem e história de santos negros se tornou um instrumento para a propagação da fé católica, desempenhando o papel de persuadir a população africana em meio ao processo de evangelização, assim como as confrarias, que foram fundamentais na absorção e mudança de cultura, mas que também possibilitou aos negros introduzirem seus valores culturais aos ritos praticados (OLIVEIRA, 2008).

regras prescritas pelos senhores brancos, sendo, então, valorizado pelos mesmos. Tanaka (2010) destaca que Chico Rei não libertou escravos por meio de rebelião e sim pelo seu trabalho. Mesmo havendo histórias que relatam que ele só conseguiu libertar tantos africanos porque seus libertos escondiam ouro nos cabelos, não houve combate entre Chico Rei e a elite branca nesse processo de liberdade.

O questionamento em relação à história de Chico Rei é expressado por aqueles que vivenciam essa história ao longo da vida, como destaca Geraldo Bonifácio Freitas, o até então Rei Congo da Guarda de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia¹⁴. O congadeiro inicia sua fala destacando a posição da capitã de sua guarda:

A Kátia fala uma coisa bacana: “Cada pedra em Ouro Preto tem a mão, o suor e o sangue de escravos”. A gente sabe, mas é preciso perceber isso, ver com outros olhos, pois é a nossa própria história. Não adianta conhecer a história dos Estados Unidos, é preciso conhecer também a própria história e origem. O que eu não concordo é colocar o congado como parte do folclore nacional. O congado é uma manifestação de religiosidade africana e brasileira, que a gente faz com muito amor e muita ênfase, não se pode confundir com saci- pererê, mula-sem-cabeça, boitatá. [...] O cortejo feito pelo Chico Rei tem 260 anos, então não se cria uma lenda da noite pra o dia, muito menos que perpetue por 260 anos. [...] O Chico Rei trouxe o Congado. O Congo, vou falar Congo porque eu acho mais bonito, e vai na raiz, né? O Chico Rei é a raiz do Congado em nossa cidade (SILVA, 2014, p. 35).

O Rei Congo revela a importância da história contada de Chico Rei, que permanece viva na memória dos congadeiros, como sendo uma espécie de origem da cultura em Ouro Preto. De acordo com Leda Martins (1997, p. 18-19), em seu livro *Afrografias da memória*:

Como alinhar uma história que se constitui nos tempos do vivido e do contado? Como aprender, sem reducionismos teóricos, as fabulações da memória que habitam as narrativas dos congadeiros e a complexidade da representação simbólica que se pereniza no tempo, geração após geração?

Mesmo a existência de Chico Rei sendo questionada, não se pode negar que, por meio das narrativas populares, fundamentadas nas falas, nos ritos, nas memórias e devoções dos congadeiros não só de Ouro Preto, mas como em variadas localidades onde a prática do Congado sobrevive, esse negro se tornou um personagem histórico que representa a luta pela liberdade do povo negro. Configurou-se como referência na cultura afro-brasileira, em especial o Congado e um mito na história de Ouro Preto.

¹⁴ Entrevista concedida à SILVA, Fabiana Siqueira. *O congado e a interface com o currículo escolar*. 2014. 96 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Coordenadoria de Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Ouro Preto, 2014.

Segundo Evaristo (2013, p. 108), o Congado é uma das mais relevantes festas religiosas de origem negra “não apenas em função das diversas histórias que a compõem, mas por seu caráter sincrético e simbólico que se manifesta na coroação de rei e rainhas por toda a região onde é praticada e, principalmente, em Vila Rica”. Ouro Preto, uma cidade calcada na história do povo negro no Brasil, se revela através da história de Chico Rei, um berço da manifestação congadeira enquanto cultura afro-brasileira.

1.4 Vivências do Congado na atual Ouro Preto

Como vimos, o Congado é uma manifestação antiga em Ouro Preto, mas, infelizmente, os registros e informações históricas sobre essa tradição são difíceis de encontrar, principalmente no que se refere ao personagem mais falado a respeito da sua origem, Chico Rei. Apesar disso, a falta de registros oficiais é substituída pelo conhecimento através das narrativas orais uma vez que é dessa forma que a cultura congadeira em Ouro Preto tem sido disseminada, reconhecida e vivenciada. (ALVES, 2012)

Seja por meio da devoção a Nossa Senhora do Rosário, difundida nas Irmandades de Vila Rica, ou por meio da fama do Reinado de Chico Rei, que disseminou essa cultura às demais regiões, Ouro Preto assume, na voz dos congadeiros, o papel de matriz do Congado em Minas, configurando-se como fonte substancial na história do município.

O Congado na cidade esteve sempre atrelado à Igreja Católica, mas os grupos atuantes revelam um sincretismo característico dessa manifestação. Algumas guardas são conduzidas especificamente pela religiosidade católica, outras são compostas por seguidores da Umbanda e Candomblé. As seis guardas de Congado, em meio às suas especificidades, constituem um nicho cultural em Ouro Preto, não só em relação às suas aparições e participações em eventos e festas na cidade, mas pela representatividade e presença em diferentes festejos do Rosário, para além do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto também é palco da visita de guardas de diferentes locais do Brasil em decorrência da participação em festas do Congado promovidas na cidade.

A ambiência existente na cidade é revelada com as seis guardas atuantes. Mesmo parecendo um número reduzido, esses grupos fazem do Congado uma tradição entranhada na

vida da comunidade, presente no cotidiano ouro-pretano, em que os costumes são mantidos e evidenciados pelas guardas¹⁵.

Alves (2012), ao entrevistar congadeiros de Ouro Preto, discorre sobre o fato de existir poucas guardas na cidade, o que seria decorrência das repressões sofridas pela Igreja Católica entre os anos de 1960 e 1970, quando não se permitia a realização das festas do Congado.

Para dar uma dimensão da importância do Congado em Ouro Preto, podemos tomar como elemento, o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier, referência no que diz respeito à continuação dessa manifestação, por ser o mais antigo da cidade em atividade, existindo há, pelo menos, 150 anos, e por manter viva a memória e a tradição do Congado em Ouro Preto. O Congado realiza sua festa no mês de setembro e é coordenado pelo capitão Senhor Antônio Xisto, de 81 anos, que detém grande conhecimento sobre as práticas congadeiras.

O distrito de Miguel Burnier está localizado a 40 quilômetros da sede do município, local que tem um importante contexto histórico, pois se envolveu em alguns desdobramentos da Inconfidência Mineira e na construção da ferrovia, que ocorreu no século XIX. Sua denominação se dá em homenagem ao engenheiro ao Miguel Noel Nascentes Burnier, que construiu a estrada de ferro na região no ano de 1880, fato que ocasionou em maior desenvolvimento do local¹⁶. Na atualidade, os bens culturais de Miguel Burnier são de grande expressividade na região, incluindo as festividades religiosas, como a de Nossa Senhora do Rosário. A guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier é presença marcante em todas as festividades congadeiras que ocorrem em Ouro Preto e demais regiões.

¹⁵ Para informações sobre as guardas, ver: Palazzi (2014).

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ouropreto.com.br/distritos/miguel-burnier>> (Acesso em: 2 jan. 2017.)

Figura 1: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier (Festa do Congado na APAE-OP, 2016)



Fonte: Acervo da autora

Figura 2: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier (Festa do Rosário, Miguel Burnier, 2016)



Fonte: Acervo da autora

Outra guarda influente na cidade é o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, que tem como capitã Kátia Silvério e como capitães Rodrigo Alvarenga e Francisco da Silva. É revelada, por seus integrantes, como sendo a guarda matriz dessa manifestação, considerada a guardiã das raízes e heranças deixadas por Chico Rei. Realizam, juntamente com a organização da AMIREI (Associação dos Amigos do Reinado) e com a comunidade, a grande e conhecida Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e

Santa Efigênia, que ocorre sempre no segundo domingo de janeiro, e rememora, então, o início dos festejos de Chico Rei na antiga Vila Rica.

Figura 3: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia (Festa do Reinado, Ouro Preto, 2016)



Fonte: Acervo da autora

O Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito se faz presente no distrito de Santo Antônio do Salto, e foi fundado por um ex-integrante da guarda de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. O grupo é coordenado pelo capitão Senhor José Geraldo Xavier. Segundo Alves (2012), mesmo passando por dificuldades, quando foi desativado por alguns anos e, em seguida, foi novamente reestruturado, seus congadeiros afirmam que sua festa é realizada de maneira diferenciada das demais, pois segue todos os ritos antigos da manifestação do Congado. O grupo realiza as festividades do Reinado no mês de outubro.

Figura 4: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Festa do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, 2015)



Fonte: Acervo da autora

A Guarda Manto Azul de Nossa Senhora Aparecida é uma das mais novas, coordenada pela capitã Jussara Fernandes da Silva, que, após integrar o Congado do Alto da Cruz, sendo descendente de congadeiros, resolveu reunir a família e os amigos para fundar, em julho de 2013, seu grupo de Congado, que conta com, aproximadamente, quarenta componentes e realiza sua festa no mês de novembro.

Figura 5: Guarda de Congado Manto Azul de Nossa Senhora Aparecida (Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, 2016)



Fonte: Acervo da autora

O capitão Kedison Geraldo Ferreira Guimarães, que também integrava o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, atualmente, faz parte da Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, fundada, em 2015, por ele, pelos capitães Rodrigo Salles e João Henrique e, também por sua mãe e sua irmã, Mariza Ferreira e Kátia Silvério Augusto, que também é a capitã do Congado do Alto da Cruz (e integra, portanto, duas guardas de Ouro Preto).

Este grupo é a única guarda de Moçambique da cidade, tendo, em sua composição, 25 integrantes. Faz parte da organização da Festa do Reinado que acontece no mês de janeiro, em Ouro Preto, juntamente com o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia.

Figura 6: Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia (Festa do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, 2016)



Fonte: Acervo da autora

Figura 7: Guardas de Congado na escadaria da Igreja de Santa Efigênia (Festa do Reinado, Ouro Preto, 2017)



Fonte: Acervo da autora

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia se tornou uma das festas mais tradicionais da cidade. A programação contempla, além de missas e celebração de tríduos¹⁷, conta com atividades, como palestras a respeito da cultura negra, visitas guiadas a locais que são considerados pontos de referência tradicional e histórica do Congado (como a Igreja de Santa Efigênia e a Mina de Chico Rei), além do grande dia da festa com a alvorada, cortejo dos grupos de Congado, celebração da missa conga, entre outros. Essa festa é vista por diferentes olhares, dos turistas, de pessoas influentes da cidade, pesquisadores, fotógrafos e curiosos. Milhares de pessoas participam da Festa do Reinado, caracterizada como a maior e mais expressiva festa do Rosário na cidade, pela mobilização da comunidade e pela participação significativa de guardas de diversos locais. Esse festejo mobiliza a religião e a cultura local, e também impulsiona a economia da cidade, diante de sua magnitude.

A Festa do Reinado é organizada pela AMIREI, associação criada em 2008, por congadeiros, parceiros e integrantes das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Segundo Evaristo (2015), essa foi uma tentativa de atenuar os conflitos existentes entre os congadeiros e a Igreja, na presença da Irmandade do Rosário, além de ser uma forma de dar continuidade às festas do Congado. Essa associação deu impulso ao Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, celebração que já não acontecia. Desde 2009, a festa ocorre todos os anos,

¹⁷ Tríduo, três dias de orações e celebrações que antecedem a realização de um festejo religioso.

rememora a herança deixada por Chico Rei e é reconhecida em diversos lugares, sempre noticiada nos meios de comunicação¹⁸. A celebração do Reinado do Rosário tem o mérito de abrir, todos os anos, o calendário religioso, cultural e turístico da cidade. Hoje, os Congados e a Igreja Católica se unem para a realização das várias festas em honra a Nossa Senhora do Rosário.

A dinâmica da cidade empodera e dá forças para a continuação dessa prática. Assim sendo, os diferentes membros do Congado estabelecem, em Ouro Preto, um conjunto de relações que dá aos grupos um lugar de destaque cultural, o que favorece, por sua vez, o estabelecimento dessa prática em outros ambientes, como no caso do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, sediado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Compõem essa guarda, alunos da instituição, além de alguns integrantes, familiares da Capitã Silvania Aparecida Borges, que fundou o grupo como uma atividade pedagógica, mas que acabou se consolidando como uma guarda de Congado seguindo os princípios tradicionais.

Figura 8: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças sediada pela APAE-OP (2016)



Fonte: Acervo da autora

¹⁸ Sobre a divulgação da Festa do Reinado em 2017, ver: <<http://www.ouropreto.com.br/evento/609/a-fe-que-canta-e-danca-reinado-de-nossa-senhora-do-rosario-e-santa-efigenia>> (Acesso em: 20 mai. 2017.)

Pelas informações que conhecemos das guardas, percebemos que a grande maioria é proveniente de relações familiares e tradicionais. Por sua vez, a guarda criada na APAE-OP nos dá uma dimensão de experiência totalmente diferente das demais, mas, sendo o Congado uma prática caldada na dinâmica cultural da cidade e por toda ambiência construída pelos diferentes membros ao longo dos anos, isso possibilitou que essa experiência adentrasse outro ambiente, inicialmente não relacionado à prática religiosa, mas sim uma instituição de educação especial.

Então, só em um lugar com esse enraizamento da cultura congadeira, evidentemente imersa em tensões e dificuldades próprias, se tornou possível que a prática se tornasse parte da vivência de uma instituição de natureza escolar. A cidade deu sustentação a essa prática. Nesse caso, o Congado produziu sua espacialidade e interagiu em um ambiente de práticas escolares, por isso, essa relação e seus respectivos desdobramentos são os pontos principais dessa investigação.

O Congado está arraigado na vida da sociedade ouro-pretana. Por meio das guardas, revela-se o seu lugar notável na construção da história e da memória do município. Com a oralidade, transmitem seus saberes, valores e os princípios da tradição entre as gerações e os grupos, uma vez que a maioria deles é proveniente de outras guardas congadeiras.

O Congado de Ouro Preto tem seu território demarcado na cidade, estabelecendo um diálogo entre diferentes membros da cidade na busca por melhores condições de expressarem sua devoção. Possui o apoio da Secretária Municipal de Cultura, ainda que, por vezes, seja escasso e pouco estimulador. Mas o que mais evidencia o reconhecimento do Congado é a participação coletiva em detrimento da realização das festas das guardas.

A comunidade local se integra ao Congado em uma rede de solidariedade. São essas pessoas que auxiliam no recolhimento e na preparação dos alimentos, na ornamentação dos espaços onde ocorrem a manifestação, nas instalações, na recepção das guardas visitantes, na divulgação, enfim, em tudo o que concerne ao desenvolvimento de todas as festas congadeiras realizadas em Ouro Preto. A comunidade, as pessoas do bairro e arredores e os Congados criaram, dessa forma, um vínculo entre eles, o que torna possível a permanência, a realização e a compreensão dessa manifestação.

Com estes grupos revela-se a principal preocupação dos congadeiros, que é manter viva a história do negro, a religiosidade e a memória dos ancestrais – saberes que são disseminados através da oralidade, principalmente para os mais jovens que integram e representam esse grupo cultural. Mesmo na contemporaneidade, a festa religiosa não se desfez,

ela se mantém viva em meio aos constantes processos de transformação. Segundo Perez (2014, p. 182) “Festa é a presentificação da tradição enquanto experiência da existência propriamente dita. Ou seja: festa é celebração de vida”.

Esses grupos evidenciam a identidade da cultura congadeira e contextos vinculados à religiosidade, assim como a luta por espaços de autonomia e de reconhecimento, e o combate aos preconceitos e às segregações que ainda perduram, por isso, esses movimentos da cultura negra e suas fragmentações continuam a manifestar a importância e o direito de (re)contar suas histórias no tempo presente e ao longo dos anos.

A cidade conta com a participação assídua das guardas de Congado nas festas religiosas. São elas que organizam e lideram o ciclo de homenagens e festividades à Nossa Senhora do Rosário e demais santos devotos.

Tabela 1: Calendário de festas do Rosário em Ouro Preto com participação dos Congados

Festividades	Data	Organização	Localidade
Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia	2º domingo de janeiro	Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia; Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia e Associação dos Amigos do Reinado	No bairro Alto da Cruz, na Igreja Matriz de Santa Efigênia; no bairro Padre Faria, na Capela de Nossa Senhora do Rosário; e na Mina do Chico Rei
Festa de Santa Efigênia	21 de setembro	Irmandade de Santa Efigênia	Igreja de Santa Efigênia, bairro Alto da Cruz
Festa de Nossa Senhora do Rosário da comunidade de Miguel Burnier	3º domingo de setembro	Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier	Igreja Sagrado Coração de Jesus, distrito de Miguel Burnier
Festa de Nossa Senhora do Rosário do Congado da comunidade de Santo Antônio do Salto	2º domingo de outubro	Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Capela de Santo Antônio, distrito de Santo Antônio do Salto
Reinado de Nossa Senhora do Rosário da comunidade de Glaura	2ª semana de outubro	No distrito de Glaura, ocorre a festa em honra ao Rosário. Não há, de fato, uma guarda atuante na comunidade, mas se reúne a corte de Reis e Rainhas e há a participação de grupos de Congado da região	Igreja de Santo Antônio, distrito de Glaura

Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças	Novembro	Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, bairro Bauxita
Festa do Rosário	Novembro	Guarda Manto Azul de Nossa Senhora Aparecida	Capela de Santa Luzia, bairro Santa Cruz

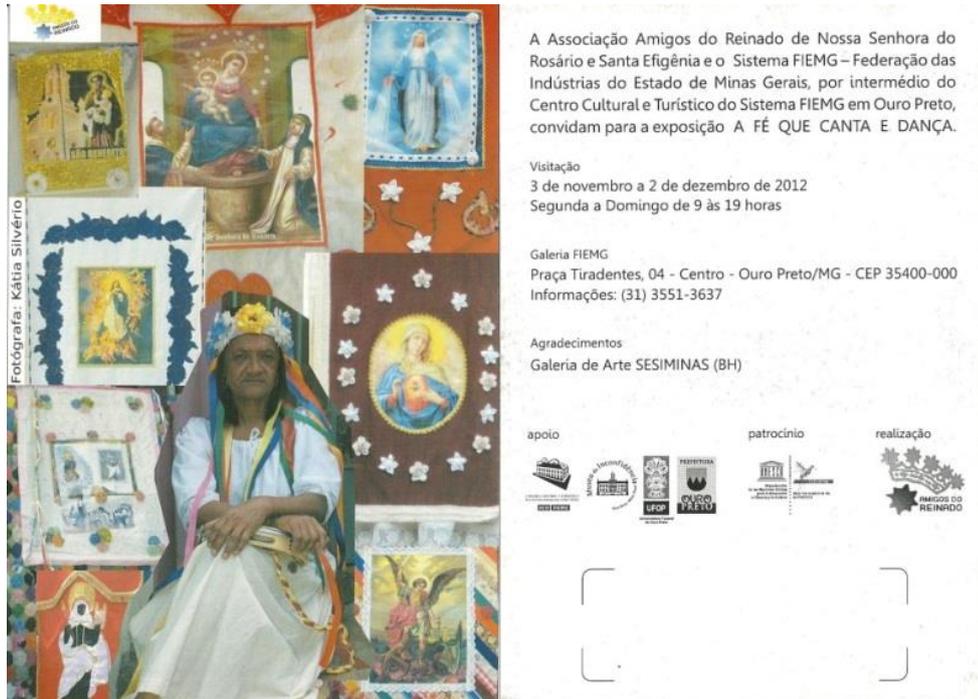
Fonte: Elaborado pela autora

As festas do Rosário acontecem em diferentes partes da cidade, o que evidencia que Ouro Preto é um espaço de celebração, de significados, de crenças e memórias. Em meio à produção, os sujeitos que integram essa manifestação revelam toda a ambiência existente e entranhada na vida da comunidade, tendo sua religiosidade, seus costumes e ritos mantidos e evidenciados pelas de guardas de Congado.

Essa manifestação revela-se, atualmente, como um meio de divulgação cultural do município, um instrumento que mostra a identidade local. Podemos, assim, citar o Congado como um dos cartões de visita de Ouro Preto, não sendo difícil encontrar congadeiros de outras cidades que fazem referência a Ouro Preto como a matriz do Congado. A cidade é conhecida pelas belezas naturais, arquitetônicas, mas também pelo seu valor histórico e cultural, sendo o Congado a maior expressão da cultura de origem negra na cidade.

A prática do Congado está presente no cotidiano da cidade não só através do ciclo de festas do Rosário, mas também das demais festividades religiosas e não religiosas em que a presença do Congado é marcante: solenidades, palestras, ações educativas e outros acontecimentos sociais. O Congado ouro-pretano já foi, inclusive, tema de uma exposição montada na Galeria de Arte do Centro de Cultura e Turismo da FIEMG, situada em local nobre da cidade, na Praça Tiradentes, o que pode revelar a importância dada a essa manifestação e a dimensão de um grande acontecimento cultural com repercussão não só no local, como em outras regiões do Estado mineiro, mesmo diante falta de apoio efetivo e das dificuldades enfrentadas pelas guardas de Congado da cidade.

Figura 9: Convite para a exposição “A fé que canta e dança”



Fonte: Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG, Ouro Preto

As guardas de Congado da cidade não possuem sedes próprias para a realização de reuniões ou ensaios. Eles ocorrem em residências dos próprios congadeiros ou em locais públicos, sendo assim possível ver e ouvir os sons do Congado cotidianamente, mesmo fora dos dias de festa. Em Ouro Preto, essa manifestação acontece com desenvoltura e naturalidade e está totalmente inserida na dinâmica da cidade, o que movimenta o ambiente cultural e envolve as pessoas da comunidade local na valorização desse costume. “Nas fazendas, ouviam-se as vozes, os passos e os tambores. Hoje, eles ecoam nas ruas e igrejas com a mesma força de seus antepassados (FRANÇA; POPOFF, 2011, p. 9).

A cultura congadeira, em Ouro Preto, se apresenta fundamentada em narrativas e memórias revividas e celebradas em suas tradicionais festas. Configura-se, atualmente, de diversas maneiras, do ponto de vista das perdas, das transformações e da incorporação de novos elementos, sempre fundamentada na devoção a Nossa Senhora do Rosário, elemento principal dessa manifestação, que é reiterada nas denominações dos grupos de Congado.

O Congado se configura como um valioso instrumento simbólico que contribui para a afirmação de Ouro Preto como um cenário cultural de forte apelo religioso, étnico e histórico. Os congadeiros assumem o papel de agentes históricos que, por meio do sentimento de pertencimento, da fé e da devoção veiculada, atuam como interlocutores na promoção e reconhecimento dessa prática cultural como patrimônio ouro-pretano.

2 AS APAES NO BRASIL E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A prática do Congado foi inserida na APAE-OP, essa instituição que trabalha com educação especial é o *locus* e local da manifestação que iremos perseguir ao longo de toda discussão. Nesse sentido refletimos sobre o atendimento às pessoas com deficiência, no que se refere a educação especial e as ações da APAE no Brasil, a fim de entendermos como a experiência do Congado foi inserida em um contexto educacional específico, ou seja, voltado para pessoas com deficiência.

Ao longo dos anos, houve um processo de mudança referente às pessoas com deficiência¹⁹, mas o ato de reconhecê-los como sujeitos de direito vem ocorrendo somente há algum tempo, sob vários aspectos, entre eles, o educacional. Atualmente, a educação especial²⁰, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008/2014), é definida como:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Assim, a modalidade de educação especial não deve ser substitutiva ao ensino regular e sim integrante de seu sistema. Para vislumbrar esse caráter educacional visto atualmente no atendimento para pessoas com deficiência, é preciso entender como se deu esse processo, no qual questões relacionadas às instituições particulares, às políticas públicas de educação e a toda discussão legal sobre o processo de inclusão estariam inseridas. Abarcaremos esse contexto histórico a partir de modelos conceituais distintos e diferenciados para garantir um panorama geral das perspectivas que direcionaram as questões da deficiência e da educação especial.

¹⁹ Dentre as diversas expressões para se referir a esses sujeitos, utilizo, neste trabalho, a nomenclatura *pessoas com deficiência*, uma vez que: “As pessoas com deficiência são aquelas que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (ONU, Convenção das Pessoas com Deficiência, 2006).

²⁰ Quando falamos de educação especial, referimo-nos à educação oferecida às pessoas com deficiências intelectuais, físicas, visuais e auditivas, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação/altas habilidades, em que há atendimentos específicos, de acordo com as diferenças de cada educando.

Para melhor entendermos a situação em que se encontra a educação destinada às pessoas com deficiência, é preciso levar em conta os percursos históricos a ela vinculados. As questões referentes à deficiência provenientes de determinado modelo influenciaram também nas mudanças ocorridas em relação às políticas e às estruturas sociais.

Tradicionalmente, os discursos em relação à deficiência e à educação especial foram se constituindo por meio de modelos de intervenção religiosos, médicos, sociais e culturais. Muitos estigmas e práticas desenvolvidos sobre as pessoas com deficiência foram fundamentados desde os primórdios da humanidade, com abandono e maus tratos contra indivíduos considerados “anormais”²¹. O modelo religioso caracterizou esse tipo de prática na sociedade humana, em específico no Ocidente. Dessa forma, as crianças eram isoladas do convívio social ou até mesmo eliminadas por serem diferentes. Segundo Mazzotta (2005), até o século XVIII, a deficiência dessas pessoas era considerada anticristã, relacionadas ao pecado, ocultismo e ao misticismo.

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTA, 2005, p. 16).

Essa perspectiva religiosa a respeito da deficiência colaborou para que as pessoas com deficiência fossem vistas como inúteis e sem valia, sendo marginalizadas, consideradas “imperfeitas”. De acordo com Figueira (2013), posteriormente, a deficiência relacionada ao pecado ou ao demoníaco passou a se direcionar para algo abençoado. A lógica do divino a respeito das pessoas com deficiência tornou-se tão marcada na sociedade, que essas visões ainda permanecem em determinados contextos.

Com o avanço científico, a perspectiva médica tem ultrapassado as questões religiosas e começado a explicar a deficiência a partir de um desenvolvimento orgânico, mas ainda focalizando nela a razão pela qual ocorre o processo de exclusão. Entra em cena o sujeito na perspectiva da normalidade, na qual as pessoas com deficiência deveriam ser reabilitadas ou curadas. Dessa forma, a medicina começa a atuar também na perspectiva assistencialista e educacional. É nesse contexto que a educação especial se constituiu, por meio do modelo

²¹ O conceito de “anormalidade” está em consonância com o termo “normalidade”. Os anormais eram definidos como aqueles que detinham comportamentos que não faziam parte daquilo esperado pelo modelo de sociedade (JANNUZZI, 2012).

médico ou clínico, em que as pessoas com deficiência ainda permaneciam isoladas do convívio social (GLAT *et al.*, 2007).

Até então, no Brasil, as crianças eram deixadas em “rodas dos expostos”, nas Santas Casas de Misericórdia, ou colocados juntas sem distinção de idade ou deficiência em hospitais psiquiátricos, não havia políticas públicas destinadas à essas pessoas. A Medicina foi a primeira área a lhes prestar atendimentos específicos. Foi a partir disso que as pessoas com deficiência começaram a ser acompanhadas e, dessa forma, a educação especial começou a ser idealizada (GLAT *et al.*, 2007).

Segundo Mazzotta (2005), a educação destinada às pessoas com deficiência começou ser iniciada, no Brasil, em meados do século XIX, por meio do modelo médico e sob influências estrangeiras. Teve características terapêuticas e assistencialistas, cujo atendimento se deu por meio de iniciativas oficiais e particulares isoladas. Surgiria, então, o processo de institucionalização.

Na maioria das instituições especializadas o trabalho era organizado com base em um conjunto de terapias individuais coordenadas pela Medicina: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia, Terapia Ocupacional, entre outras. Pouca ênfase era dada à atividade acadêmica, que não ocupava mais do que uma pequena fração do horário dos alunos. A educação escolar não era considerada prioritária, ou mesmo possível, principalmente para aqueles com deficiências cognitivas, múltiplas, ou distúrbios emocionais severos (GLAT *et al.*, 2007, p. 346).

Vale destacar que, nesse período, o atendimento às pessoas com deficiência era oferecido, exclusivamente, pelos médicos, e não havia nenhuma possibilidade de inserção desses sujeitos no ensino regular. O modelo de educação especial ofertado era realizado por preceptores e somente as classes mais abastadas tinham acesso a esse serviço.

Nessas duas perspectivas históricas, percebemos que há uma dicotomia entre normalidade e deficiência, ambos marcados por estereótipos e estigmas hostis, que perduraram por muitos anos na educação especial brasileira. Inicialmente, um universo de exclusão, no qual os preceitos religiosos, vinculados à invalidez ou à pena, colocaram a pessoa com deficiência em um lugar de incapacidade. Posteriormente, ocorre a fundação de entidades de caráter filantrópico com o processo de integração²² marcado pela afirmação das instituições especializadas e pela criação de classes especiais, onde os alunos com deficiência eram colocados nesses espaços, até que pudessem estar “aptos” ao convívio social, sendo assim

²² A integração refere-se à inserção parcial do aluno com deficiência, pois não há uma reestruturação dos processos de ensino, aprendizagem e avaliação, enfim, de todo setor educacional, ou seja, “a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências” (MANTOAN, 2015, p. 27).

tratados de forma segregada. Essa perspectiva seguiu até que uma nova concepção educacional começou a ganhar força, o modelo social.

Esse novo modelo passou a desconsiderar o ser apenas como um dado biológico específico, mas sim como um indivíduo marcado culturalmente, o que subverte o parâmetro da normatividade, pois vê o sujeito a partir de outra perspectiva, não através do que falta. A deficiência, nesse contexto, é vista como diferença, assim como afirma Silva (2006, p. 121):

Nesse sentido, a deficiência não é uma condição estática, natural e definitiva, ela está inscrita nas relações e interações que determinam seu entendimento na sociedade. É, portanto, uma diferença que emerge no processo de produção da existência dos povos, em locais e momentos históricos distintos, assim como são, nesse sentido, as diferenças étnicas, os códigos linguísticos ou as crenças religiosas.

O modelo social focaliza a superação das barreiras de acessibilidade, institucional e atitudinal, voltadas para a eliminação da segregação e exclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos sociais. Para tanto, busca melhores condições do ambiente e das práticas educacionais, contextos nos quais o preconceito e a discriminação sempre estiveram presentes. Redefine o lugar desse sujeito, a partir de uma noção de combate às práticas de exclusão em defesa da inclusão na sociedade, processo que iniciou, no Brasil, no final do século XX e que vem ganhando força, inclusive na legislação (PACHECO; ALVES, 2007).

Nesse sentido, as normas e práticas inclusivas determinam que todos, sem distinção, devem ter os mesmos direitos à educação, com diretrizes assumidas nas políticas educacionais brasileiras. Na Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, já havia a sinalização de que a educação inclusiva deveria ser implementada no país, com estabelecimento do direito às pessoas com deficiência de receberem “educação preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Mas foi somente no início dos anos 1990 que essas discussões e legislações mais efetivas começaram, de fato, a embasar a política de inclusão escolar e social das pessoas com deficiência.

Esses pressupostos foram sendo reafirmados com a instauração de legislações como a *Declaração de Salamanca: princípios, políticas e práticas em Educação Especial*, de 1994, afirmada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais, e que teve, como objetivo, a democratização do ensino e do espaço escolar, e a inclusão obrigatória de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, independentemente de suas diferenças ou das dificuldades existentes. Sendo o Brasil signatário desse documento, houve, no país, a fundamentação na elaboração de políticas públicas para a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996

(LDB, Lei nº. 9.394), que, entre várias deliberações, determinou a democratização do acesso e apresentou a Educação Especial como uma modalidade de ensino na educação escolar. Outro marco foi a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, patrocinada, em 2006, pela ONU (Organização das Nações Unidas), e que tinha, como premissa, destacar o fator social para reconhecer a necessidade de quebras de barreiras e estigmas, a fim de que a inclusão social das pessoas com deficiência ocorresse integralmente. Houve, dessa forma, questionamentos mais rigorosos em relação à segregação que vinha caracterizando a educação especial ao longo dos anos.

Segundo Figueira (2013, p. 30), novas iniciativas em prol da educação para as pessoas com deficiência passaram, então, a ser implantadas e tiveram, como principal objetivo, a aceitação das diferenças sejam elas “físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais”, considerando as individualidades no processo educacional. Assim como a *Declaração de Salamanca: princípios, políticas e práticas em Educação Especial*, elaborada em 1994 na *Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais*.

Este documento [Declaração de Salamanca] reafirmou o compromisso para com a “Educação para Todos”, reconhecendo a necessidade de providenciar educação para todas as pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Assim, um novo conceito ganhou forças: a inclusão escolar e social (FIGUEIRA, 2013, p. 28).

O processo inclusivo objetiva o desenvolvimento de todo setor educacional e colabora para que todos os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, possam aprender, evoluir e ampliar seus conhecimentos em ambientes cujas diferenças não sejam sinônimos de segregação e sim de uma vivência mútua. Isso ocorre para que as pessoas com deficiência possam ser tratadas, em todos os aspectos, como sujeitos de direitos, que vivem e convivem em meio a desafios, limites e habilidades; e também para favorecer a eliminação do preconceito e contribuir para a socialização e para o aprendizado de todos os alunos.

É possível, então, observar que, no âmbito da educação especial, as legislações, as normas e debates são provenientes de processos históricos que motivaram avanços no atendimento às pessoas com deficiência, na busca pela garantia de direitos e contra todo tipo de marginalização social a que as pessoas com deficiência foram expostas. Nesse sentido, o Brasil vem se movimentando, mesmo que a passos lentos, no intuito de que a sociedade reconheça e assegure o direito de todos à educação.

Se, por uma perspectiva, vemos o afloramento de questões voltadas para a efetivação total da educação inclusiva, por outro lado, a educação especial também ainda se vê

sob a tutela de instituições especializadas. Provenientes de um modelo médico, como a APAE, e mesmo não se posicionando de forma contrária aos novos estabelecimentos educacionais (até mesmo pela sua própria sobrevivência), essas instituições reiteram a continuação de seu domínio sob as ações desempenhadas com as pessoas com deficiência.

2.1 Criação e desenvolvimento da APAE no Brasil

O histórico da educação especial, no Brasil, perpassa por iniciativas de caráter privado, com a criação de instituições específicas, por âmbitos legais em nível nacional, até chegar a uma mudança de paradigma na educação, com movimentos em favor da inclusão escolar – aspectos e acontecimentos que colocaram a educação para os deficientes em destaque.

Como já revelado, as instituições especializadas surgiram frente às ações de caráter privado e não-governamental, a partir do modelo médico e assistencialista, no atendimento às crianças e jovens com deficiência. Dentro dessa lógica, criou-se a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil, no dia 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro, então capital do país, na sede da Associação Brasileira de Imprensa. A iniciativa surgiu sob influência de um casal norte-americano, Beatrice Bemis e George Bemis²³, membros da NARC (*National Association for Retarded Children*)²⁴ e de outras propostas já disseminadas em algumas regiões do Brasil, como as de Helena Antipoff²⁵, educadora que fundou a Sociedade Pestalozzi e que, com suas ações, foi decisiva para a implantação da APAE no Brasil.

A Sociedade Pestalozzi teve seu papel de relevância na criação da APAE, ao ceder o espaço para a instauração do Conselho Deliberativo da Associação, em 1955, no Rio de Janeiro. Disponibilizou, também, alguns locais, em seu prédio, para atender as crianças e jovens “excepcionais”, logo após sua fundação (JANNUZZI, 2012; MAZZOTTA, 2005).

²³ O casal norte-americano estava no Brasil com o objetivo de fundar uma instituição destinada às pessoas com deficiência mental, como haviam feito nos Estados Unidos. Como a filha do casal era uma menina com Síndrome de Down, esse fato possivelmente interferiu em seu objetivo de promover o atendimento às pessoas com deficiência mental (MAZZOTTA, 2005).

²⁴ NARC: organização criada nos Estados Unidos, em 1950, durante a reunião anual da Associação Americana de Deficiência Mental, sob exigência de pais que tinham seus filhos excluídos de sistema escolar devido às suas deficiências ou por não terem atendimento adequado (MAZZOTTA, 2005).

²⁵ Helena Antipoff (1892-1974) nasceu na Rússia e veio para o Brasil, mais precisamente para Minas Gerais, com o objetivo de participar do Movimento da Escola Nova, em 1929. Teve papel relevante no processo histórico de institucionalização da educação especial, influenciando na criação de organizações especializadas voltadas, principalmente, para o atendimento de crianças e jovens com deficiência mental (SALABERRY, 2007).

As APAES foram sendo fundadas em importantes cidades brasileiras, como São Paulo-SP, Porto Alegre-RS e Belo Horizonte-MG. Desde 1954, data de fundação da primeira APAE, até 1974, foram criadas 198 unidades em dezesseis Estados brasileiros e 24 Institutos Pestalozzi dentre os 2.594 estabelecimentos de ensino especial²⁶. Percebe-se, dessa forma, que a expansão das APAES ocorreu de maneira ágil e incisiva. Possivelmente, isso se deve ao envolvimento de familiares, de adeptos e profissionais inseridos em suas ações, além do vazio de políticas públicas brasileiras direcionadas à educação das pessoas com deficiência (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

Vale destacar que, posteriormente à criação da APAE no Brasil, houve a implantação de campanhas assumidas pelo poder público e direcionadas à educação das pessoas com deficiência. No entanto, a educação especial continuou a cargo das organizações filantrópicas de caráter privado. Como afirma Jannuzzi (2012, p. 77), essa foi uma maneira:

... conveniente de o governo baratear sua atuação, uma vez que aceitava voluntariado, verba vinda de donativos nacionais e estrangeiros ou de serviços prestados pela própria campanha, o que poderia amortecer os gastos públicos com o setor, sem que pudesse afirmar completa ausência de seu envolvimento.

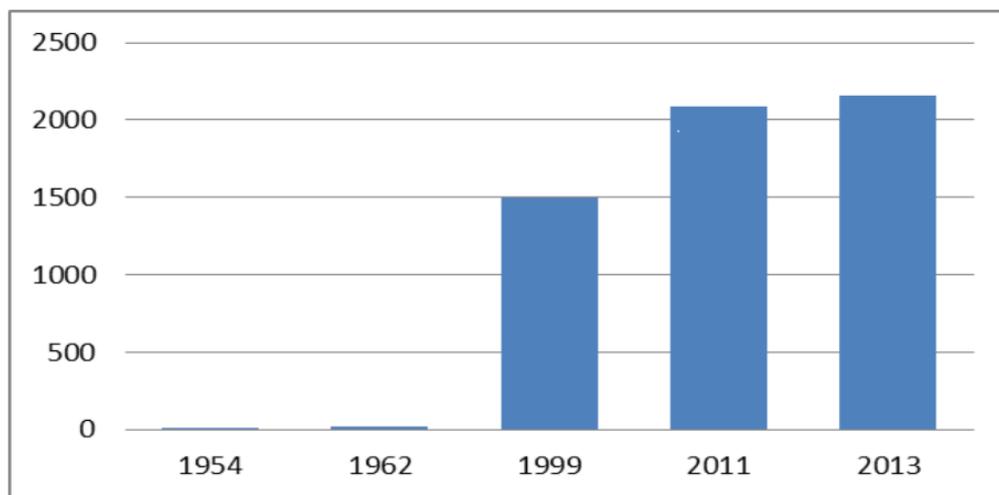
Dentro da concepção assistencialista, as APAES se constituíram sob apoio de pais e amigos de jovens e adolescentes com deficiência mental que, diante da inexistência de serviços públicos voltados para essa população, se organizaram com o objetivo de oferecer assistência não só aos alunos com deficiência, mas também às suas famílias. Assim, obtiveram uma rápida expansão em todo o território brasileiro.

Diante do aumento das APAES em diferentes Estados, percebeu-se a necessidade de implantar uma organização nacional para articular e fortalecer suas ideias. No dia 10 de novembro de 1962, ocorreu a primeira Reunião Nacional das APAES, realizada em São Paulo, e que contou com doze associações das dezesseis já fundadas. Nesse encontro foi fundada a FENAPAES (Federação Nacional das APAES). Em seu primeiro estatuto, a Federação apresentou seus principais objetivos: promover o bem-estar dos “excepcionais”; coordenar as associações filiadas; promover discussões através de pesquisas e estudos, publicando, além de normas legislativas, informações diversas sobre o atendimento especializado; e auxiliar na capacitação de profissionais (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

²⁶ Estes estabelecimentos foram registrados pelo MEC/CENESP (Ministério da Educação/Centro Nacional de Educação Especial) em 1975. Eram situados nos meios rural e urbano, vinculados ao ensino regular ou a instituições especializadas, além daqueles de domínio particular e os administrados por governos municipal, estadual e federal (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

Após a fundação da FENAPAES, baseando-se na filosofia da primeira APAE, muitas outras organizações apaeanas foram criadas e filiadas à federação. Esse movimento se estendeu por várias regiões do território brasileiro. Na década de 1960, mais de cem instituições foram criadas. Na década seguinte, mais de trezentas se filiaram à FENAPAES, e, nos anos 1980, já existiam 347 associações. Esse número aumentou expressivamente nos anos 1990, quando foram fundadas 807 instituições. A partir de 1991, houve o estabelecimento de federações estaduais, fruto do fortalecimento do movimento apaeano no país.

Gráfico 1: Expansão das APAES no Brasil ao longo dos anos



Fonte: Procuradoria Jurídica – Fenapaes/set. 2013.

Fonte: FENAPAES (2013)

Conforme a FENAPAES, em 2017, há 2.159 APAES e entidades filiadas em todo Brasil, coordenadas por 24 federações.

A APAE é considerada um dos movimentos mais representativos em relação à educação das pessoas com deficiência, autoqualificada como “o maior movimento social do Brasil e do mundo, na sua área de atuação” (FENAPAES, 2017). Nota-se a ascendência e o reconhecimento do movimento das APAES ao longo dos anos, instituição que ainda sobrevive mesmo diante de mudanças que reforçaram a ideia de inclusão escolar, corrente contrária à ações segregacionista, como é o caso dessas instituições.

2.1.1 O movimento apaeano entre a afirmação social e mudanças no setor educacional

As concepções das APAES, no Brasil, se entrelaçam com as mudanças ocorridas nos princípios estabelecidos na educação especial do país. Salaberry (2007) relata que a primeira concepção foi denominada como segregacionista-assistencialista. Essa fase se referiu ao início do trabalho das APAES, quando seu objetivo era proteger as pessoas com deficiência mental, e era preciso um espaço adequado, atendimento clínico, psicológico e educacional, mesmo sem suportes teóricos e conceituais.

Por volta dos anos 1980, essas instituições difundiram a concepção integrativa-adaptadora. Nesse período, as APAES se apresentavam como uma instituição mais especializada em relação aos seus profissionais atuantes, tanto da área clínica, quanto na educacional. Buscava-se a integração das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho e no ensino regular, e estava em vigor a discussão dos direitos desses sujeitos a educação, saúde, trabalho e assistência social, mas somente pelo viés da integração, relatado anteriormente, em que os alunos com deficiência deveriam se adaptar ao sistema educacional (SALABERRY, 2007).

De acordo com Mantoan (2015), o termo integração, por vezes, é usado para se referir à inserção de estudantes com deficiência na escola regular, o que pode causar conflitos com o conceito de inclusão. O vocábulo integração também pode ser aplicado para qualificar “alunos em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais (se existentes), grupos de lazer ou residências para pessoas com deficiência” (MANTOAN, 2015, p. 26). Diante disso, podemos afirmar que o trabalho da APAE está vinculado à integração escolar, na qual os alunos com deficiência encontram-se, em determinado espaço, até então, segregado. Suas ações ainda não determinam transformações no processo educacional inclusivo, uma vez que não inserem alunos sem deficiência em seu ambiente institucional. No entanto, destacam estar a favor do processo inclusivo no meio educacional:

A Federação Nacional das APAES seguirá como parceira indispensável na construção do direito à educação às pessoas com deficiência, pois defende, historicamente, escolas inclusivas, educação inclusiva, vida inclusiva para todos. Mais que uma escola, somos uma associação que constrói uma sociedade para todos (FENAPAES, 2007, p. 5).

Pensando em sua manutenção, as APAES assumem a política de sobrevivência, mantendo seu discurso como uma escola, mas, por meio de suas atividades, ainda se caracteriza

como uma associação de reabilitação que, dentro do seu arcabouço, desempenha o trabalho de escolarização por meio da educação especial. Portanto, a visão assistencialista instaurada na criação das associações filantrópicas ainda se faz presente na contemporaneidade.

Mesmo a APAE já nascendo organizada com estatuto, associações, direcionamentos estabelecidos, objetivos já visados, o período que caracteriza o seu fortalecimento e a burocratização institucional se deu, principalmente, nos anos 1990, década em que o desenvolvimento gerencial e técnico da instituição esteve em evidência com a elaboração e divulgação do Projeto Águia²⁷, em 1997. Nesse período, as legislações e princípios normativos em vigor estabeleceram a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Juntamente com esse movimento, as APAEs enfatizam suas ações contra o fechamento de diversas unidades no Brasil.

Em 2004, o Ministério da Educação, juntamente com o Ministério Público, divulgou o documento intitulado *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. Tendo em vista a inclusão escolar, o documento aborda questões relacionadas a “aspectos jurídicos e educacionais” e a “orientações pedagógicas” para a efetivação da inclusão dos “deficientes”²⁸ no ensino regular. Consta, nele, que as instituições especializadas deveriam adotar a inclusão e o não cumprimento dessa exigência resultaria em punições para as mesmas. Também se previam mudanças no ensino especializado (direcionadas também para as escolas comuns), além do oferecimento de apoio às escolas regulares. O documento não impede que as escolas especializadas continuem a atender as pessoas com deficiência, no entanto, isso deve ocorrer em um período diferente do ensino regular, pois todos devem ser matriculados (SALABERRY, 2007).

De acordo com Jannuzzi e Caiado (2013), nesse processo, muitas instituições foram fechadas, mas outras permaneceram abertas e vincularam suas práticas ao setor educacional na modalidade ensino especial. Nesse sentido, a FENAPAES propôs o projeto *APAE Educadora: a escola que buscamos*, proposta em que as associações deveriam incluir, em seu atendimento, os níveis educacionais: Educação Infantil, Fundamental (Anos Iniciais), Educação de Jovens e Adultos (EJA), e educação profissional.

²⁷ O Projeto Águia se refere às orientações direcionadas aos dirigentes das instituições. Composto por dois programas, o Programa de Desenvolvimento Técnico e o Programa de Desenvolvimento Gerencial, nele, integram-se os manuais de conceitos, gestão financeira, recursos humanos e gestão de materiais, além dos documentos *Política nacional de assistência social* e *Norma operacional básica de assistência social* (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

²⁸ Nomenclatura utilizada no documento: *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*, publicado em 2004, período em que ainda se utilizava esta denominação.

As APAES também encontraram uma brecha legislativa para dar continuidade às suas atividades, o que se deu por meio do PNE (Plano Nacional de Educação, 2014-2024), documento que estabelece metas para educação no Brasil, em todas as modalidades, entre elas, a educação especial, e que contém as seguintes determinações:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (PNE, Meta 4, 2014).

Mesmo sendo favorável à inclusão escolar, a palavra “preferencialmente”, encontrada no plano, deu abertura para que as instituições especializadas, como a APAE, pudessem continuar atendendo a esses alunos. Isso confirma a posição das instituições que enfatizam o direito de escolha da pessoa com deficiência e de sua família, referente ao seu local de estudo. Nesse sentido, justificou-se que os serviços especializados deveriam continuar a ser disponibilizados.

Essa redação foi questionada por muitos que integram o movimento da educação inclusiva, pois interpelaram que essa brecha dificultaria a entrada dos alunos com deficiência no ensino regular. Por outro lado, as organizações e muitos pais de alunos foram favoráveis aquilo definido no Plano, pois, assim, haveria uma extensão dos serviços educacionais destinados às pessoas com deficiência.

Como citado, atualmente, são mais de 2.000 associações espalhadas por todo Brasil, em 23 Estados, e que atendem a cerca de 250.000 pessoas com deficiência. Os números comprovam que se trata de um movimento social grandioso no país. A participação dos pais no crescimento dessa associação tem papel preponderante, pois atuaram de forma política e representativa, no auxílio e, muitas vezes, na liderança do seu processo de fundação e de estruturação.

Historicamente, os pais têm sido uma importante força para as mudanças no atendimento aos portadores de deficiência. Os grupos de pressão por eles organizados têm seu poder político concretizado na obtenção de serviços e recursos especiais para grupos de deficientes, particularmente para deficientes mentais e auditivos (MAZZOTTA, 2005, p. 64).

Percebemos que a criação e disseminação do movimento apaeano ocorreu por meio do apelo e apoio social que se desdobrou em sua organização e estruturação com a criação de federações nacionais e estaduais, fato que fortificou ainda mais o movimento e possibilitou o aumento do seu alcance por todo o Brasil. As ações das federações incentivaram a disseminação das APAES, ao divulgar e viabilizar suas ações, e por contar sempre com a sensibilização da sociedade em vários segmentos profissionais, educativos, institucionais (públicos e privados) e, sobretudo, dos pais e amigos da comunidade que envolvem as pessoas com deficiência.

Vale destacar que, mesmo diante das ideias inclusivas instauradas, muitos pais tendem a optar pelas instituições especializadas. Esse fato não pode ser desconsiderado, devido à grande influência que os pais têm no desenvolvimento dessas entidades.

No entanto, sem desconsiderar o conhecimento acumulado nessas instituições, evidenciado no reconhecimento e na demanda ao longo dos anos, no atendimento às pessoas com deficiência, não podemos afirmar que as APAES atuam no processo de inclusão educacional, mas sim na inserção dos mesmos, seja no mercado de trabalho ou no meio social. Há, portanto, a necessidade de superar as práticas individuais existentes no sistema educacional e desenvolver interações coletivas em todos os âmbitos sociais.

De acordo com o art. 9 da Declaração de Salamanca (1994), as escolas especializadas poderiam ser um importante instrumento no avanço da educação inclusiva, na medida em que dariam apoio às instituições escolares de ensino regular e contribuiriam para a formação profissional e utilização de metodologias adequadas para o atendimento das necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

A esse respeito, Figueira (2013) descreve a inclusão escolar como algo incondicional, com a reformulação integral do ensino educacional. Por outro lado, o autor também defende que esse processo deva acontecer de maneira gradativa, com uma vinculação entre as escolas especiais e o ensino regular, sem o fechamento imediato dessas instituições.

Isso sim seria discriminatório e prejudicial às pessoas com necessidades especiais que precisam desses serviços como garantia de acesso aos modelos de escolaridade comum. Com o tempo, esses alunos terão possibilidades cada vez mais amplas em relação às situações escolares regulares, cada vez menos necessidade de apoio especial. Sua permanência na escola e entre os colegas favorecerá o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem e com efeitos emocionais positivos (FIGUEIRA, 2013, p. 112).

Figueira (2013) não defende, dessa forma, a inserção das crianças com deficiência, primeiramente, na educação especial, mas também não desconsidera os ganhos alcançados pelas entidades. Assim, beneficiar-se de seu trabalho para a afirmação e transição para inclusão

escolar em sua totalidade seria algo relevante. Nessa articulação, é possível que, futuramente, as escolas de educação especial não precisem mais desempenhar esse papel, pois o ensino comum estaria, de fato, estruturado para desenvolver, de maneira efetiva, a “Educação para todos”.

Outros autores também comungam dessa concepção: não são contra a existência de serviços ou instituições especializadas, mas propõem a incorporação dessas atividades de maneira colaborativa no processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais.

[...] ao invés de defender, como vem sendo feito em alguns meios, o fechamento das escolas especializadas, estamos propondo que as mesmas revejam o seu papel fortalecendo-se como centros de referência para formação de recursos humanos, pesquisas, produção de material adaptado, entre outras ações em prol do aprimoramento de estratégias de Educação Inclusiva (GLAT *et al.*, 2007, p. 352).

Por sua vez, Mantoan (2015, p. 63-64) defende a inclusão de maneira radical, com o fechamento de outras escolas especiais e transformações profundas nas escolas regulares para que possa atender a todos, sem distinção:

A escola real, aquela que não queremos encarar, coloca-nos, entre muitas outras, essas questões de base que insisto em apontar: muda a escola ou mudam os alunos, para ajusta se ajustar às suas velhas exigências? Ensino especializado para todas as crianças ou ensino especial para algumas? Professores que se aperfeiçoam para exercer suas funções, atendendo às peculiaridades de todos os alunos, ou professores especializados para ensinar aos que não aprendem e aos que não sabem ensinar? Mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado é encarar a escola real. Esse é o nosso alvo e o grande problema da educação destes novos tempos.

A educação especial, no Brasil, ainda não alcançou o estágio idealizado, haja vista a não concretização das normas instituídas. Consideramos que, para a Educação Inclusiva ser efetivamente implantada, é preciso que haja comunhão entre os variados modelos educacionais, seja especial ou regular, tendo como princípio a acessibilidade de todos os alunos no ambiente escolar e, sucessivamente, em todo meio social. Ao mesmo tempo, quando necessário, devem-se propiciar, às pessoas com deficiência, serviços especializados que auxiliem em seu pleno desenvolvimento.

Não nos cabe, aqui, desqualificar as ações da APAE, pois estamos certos de que sua importância histórica no atendimento às pessoas com deficiência é amplamente reconhecida. Elas cumpriram seu papel em determinado momento e foram o único caminho para que esses sujeitos pudessem, de alguma forma, se integrar à sociedade e ter a possibilidade

de obter algum suporte para identificar suas necessidades e desenvolver suas habilidades. No entanto, de acordo com as legislações e discussões vigentes, o setor educacional, em sua totalidade, deve caminhar para que todos os alunos tenham direito ao acesso regular, em todos os níveis e instâncias, com uma educação de qualidade. A pessoa com deficiência precisa participar da sociedade, dos espaços como qualquer outro indivíduo. Trata-se de um direito de todos eles e cabe à sociedade modificar sua forma de atender a esses sujeitos, com suas necessidades e diferenças.

Reconfigurar o sistema escolar para sua adequação às necessidades específicas de todos os alunos é a visão central do processo inclusivo. A proposta é agir de forma oposta à trajetória histórica, marcada pela marginalização de vários grupos sociais e culturais, incluindo as pessoas com deficiência, que não tinham direitos ou lhes eram negados, não só na vivência educacional, mas em diversos aspectos da convivência em sociedade.

2.2 Conhecendo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto

Ao apresentar a APAE-OP, percorremos dois níveis de descrição referentes aos aspectos institucional e pedagógico para entendermos como se deu o estabelecimento da associação em Ouro Preto e como a instituição se organiza e desempenha seu papel no atendimento às pessoas com deficiência.

De acordo com Jannuzzi e Caiado (2013), durante o período colonial no Brasil, as crianças com deficiência eram abrigadas juntamente com as crianças abandonadas e com os doentes nas irmandades particulares e nas Santas Casas de Misericórdia. Em Ouro Preto, não foi diferente. Há uma descrição de que, em 1730, na antiga Vila Rica, o atendimento a essas crianças era realizado pela Irmandade de Santa Ana, que era, de acordo com sua regulamentação, “uma casa de expostos e asilo para desvalidos”²⁹. Em relação ao atendimento especializado, assim como ocorreu no Brasil, possivelmente em Ouro Preto, os médicos foram os primeiros a disponibilizar esse serviço às pessoas com deficiência até a fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais na cidade, que ocorreu em 17 de novembro de 1982 e que seguiu o modelo médico na perspectiva da institucionalização.

Segundo Mazzotta (2005), entre os anos de 1981 a 1988, período que compreende a fundação da APAE-OP, dados estatísticos relacionados à Educação Especial no Brasil

²⁹ Estatuto da Irmandade de Santa Ana, art. 2º (SOUZA, 1991 *apud* JANNUZZI; CAIADO, 2013, p. 4).

comprovam que houve um aumento de matrículas nas instituições especializadas. Essa informação reitera que as concepções de integração veiculadas nas legislações da época não foram eficazes, uma vez que os alunos com deficiência, em sua maioria, não eram inseridos no ensino regular. Nesse cenário há a preferência da comunidade por essas instituições, questão que também pode ser vinculada a não afirmação das normas estabelecidas pelo governo para a educação das pessoas com deficiência.

A trajetória histórica da APAE-OP iniciou-se com desdobramentos e discussões realizadas entre pessoas da comunidade ouro-pretana, profissionais da saúde, professores, pais de crianças e adolescentes com deficiência. De acordo com a Ata de Assembleia de Constituição da APAE-OP, a fundação ocorreu no salão de reuniões da Escola Técnica de Ouro Preto, atualmente Instituto Federal Minas Gerais – *Campus* Ouro Preto. O farmacêutico Hélio Harmendani ficou encarregado de conduzir os trabalhos, sendo também integrante da comissão responsável pela elaboração do Estatuto Social, que regeria a instituição criada. Por esse motivo, foi, posteriormente, homenageado e teve seu nome intitulado a escola da APAE-OP. A comissão foi eleita pelos 28 associados presentes na reunião. Em março de 1983, foi aprovado o Estatuto e, assim, foi eleita a primeira diretoria da APAE-OP, composta por Hélio Harmendani, pelo médico José Martinho Fraga da Rocha, pela assistente social Ana Maria de Paiva Reis, e pelo professor Eurípedes Alves Pinto, entre outros.³⁰ Alguns profissionais da saúde, professores e pais de crianças e jovens com deficiência direcionaram todas as ações da criação da instituição, que foi se estruturando ao longo dos anos.

³⁰ Ilza Maria de Carvalho, foi a primeira presidente eleita, em 1986, passaram também pelo cargo o professor Eurípedes Alves Pinto, Lilian Groffroy Fuentes Hélio Harmendani que era associado e que também tinha a função de tesoureiro na diretoria, nome da escola dado em sua reverência. Da mesma forma outros associados assumiram a presidência como Maria Carneiro, Maria Antônia Prazeres Márcia Luiza de Vasconcelos Penna e Fortes que pediu exoneração do cargo transferindo sua função de presidente à sua vice Maria Imaculada Ângelo Gonçalves, eleita para o mandato entre os anos de 2014 à 2016, a mesma estava no cargo no período da pesquisa, sendo substituída em janeiro de 2017 pelo administrador Wilton Neves da Silva que seguirá no mandato até o ano de 2019.

Figura 10: Fachada da APAE-OP (2017)



Fonte: Acervo da autora

Segundo o Estatuto da APAE-OP (2012), sua sede foi construída legalmente na Rua João Pedro da Silva, número 155, no bairro Bauxita, local onde ainda está instalada atualmente. Inicialmente, sua estrutura e seu quadro profissional eram bem restritos, pois contava somente com duas professoras especializadas e com quatro voluntários. Um ano após sua fundação, obteve registro de Pessoa Jurídica no Livro A1 nº. 94, em 13 de junho de 1983. Em 1984, por meio de uma lei municipal, foi denominada como uma instituição de utilidade pública. Filiou-se à Federação Nacional das APAES somente em 1992, quando começou a seguir as determinações da federação. Também congrega a Federação das APAEs de Minas Gerais e foi eleita como de utilidade pública em nível federal em 2001.

Esses processos de nomeações e titulações interferiram nos recursos governamentais disponibilizados. Até então, a APAE-OP sobrevivia apenas de donativos. Atualmente, possui cadastro na Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS), registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e é autorizada, pela Secretaria de Estado de Educação, para seu pleno funcionamento.

A legitimação dessa instituição em nível municipal, estadual e federal foi fundamental para o reconhecimento da sociedade, pois facilitou sua efetivação no sistema educacional na cidade de Ouro Preto. Essa validação possibilita, além da obtenção de recursos advindos do poder público, a valorização por parte da comunidade local, um fator primordial para sua estabilização ao longo desses 34 anos de existência.

Atualmente, tem como mantenedora a Escola de Educação Especial Farmacêutico Dr. Hélio Harmendani, e conta com a colaboração da Prefeitura Municipal e de demais órgãos que auxiliaram no arrecadamento de recursos. Percebe-se que essa instituição filantrópica

nasceu tendo um viés assistencialista e clínico. É importante ressaltar que, nesse período, a inclusão das crianças e adolescentes com deficiência na rede regular de ensino ainda não havia sido estabelecida pela legislação, estando ainda dentro do contexto de integração.

No que se refere aos preceitos institucionais, a APAE-OP segue a mesma perspectiva de todas as APAEs brasileiras e assume, como missão:

Promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária (ESTATUTO APAE-OP, 2012, art. 3, p. 2).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2013-2016, p. 12), a APAE-OP revela ter como compromisso oferecer ao aluno um ensino que propicie uma aprendizagem efetiva e que desperte o seu interesse na busca por novos saberes e conhecimentos. Apresenta, como pressuposto, tratar a pessoa com deficiência como “um ser humano dotado de sentimentos, emoções e elaborações mentais”. Nesse discurso, a APAE-OP afirma que se atem às particularidades do indivíduo, sendo a deficiência entendida como uma de suas múltiplas características, e não como a única configuração possível de sua individualidade.

Como consta no Estatuto da APAE-OP (2012, p. 2), a instituição assume, juntamente com as famílias e órgãos públicos, uma gestão “democrática, transparente e participativa”. Busca, assim, parcerias para garantir a manutenção e a expansão de seu espaço físico, bem como a ampliação de suas atividades. Além do apoio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e da Secretária Municipal de Educação, a APAE-OP conta com algumas parcerias para se manter: da Fundação Gorceix, de sócios contribuintes da comunidade ouro-pretana, do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Ouro Preto, da Beneficência Padre Pedro Àrbues, do Instituto Federal Minas Gerais – *Campus* Ouro Preto e da Universidade Federal de Ouro Preto.

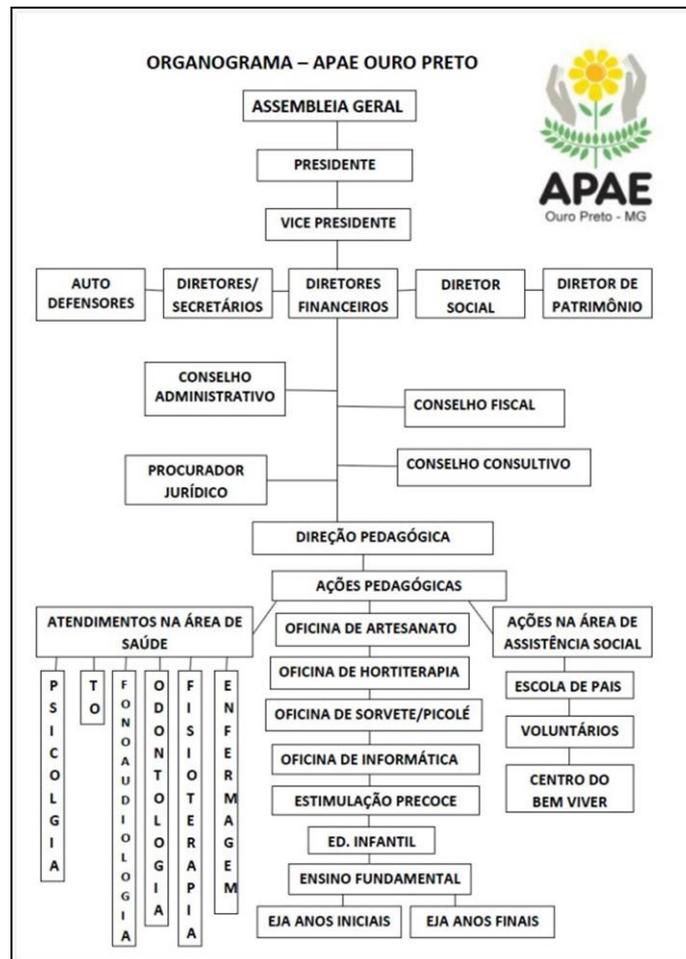
Na APAE-OP, o quadro social é constituído pelos associados da instituição, dentre eles, os contribuintes, beneméritos, correspondentes, honorários, especiais e fundadores. É de responsabilidade desses associados desenvolver as concepções do movimento apaeano, no que se refere às ações vinculadas à saúde, à educação, à formação intelectual e ao desenvolvimento dos alunos em todos os níveis e modalidades. Fica a cargo do presidente da entidade representar legalmente as pessoas físicas e jurídicas que compõem a Associação. Também fazem parte das tomadas de decisões da instituição os setores responsabilizados pela organização tais como a

Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva, a Autodefensoria³¹ e o Conselho Consultivo.

A diretoria da APAE é composta por pessoas influentes da comunidade local, pais de alunos, contribuintes, além de representantes dos próprios alunos. O que for decidido sobre a instituição deve ser aprovado pelos mesmos, conforme prevê o Estatuto institucional. São eles que definem a ordenação do sistema geracional e as demais ações desempenhadas pela instituição, como prevê o planejamento estabelecido pela FENAPAES.

Todas as áreas que envolvem questões burocráticas, administrativas, organizacionais são reveladas como parte fundamental do desenvolvimento da APAE-OP, pois são elas que dão respaldo para que suas atividades possam acontecer.

Gráfico 2: Organograma da APAE-OP



Fonte: Site da APAE-OP

³¹ A *Autodefensoria* refere-se a um projeto estabelecido pela FENAPAES, no qual os alunos participam das decisões que ocorrem na instituição. Em Ouro Preto esse projeto teve início em 2007, ano em que inicia-se o processo de regulamentação da APAE-OP na prestação de serviços escolares.

O Gráfico 2 apresenta o quadro organizacional da APAE-OP, com informações sobre como são divididas as representações, as atividades clínicas e pedagógicas oferecidas. Vê-se que há atendimento em várias áreas, no oferecimento da modalidade educação especial e nas áreas clínicas e assistencialistas vinculadas as ações pedagógicas da instituição. O projeto do Congado não está descrito entre as atividades pedagógicas da instituição. Qual seria o motivo da não inserção do Congado nas ações da APAE-OP?

A estrutura material e institucional da APAE-OP conta com espaços específicos para determinadas atividades, tanto clínicas e terapêuticas, como a sala de fisioterapia e o ambulatório médico, quanto pedagógicas e educacionais, como salas de aula, ambiente para oficinas e práticas artísticas. Em seu quadro de funcionários, há profissionais especializados para o atendimento clínico, sendo três fisioterapeutas, um fonoaudiólogo, um terapeuta ocupacional, uma enfermeira e um dentista voluntário do Projeto Sorria³². Há também motoristas, auxiliares de serviços gerais (faxineira e cozinheira), dez cuidadores de crianças, dois servidores pedagógicos, um assistente social, além de 24 professores regentes de turma, três professores eventuais, um professor de Educação Física e três professores de oficina pedagógica. Cabe aqui problematizar, qual o envolvimento desses profissionais com o Congado na APAE-OP? Questão que discutiremos adiante.

Como já relatado, os recursos estruturais, financeiros e humanos, atualmente, são obtidos em parceria com órgãos governamentais, mas campanhas também são realizadas pela instituição para angariar fundos, além das doações recebidas por organizações particulares, públicas e de pessoas físicas – meios utilizados para aquisição de subsídios e ampliação estrutural.

No aspecto pedagógico, em meio há mudanças que ocorreram no setor educacional, em que a educação especial foi sendo inserida como modalidade de ensino, a associação abriu espaço para a escola de maneira regulamentada. De acordo com a coordenadora pedagógica que trabalha na instituição desde 1998:

Eu, como pedagoga, quando eu entrei aqui, a APAE, ela tinha um planejamento, né?, não era escola e os alunos não tinham o percurso escolar, então, isso foi caminhando, a gente fazia uma proposta de trabalho e trabalhava aquela parte de estimulação até mesmo da própria alfabetização com o aluno, mas não tinha aquele direcionamento, assim, aquela coisa de escola. A gente tinha dentro da proposta de APAE mesmo. Aí, com o passar do tempo, mudando as políticas de educação, né?, a LDB foi só mudando, então, as escolas especiais, que são as APAEs, tiveram que se adequar ao

³² Projeto que disponibiliza atendimentos dentários para crianças e adolescentes do município de Ouro Preto.

trabalho dela para não perder os alunos, por que começou, inclusive, aquele movimento de fechar as APAEs. Porque nenhuma APAE tinha o perfil de escola e a gente tinha um problema muito grande, porque o aluno saía daqui com 16, 17 anos, ele saía, simplesmente, com um relatório e a escola que ele ia não tinha a vida escolar daquele aluno (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

De acordo com a pedagoga, o serviço realizado pela APAE não tinha como principal objetivo os aspectos educacionais. Para atender a legislação, a Associação foi obrigada a se adaptar às normas estabelecidas. A APAE-OP começou a se configurar com um serviço escolar regulamentado há pouco tempo, mais precisamente em 2011.

Então, eu entrei com o processo de regulamentação da APAE em 2007, mais ou menos. Ele demorou quatro anos para ser aprovado, ele foi aprovado em 2011. Quando eu iniciei o processo para a gente direcionar o nosso trabalho, ter as diretrizes, os parâmetros curriculares nacionais, então, o que aconteceu? Nós não conseguíamos a autorização. Aí, quando o processo começou a caminhar, que foi feito um levantamento que o Estado iria garantir o estudo da criança até sete anos, então, eu tive que estudar uma estratégia, porque parte dos meninos da APAE já estava aqui há muito tempo e não tinha feito o percurso escolar. Então, eu pensei na EJA Anos Iniciais, só que, de início, a inspetora achou que não, que não iria ser aprovado, que era uma coisa que não ia dar certo. Aí, teve uma série de fatores negativos para que não colocasse a EJA Séries Iniciais, aí eu continuei brigando, brigando e falei que gostaria de enviar. Mesmo que se não for aprovado, eu gostaria de mandar. Então, eu dei a felicidade, a sorte de, quando eu enviei o processo de Ensino Fundamental e Educação Infantil já estava tramitando e, nesse meio tempo, o da EJA foi e quando veio a aprovação. Já saiu tudo, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a EJA Anos Iniciais. Foi assim que a gente pegou e pode dar o percurso escolar para todos os alunos (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

A coordenadora pedagógica revelou, durante a entrevista, o percurso em que a instituição foi sendo regularizada, quando foi criada uma estratégia para que todos os alunos fossem abarcados pelas modalidades de ensino a serem estabelecidas. Será que levaram em consideração o conhecimento ou a fase do aluno? Já que essa prática não fazia parte do trabalho oferecido pela APAE-OP. Segundo Helena, atualmente, a instituição segue as políticas públicas instauradas na educação, mas enfatizou que ainda não perderam seu caráter filantrópico, por fazer parte de sua essência institucional. Destaca-se também que conseguem acompanhar todo o processo educacional do aluno.

Hoje, a APAE, ela tem toda a documentação da proposta pedagógica, o direcionamento, o acompanhamento. Então o processo, hoje, está todo de acordo com a Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais. Tem as portarias todas lançadas pelo MEC. Então, hoje, ela é toda regulamentada. Ela é uma instituição filantrópica, porque ela não pode perder essa característica dela, ela é uma escola porque se faz necessário que o aluno tenha o direcionamento de escola e também de uma terminalidade específica, ou seja, ele formou, ele parou no 5º ano, ele parou no 1º ano ou na Educação Infantil. Então a escola tá dentro desse patamar (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

A APAE-OP é, portanto, mantida pela Escola Farmacêutico Dr. Hélio Harmendani, que dispõe dos atendimentos escolares às pessoas com deficiência residentes no município de Ouro Preto, e tem 215 alunos com deficiência matriculados. Segundo o Projeto Político-Pedagógico da APAE-OP (2012-2014), os beneficiários da instituição são alunos de todas as idades com diferentes tipos de deficiência: intelectual, atraso do desenvolvimento neuropsicomotor, distúrbio de equilíbrio, alterações de coordenação motora, diminuição da força muscular, paralisia cerebral, autismo, distúrbio de interação social, traumatismo crânio encefálico, AVC (Acidente Vascular Cerebral), síndrome de Down e outras síndromes.

Ao evidenciar o seu público-alvo, a APAE-OP se contradiz com a proposta de inclusão instaurada atualmente, pois, de acordo com Mantoan (2015), no processo inclusivo, não pode haver distinção, nem rotulação dos alunos, se são ou não deficientes. Apesar disso, entendemos que como uma instituição que só recebe alunos com deficiência, pode não ter se atentado para essa concepção ao informar a respeito de seu público-alvo no PPP. Nesse sentido, o processo de segregação vinculado a essas instituições é ainda evidente na APAE-OP.

Como revelado anteriormente, a instituição passou por um processo de reformulação com a normatização de seu setor escolar e quando passou a ofertar, na educação especial, os seguintes os níveis e modalidades: Educação Infantil, destinada para crianças até cinco anos de idade; Educação Pré-escolar, destinada às crianças com idade entre quatro e seis anos; Ensino Fundamental, com duração mínima de nove anos; EJA (Educação de Jovens e Adultos), abrangendo os Anos Iniciais e os Anos Finais do Ensino Fundamental. Em 2016, foi instaurado, na APAE-OP, o processo de escolarização e profissionalização que se refere a programas de alfabetização e de iniciação para o mercado de trabalho e sua inserção na escola regular.

Há informações contraditórias no que diz respeito aos critérios de divisão dos alunos em classes, mas, de acordo com o PPP mais recente, isso ocorre de acordo com a faixa etária. Assim, a Fase I se caracteriza como a Educação Infantil, de zero a seis anos; na Fase II, ocorre a escolarização inicial para os alunos de sete a catorze anos; e na Fase III há o encaminhamento do aluno para o ensino profissional e sua inserção na escola regular.

Vale ressaltar que as medidas colocadas em prática na unidade escolar da APAE-OP são direcionadas pelo documento *APAE Educadora: a escola que buscamos*³³. Nele, os

³³ O documento faz parte do Plano Estratégico do Projeto Águia, que define ações educacionais com o objetivo de direcionar as unidades escolares de acordo com a atual política educacional brasileira.

alunos são enturmados de acordo com a idade cronológica, e têm, quando necessário, atendimento nas áreas da saúde (Fonoaudiologia, Fisioterapia e Psicologia), o que qualifica o auxílio técnico-pedagógico dentro da instituição. O calendário escolar contempla os dias letivos e horas previstos para todos os níveis educacionais oferecidos.

Diante de tais informações, questionei às professoras entrevistadas como era pensada a estratégia pedagógica na APAE-OP. A professora Ana destacou a dificuldade encontrada para adequar o ensino curricular em suas aulas:

As estratégias pedagógicas são planejadas para atender às necessidades dos alunos, de acordo com suas dificuldades mesmo, né?, e as limitações dele também. Porque você vê, uma turma com dez alunos, cada um está no seu nível e um consegue fazer o raciocínio sem precisar de material concreto, outros não. O tema, eu busco um só, por isso, que eu acho, assim, as pessoas falam: “Mas como você consegue?” É difícil, é muito difícil. O que me ajuda é pelo tempo que eu estou aqui, aí você acaba criando um equilíbrio, um aprendizado que te ajuda a separar. Se eu vou trabalhar, uns precisam de um material concreto, sistema de numeração, tabela, uns conseguem fazer até determinado número, outro já está mais avançado. Uns já podem trabalhar com quatro algarismos, outros com três. É difícil, é, mas o que ajuda é a quantidade pouca de alunos, são poucos alunos, na turma de trinta alunos, um professor de ensino regular não dá conta, porque dificuldade de aprendizagem eles já trabalham no ensino regular, eles já trabalham isso sem que o professor perceba, só que a demanda é muito maior do que a escola, aqui, por exemplo, aqui uma escola especial, tá em torno de dez alunos por turma (ANA, professora da APAE-OP, 2016).

De acordo com a Ana, ter alunos de variados níveis em uma só classe dificulta o seu trabalho, mas ela enfatiza também que o número reduzido, contrariamente ao ensino regular, pode favorecer sua prática, pois consegue especificar a forma de ensinar, seguindo as necessidades de cada um.

A professora Luiza também exalta a heterogeneidade dos alunos com deficiência presente na sala aula e afirma que a metodologia utilizada se difere de acordo com o diagnóstico de cada aluno.

Aqui é a EJA nas Séries Iniciais e é um público bem diversificado. Pelo menos, essa sala desse ano está um pouquinho mais complicada do que as outras que eu já passei. Porque aqui eu lembro que tem aluno com deficiência intelectual, eu tenho surdo, e eu tenho a Lourdinha, que tem deficiência visual. Então é bem diversificado o trabalho aqui. E eu trabalho todas as disciplinas na medida do possível (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

As duas professoras citadas lecionam todas as disciplinas em turmas de EJA. Percebemos, em suas falas, as adversidades enfrentadas diante do público diverso com o qual trabalham. Assim, cabe inferir que a metodologia utilizada se difere do ensino regular, ainda que, de acordo com o PPP (2013-2016), não se deva distinguir, em totalidade, das escolas

regulares. Associa-se, à metodologia pedagógica, o Método Teacch no tratamento e educação de crianças com autismos e com déficits relacionados à comunicação³⁴.

De acordo com o Regimento Escolar (2013), a escola especial da APAE-OP segue a mesma matriz curricular do ensino regular. No caso do Ensino Fundamental, oferece as disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências da Natureza, Arte e Educação Física. Trabalha-se como parte diversificada, o Ensino Religioso, a Informática Educacional e a Língua Estrangeira Moderna Inglesa. As ações para a formação profissional dos alunos são específicas, conforme suas características e especialidades. Os cursos disponíveis são auxiliar de cozinha, vendas e atendimento ao público, *office boy*, jardinagem, cerâmica e artesanato.

Estaria o Congado vinculado há alguma dessas disciplinas? Outras aprendizagens, fora do currículo escolar como as oficinas oferecidas, não aparecem na descrição da matriz curricular, mas ganha destaque na fala das professoras como será evidenciado. Tomo aqui os questionamentos de Silva (2010, p.14) sobre o conhecimento a ser estudado pelos alunos: “O que eles ou elas devem saber? Qual conhecimento ou saber é considerado importante ou válido ou essencial para merecer ser considerado currículo?”

Silva (2010) em sua teoria acerca do currículo adverti-nos da necessidade de se pensar em currículos que contemplem o contexto social e cultural do estudante, fazendo do currículo um instrumento para que todas as experiências de ensinar e aprender possam atingir a todos os alunos, valorizando as diferenças e contexto cultural em que vivem, dando significado ações vividas e os saberes aprendidos. Assim nos aproximamos da ideia de que:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2010, p. 150)

A escola, ao assumir o papel de dialogar por meio de diferentes culturas, contribuiria para o reconhecimento dos conteúdos culturais e históricos pertencentes aos alunos, indo contra qualquer tipo de exclusão, auxiliando na transmissão dos saberes e propiciando aos mesmos a

³⁴ Refere-se a um programa diferenciado com aspectos educacionais e clínicos, que tem uma prática psicopedagógica. Esse método foi criado por meio de um projeto de pesquisa no qual houve a observação do comportamento de crianças autistas com o objetivo de obterem resultados mais favoráveis em relação à sua aprendizagem. Disponível em: <<http://teofilootoni.apaebrasil.org.br/noticia.phtml/35955>>. (Acesso em: 6 dez. 2015.)

inserção e valorização de sua cultura, estreitando a relação em meio às diferenças. O Congado enquanto uma manifestação cultural, que pratica ações pedagógicas, envolve saberes transmitidos entre as gerações e diferentes grupos sociais, estaria presente efetivamente no currículo escolar da APAE-OP? Como seus saberes são vivenciados na instituição? Seus saberes são reconhecidos e praticados como conhecimento? Questionamentos que aprofundaremos adiante.

No que se refere a questão do ensino profissional direcionado às pessoas com deficiência, mesmo não havendo seu aprofundando, percebe-se que, na APAE-OP, há a predominância de operacionalizações manuais. Esse fato exemplifica o cenário que as pessoas com deficiência ainda enfrentam em sua atuação. Nota-se que as oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência ainda têm caráter segregador e pouco satisfatório, mesmo tendo respaldo da legislação vigente³⁵.

Ainda a respeito do conteúdo curricular, no PPP (2013-2016), há a descrição da utilização do Plano Educacional Individualizado para avaliar os alunos. Trata-se de um documento desenvolvido com o objetivo de contextualizar quais e como serão realizadas as intervenções pedagógicas para cada aluno. A coordenadora pedagógica Helena, da APAE-OP, destaca que a avaliação da aprendizagem desses alunos ocorre não somente pelos conteúdos e temáticas ensinados, mas, em sua maioria, pelas oficinas pedagógicas oferecidas.

Olha, o currículo, hoje, é composto por alguns conteúdos e oficinas, mas o aluno da APAE, muita das vezes, você não consegue avaliar a parte do currículo dele, porque a maioria dos alunos da APAE, eu enquanto pedagoga já observei que eles gostam muito de..., de coisas que têm retorno. O que tem de retorno para eles? [...] Então, muita das vezes, o professor não consegue avaliar aquilo ali no Português, na Matemática, em Ciências. Muitas das vezes, essa avaliação, ela vai lá para fora, então, esse aluno está sendo avaliado no convívio dele no Coral de LIBRAS, no convívio dele no Congado, no convívio dele na Fanfarra e em outros (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

A pedagoga ainda destaca que, devido ao público atendido pela instituição e que ela chama de “alunos de APAE”, necessita-se de uma educação especializada. Ela afirma que os conteúdos programáticos, muitas vezes, não são alcançados e são substituídos ou complementados por diferentes oficinas.

Tem também a oficina de Informática, eles fazem atividades, aprendem a usar internet, tem os equipamentos adaptados para cada tipo de deficiência, eles gostam do que dão resultado. O caderno, eles não conseguem porque a maioria dos alunos de

³⁵ Lei nº. 8.2013, de 24 de julho de 2001, que dispõe sobre o estabelecimento da obrigatoriedade de as empresas com cem ou mais empregados preencherem uma parcela de seus cargos com pessoas com deficiência.

APAE tem um comprometimento muito grande e, às vezes, não conseguem aprender, então, para eles, essas coisas que são importantes, a Fanfarra, o Congado, o Coral (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

Observamos que as práticas pedagógicas da instituição estão muito voltadas para oficinas e projetos específicos, aspectos muito enfatizados na entrevista como sendo os pontos principais para o desenvolvimento desses alunos com deficiência. De acordo com a professora Joana, são esses projetos desenvolvidos que auxiliam na aprendizagem dos alunos:

Com certeza, se não fosse esses projetos, viu? Acho que toda escola tinha que ter essas coisas e, aqui, como oficina pedagógica, é o que ajuda e tá comprovado, né?, a informática, esses recursos, o que acontece na aprendizagem, né? E eu busco muito isso, eu falo com meu amigo ali [voluntário na sala de Informática], que eu tento focar nisso, buscar jogos, algo que vai ajudar na aprendizagem, a alfabetizar e o Congado, Coral de LIBRAS, a Fanfarra, olha para você ver, isso, com certeza, ajuda muito. Isso tudo já auxilia ele a concentrar, aprender a letra, a escrita, o cálculo. É muito bom, viu?, ainda na APAE, escolas especiais, é muito bom (Joana, professora da APAE-OP, 2016).

Revela-se também que esses projetos atuam como uma adaptação curricular que ocorre no ensino da APAE-OP. Podemos, assim, entender que os conhecimentos científicos presentes nestas práticas são pouco explorados, mesmo tendo as oficinas e as atividades cotidianas como importantes elementos para o aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais, este fica defasado se o conteúdo científico e curricular não é apreendido, pois isso também faz parte do desenvolvimento de escolarização. A professora Joana revela como se dá esse processo educacional dos alunos na APAE-OP:

Assim, eles ficam na sala muito tempo, e tem coisa que a gente não consegue avançar ou, então, você não consegue com o conteúdo da série que eles estão em relação à idade, e se vai participando dessas coisas, aos poucos, eles vão aprendendo. Porque não adianta, é diferenciado mesmo, é um currículo que você tem que adaptar, aí, com os projetos, a gente vai fazendo isso (Joana, professora da APAE-OP, 2016).

As práticas educativas realizadas por meio de projetos foram muito enfatizadas nas entrevistas como um componente de grande relevância na vida acadêmica da instituição. No Regimento Escolar (2013), assim como no PPP (2013) da APAE-OP, há a descrição desses projetos inseridos em sua prática pedagógica, assim como seus principais objetivos.

- *Ser APAE é Ser Comunidade*: tem como objetivo o desenvolvimento pedagógico e social via integração da escola à comunidade;

- *Projeto Inclusão Digital*: tem o intuito promover a inserção da informática como uma proposta interdisciplinar educacional em prol de uma melhor aprendizagem dos alunos. Nesse projeto também há a formação continuada dos profissionais da APAE;
- *Projeto Mãos à Arte*: através de oficinas de artesanato, objetiva-se estimular a coordenação motora dos alunos e desenvolver sua criatividade de forma lúdica;
- *Programa Mercado de Trabalho*: em parceria com empresas locais, o objetivo é inserir o aluno com deficiência no mercado de trabalho;
- *Projeto Artes Cênicas*: com a colaboração de estagiários/alunos do curso de graduação em Artes Cênicas da UFOP, tem, como propósito, despertar as habilidades artísticas e de expressão corporal dos educandos;
- *Coral de LIBRAS*: tem como objetivo o contato direto do deficiente auditivo com a sociedade e a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais em variadas apresentações dentro e fora da instituição;
- *Oficina de Sorvete e Picolé*: tem o intuito de qualificar os alunos para o trabalho e ensino profissional, sendo também fonte de arrecadação, pois o que é produzido também é comercializado;
- *Projeto Verde, Verdura, Horta Escola*: tem o objetivo de desenvolver habilidades dos alunos, levá-los a formar hábitos alimentares saudáveis, manusear e cuidar da terra, promover a interação com o meio ambiente; propõe-se também que seja uma possibilidade profissional aos educandos. A escola utiliza os produtos provenientes da horta para a alimentação da comunidade escolar;
- *Festival de Artes*: projeto preparado ao longo do ano e apresentado à comunidade em forma de teatro ao final do semestre. Esse projeto envolve todas as equipes da escola, Pedagogia, diretoria, funcionários e alunos e conta com o apoio de estudantes da APAE-OP;
- *Projeto Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças*: o Congado é apresentado como um projeto instituído pela escola, visto como uma atividade educativa que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos participantes, ao permitir a socialização dos mesmos. Revela-se também como uma atividade religiosa e cultural que promove o resgate das tradições proveniente do “folclore” e da população brasileira. No entanto, o Congado deixou de ser entendido como folclore associado a lenda e passou a ser compreendido e praticado como uma expressão cultural, uma manifestação.

Percebe-se que, com o intuito de “adaptar o currículo”, como assim é revelado nas entrevistas, há uma variedade de atividades extracurriculares desenvolvidas na APAE-OP, entre

elas, está situado o Congado, objeto principal deste estudo de caso. Mas como as professoras articulam o que ensinam com a manifestação? Elas participam de que forma? Como veem a mudança da rotina da escola com o Congado? No momento oportuno iremos tratar mais especificamente do conhecimento e a não percepção dessas profissionais sobre o Congado em relação a própria escola.

Diante das mudanças que ocorreram no setor educacional em relação a inclusão escolar, a APAE-OP precisou passar por um processo de adaptação. Como já destacado, mesmo em meio às discussões e efetivação das leis em relação à inclusão escolar, as APAES ainda permanecem ativas ao oferecer o serviço educacional direcionado exclusivamente às pessoas com deficiência. No Plano de Ação da APAE-OP vigente, está descrito que o papel da escola frente à inclusão é de caráter gradativo, para que ocorra “sem causar prejuízos”. Segundo o documento, deve-se contribuir para o processo inclusivo desses alunos também por meio da formação de professores e da orientação às famílias. Nele, defende-se que as pessoas com deficiência e seus familiares tenham o direito de escolher onde o estudo será efetuado, como nos afirma Helena, a coordenadora pedagógica da instituição, quando questionada se havia, na APAE-OP, alunos incluídos no ensino regular:

Olha, a gente tem sim. Inclusive, tem um caso de uma aluna do 6º ano e ela veio da escola regular para cá, mas, como nosso 6º ano é EJA, ela não pode ficar por causa da idade. Mas a gente tem alunos incluídos sim, porque é direito da família. Porque, pela lei que saiu, antes era assim, falava-se que era parcialmente, né? Ele poderia ficar tanto na escola comum ou na escola regular. Hoje, a inspetora entende que não é direito do aluno, é direito da família escolher onde vai estudar (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

Diante dessa afirmação, entendemos o porquê da associação se atentar, de maneira tão intensa, em sua relação com os pais de alunos. Além dos familiares serem parte estruturante da instituição, é, principalmente, por meio deles que a mesma se fortifica e dá seguimento aos seus serviços. A professora Joana discorre sobre o atual momento educacional, na qual há discussões sobre o fechamento das APAES e a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular:

Igual está aí, essa inclusão que eu acho que tem que acontecer, já tem mais de dez anos, vem falando das APAEs, de acabar com as APAEs. E eu acho que não vai ficar muito tempo não, porque é incluir mesmo, é adaptar esses meninos à escola mesmo, os professores, especializar os professores, porque eu acho que é assim que funciona também. Antes, quando eu comecei a trabalhar, eu achava que isso era utopia, não isso não vai acontecer, porque, quando eu estudava, tinha aquelas salas separadas, né? Eu falava: “Para mim, isso é uma utopia”. Porque eu vejo alunos aqui que não têm condições mesmo de frequentar uma escola regular, mas, na vida, muita gente não

têm condições de frequentar uma escola regular. Isso tem, isso acontece. Então, se precisa de um atendimento especializado, proporcionar esse atendimento especializado, precisa de escola, precisa de um fisioterapeuta, é adaptar as escolas. Isso tá devagar, mas eu sou a favor da inclusão e ela tem que acontecer mesmo e tem que ser aceita, mas é um processo lento (Joana, professora da APAE-OP, 2016).

Podemos inferir que, embora estejamos diante de discursos inclusivos, a APAE-OP se tornou, ao longo dos anos, um espaço de grande reconhecimento da população local. No entanto, diante das questões inclusivas pertinentes para uma mudança de paradigma na educação, ainda não atua como colaboradora efetiva nesse processo. Joana revela sua visão sobre o papel da APAE-OP no processo de inclusão escolar:

Mas o que a APAE, que é uma instituição que tem mais de cinquenta anos, ela sempre busca, assim, o melhor. E dentro da inclusão, tudo que tem, que vem de decreto, de novo, ela tenta adaptar e eu acho que ela quer preservar os direitos que foram conquistados e, mesmo sabendo que a associação mude todos os parâmetros, as leis de uma escola que agrega, que abre portas. A APAE tem uma escola especializada, antes ela não tinha, hoje ela presta serviço educacional. Então, assim, tá sempre debatendo o tema da inclusão. Falar que a APAE é contra a inclusão, nunca. Isso não tem (Joana, professora da APAE-OP, 2016).

Não temos dúvida da importância da APAE na cidade de Ouro Preto. Mas, pensando na perspectiva da inclusão, a instituição ainda necessita se atualizar, pois não assumiu o seu papel de apoio às escolas regulares, e sim tem atuado como um ensino substitutivo, já que, em sua grande maioria, os alunos não estão inseridos no ensino regular. A professora Luiza, ao ser questionada se há alunos que estudaram ou estudam na APAE-OP sendo inseridos, afirmou que isso já tem acontecido em alguns casos:

Tem sim, tem alguns, tem um que está em Furquim, tem o outro daqui de Ouro Preto, tem muitos que já saíram e voltaram. Mas você vê que tem meninos que estão caminhando, evoluindo, entendeu? Mas é muito legal você ver aqueles que estão indo, tem uns que tem dificuldade, mas vai evoluindo devagarzinho (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

Entendemos que a APAE-OP deve atuar necessariamente como uma instituição de apoio, não como uma educação substitutiva, visto que há pessoas com deficiência que vão demandar alguns cuidados específicos. Nesse sentido, as APAEs cumprem essa função que a escola regular não dá conta. Mas estar em uma instituição especializada não deve impossibilitar que o aluno com deficiência seja incluído na escola regular, podendo estar e participar de todos os espaços como qualquer indivíduo.

Pensando no aprimoramento e desenvolvimento integral desses alunos, seria, então, necessário oportunizar condições efetivas de aprendizagem. Isso poderia ocorrer de maneira real se as escolas regulares e as APAEs pudessem trabalhar juntas nesse processo.

2.2.1 A formação e atuação dos professores da APAE-OP

Tomando como referência as entrevistas realizadas com a coordenadora pedagógica e com as professoras da APAE-OP, construímos um perfil dos profissionais atuantes na instituição para entendermos aspectos sobre o trabalho pedagógico.

De acordo com o Regimento Escolar da instituição, os professores são cedidos pela Rede Estadual de Ensino e pela Superintendência Regional de Ensino ou são funcionários ou conveniados pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Como afirma a professora Silvânia³⁶, que iniciou seu trabalho na APAE-OP em 1998, depois que a escola estadual em que trabalhava passou a ser de responsabilidade municipal: “Eu trabalhava no Tomás Gonzaga, aí municipalizou, aí eu fui para a APAE na vaga do Estado”. Fato que aconteceu também com outras professoras, como afirma a professora Luiza, que está na APAE-OP:

Veio eu e um grupo de professores. Vieram cinco professores, inclusive a Silvânia. Aí eles começaram a ver o perfil para ver. Tinha uns técnicos aqui, colocaram a gente para conversar e tal, para ver qual lugar iriam nos encaixar. Me olharam e me falaram que eu iria para uma sala de surdos. Eu falei assim: “Muito obrigada” (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

As professoras relataram que iniciaram sua experiência na APAE-OP sem nenhuma especialização na área da educação especial. A formação de professores é um tema descrito no Regimento Escolar da APAE-OP como parte fundamental no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. A associação apoia, atualmente, a qualificação dos profissionais **com a** participação em cursos, congressos e debates, com o objetivo de obter formação teórica e prática que poderá contribuir para o melhoramento da qualidade de ensino na educação especial. No entanto, percebemos que a formação de professores ou o conhecimento específico não era pré-requisito para a contratação de profissionais, uma vez que a formação dos mesmos em educação especial só ocorreu após a entrada na APAE-OP.

³⁶ Conforme mencionado anteriormente, Silvânia é capitã do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças criado na APAE-OP.

Eu possuo formação acadêmica em Normal Superior, me formei no ano de 2005, em Pedagogia. Iniciei como professora regente aqui na APAE em 1997 e sempre busquei participar de cursos de formação continuada no âmbito da educação especial. Já fiz especialização em Psicopedagogia e em Alfabetização e Letramento. E também tenho formação no ensino especial (Ana, professora da APAE-OP, 2016).

A professora Luiza começou a lecionar na APAE-OP em uma sala com alunos surdos sem possuir nenhuma formação em educação especial ou em linguagem de sinais. Ela revela, na entrevista, como enfrentou essa carência, que ocorreu a partir dos seus próprios recursos: “Depois que eu entrei, formação específica eu tive, depois de anos, uns quatro anos depois que eu já estava com essa turma de surdos, eu tive que ficar batendo cabeça mesmo”. A professora teve que aprender LIBRAS para, então, oferecer um melhor ensino aos seus alunos, o conhecimento foi surgindo na prática:

Eu que fui tentando. Foi, assim, muito engraçado, porque eu não sabia nada, eu já tinha visto só aqueles cartõzinhos na rua e eu perguntava aqui e ninguém nunca tinha trabalhado nada de LIBRAS com esses meninos e eles faziam só aqueles gestos mais bruscos para comunicar, por exemplo, fazer xixi. E era uma turma muito difícil e aí eu não sabia o que fazer, aí uma luz me iluminou que eu fui em um amontoado de livros numa biblioteca, nem lembro mais onde. Eu encontrei por acaso um livro deste tamanho [mostrou com as mãos] de LIBRAS e por ele eu comecei. Vai ser por esse aqui. Comecei a estudar, a ampliar o alfabeto, desenhava a mão mesmo, naquela época não tinha nada mesmo, né? Ampliei o alfabeto, plastifiquei, coleí, fui trabalhando nome, número e fui assim com eles (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

Outro aspecto relevante encontrado diz respeito à longa permanência dessas profissionais dentro da instituição, como afirma Helena sobre seu tempo de trabalho na APAE-OP: “Estou aqui há 21 anos. Mas, como pedagoga, eu comecei em 2005. Antes eu era professora regente de turma aqui dentro da instituição”. As demais professoras entrevistadas também estão na instituição há mais de quinze anos, sendo que a APAE-OP foi o local em que mais atuaram durante sua trajetória profissional:

Só de contrato, pouco tempo. Mas já tive dentro de uma escola regular, mas só de contrato. Vai fazer dezenove anos. Aqui que eu fiquei mais. Em outras, só contrato curto de seis meses, assim (Ana, professora da APAE-OP, 2016).

Diferentemente de Ana, a professora Luiza possui uma certa experiência na rede de ensino regular, mas tem, na APAE-OP, maior tempo de atuação, quinze anos. Adentrou na instituição como concursada em nível estadual, segundo ela, sem nenhuma formação específica em educação para alunos com deficiência;

Olha, eu já trabalhei como professora no Educandário, uma, nos mais ou menos, com a 1ª série lá. Depois, eu fui para o Tomaz Antônio Gonzaga, na época em que era uma escola estadual, trabalhei lá durante nove anos. Quando fez nove anos que eu estava lá, a escola municipalizou e nós, professores do Estado, tivemos que sair. Aí, eu fui procurar em que escola trabalhar e a escola que tinha era a APAE. Eu fiquei um pouco receosa de vir para cá, porque eu não tinha experiência nenhuma, vim através de uma amiga minha que falou assim: “Não, vai pra lá que você vai gostar”. Eu falei: “Vou, mais por causa da comodidade”, que era mais perto da minha casa, eu tinha filhos pequenos, não dava para procurar um lugar tão distante. Então, eu caí aqui, praticamente, de paraquedas, porque, a partir de um momento que você cai em um lugar, que é um lugar diferente, você sabe que o público é diferente (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

Percebemos, na fala da professora, que a APAE, para ela, era algo diferente do que havia trabalhado até então, e que estava ali pela oportunidade ou pela falta dela. Vemos também que há um quadro permanente de pessoas que trabalham na instituição, sendo que, em sua maioria, também possuem uma trajetória profissional comum, do Magistério à titulação de Pedagogia. A exceção é a professora Isabel, que tinha a formação de técnico em Educação Física, quando foi inserida no ensino especial. Assim, ela não havia cursado o Ensino Superior, nem tinha especialização na área.

Não, quando eu entrei, não. Eu, simplesmente, passei no concurso da prefeitura para Educação Física e fui locada para a APAE. Eu fui me especializar, na verdade, há seis ou sete anos só, na área da educação especial (Isabel, professora da APAE-OP, 2016).

Nos chama atenção a inserção dessas professoras no ensino especial sem nenhum conhecimento específico, algo padrão na instituição. A formação continuada e específica veio a ocorrer após alguns anos com a efetivação de exigências legais, como afirma Ana: “Não tinha formação específica, não. Diante da lei que foi colocada, foi que a gente buscou essa formação”. Essas legislações impuseram à APAE-OP uma mudança no serviço disponibilizado, pois tiveram que regularizar o atendimento educacional oferecido e, assim, a formação de seus profissionais se fez necessária para suprir as normas estabelecidas.

Dentre as especializações e pós-graduações cursadas pelas professoras, as seguintes foram citadas: LIBRAS; Psicopedagogia; Alfabetização e Letramento; Esporte e Educação Física para pessoas com necessidades especiais; Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual e Múltipla, além de Educação Especial e Inclusiva. Esses cursos ocorreram depois que as professoras cursaram Pedagogia (formação realizada por cinco das seis profissionais entrevistadas) e também depois de já estarem lecionando na APAE, conforme contou a professora e capitã do Congado Silvânia: “Antes, eu era Magistério, fiquei um bom tempo só

com o Magistério. Em 2014, formei em Pedagogia pela UFOP, em 2015, me tornei pós-graduanda em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual e Múltipla”.

As especializações assim como a formação em Pedagogia ocorreram após o ano 2000, período em houveram mudanças e exigências no sistema educacional, como a obrigatoriedade de Ensino Superior para os professores que haviam cursado o Magistério³⁷. Esse fato não é específico dos professores da escola especial da APAE-OP, mas também do ensino regular.

Os debates em referência à inclusão, bem como as legislações vigentes, também podem ter viabilizado a realização de especializações em áreas como a da Educação Inclusiva. Um exemplo disso é a oferta do curso de LIBRAS³⁸, na qual os alunos com deficiência auditiva teriam que ser alfabetizados e ensinados através da língua de sinais. O objetivo era a regulamentação da APAE-OP no que diz respeito ao serviço educacional ofertado.

Todos os profissionais seguem esse mesmo caminho profissional, algumas já estão aposentadas como funcionárias do Estado, no entanto, ainda atuam como contratadas, como é o caso de Luiza, que revela seu empenho e satisfação no trabalho desenvolvido, tanto que, mesmo depois de ser aposentada, ainda continuou na instituição. Ela destacou, também, as dificuldades e até certo preconceito sofrido por atuar em uma APAE:

E eu queria que as pessoas viessem mais aqui para ver o que a gente faz. Sabe uma coisa que é muito interessante falando da coisa do preconceito, que nós, professores que trabalhamos aqui, as pessoas têm preconceito da gente, que fala que a gente vem aqui para APAE, porque são aqueles professores que não deram certo ou que não fazem nada. Vem ver nosso trabalho, vem ver o que a gente faz com os alunos, o que a gente trabalha. Agora nós estamos trabalhando a questão da reciclagem lá, vem ver o trabalho da gente. Eles têm dificuldade? Têm muita, muita dificuldade, mas eu penso uma coisa: o meu objetivo, aqui, é vir fazer o meu trabalho e colocar uma sementinha, alguma coisa minha vai ficar, mesmo que eles esqueçam. Tem coisas assim que alguns alunos vão para outra sala e professora vai lembrar e eles falam: “Ah, a professora falou isso...” Lá de anos, quer dizer alguma coisa fica, né? Se eu pudesse fazia mais, sabe? Mas o tempo é tão curto. A gente entra aqui, tem que ter paciência, o trabalho é individualizado em uma sala como essa, então, às vezes, não dá para fazer muita coisa, mas o pouco de evolução, eu vou para casa feliz (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

³⁷ PL 5395/2009. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Segundo a meta 15 do PNE (2014-2024), que discorre sobre a formação inicial dos professores da Educação Básica, está previsto que, até o ano de 2015, os professores deveriam possuir formação superior, com licenciatura na área de atuação. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/35497/plano-nacional-de-educacao-visa-melhorar-formacao-e-carreira-docente/>>. (Acesso em: 14 fev. 2017.)

³⁸ Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. (Acesso em: 18 fev. 2017.)

Creemos que o estigma efetivado contra as APAEs e professores que nelas atuam, vincula-se ao fato de que, mesmo se apropriando da proposta educacional, a instituição oferece serviços clínicos e terapêuticos. Nesse sentido, muitos identificam esses professores mais como cuidadores, pensando na não efetivação do ensino. Mas, pelos discursos apresentados, as professoras garantem o desenvolvimento de seus alunos, mesmo que gradativo. Conhecem e identificam as necessidades e o desenvolvimento dos educandos mediante a utilização de variados recursos pedagógicos e em decorrência do investimento das mesmas sua formação profissional.

É preciso evidenciar que o conhecimento adquirido por essas profissionais não foi só em decorrência da formação acadêmica, mas, principalmente, na prática vivenciada ao longo dos anos, do trabalho realizado com sensibilidade, das estratégias realizadas com o objetivo de ensinar. Com toda essa “bagagem”, essas professoras que atuam no ensino especial podem ser suporte para outros docentes, para os pais e alunos no processo de efetivação da inclusão escolar, havendo participação e aprendizagem de todos os alunos de forma eficiente e sem distinção.

Os contextos históricos relacionados à deficiência foram marcados pela rejeição, pela segregação e pelo preconceito. Em meio à negação e à ineficiência do Estado no estabelecimento de políticas públicas voltadas para esse público foi que surgiram instituições não-governamentais para prestar atendimento médico e assistencialista às pessoas com deficiência, entre elas, a APAE.

As APAES assumiram um importante papel em relação à educação das pessoas com deficiência no Brasil, seguindo os preceitos médicos, no entanto, hoje as concepções inclusivas defendem que esses alunos sejam inseridos no ensino regular de maneira ampla e efetiva. Mesmo assim, essas instituições ainda sobrevivem e possuem reconhecimento da sociedade.

A APAE criada em Ouro Preto também seguiu os preceitos das demais, surgindo como uma entidade médica e assistencialista, sem fins lucrativos. Devido às mudanças legislativas, inseriu, em seu contexto, o ensino educacional voltado para as pessoas com deficiência. Na educação especial desempenhada na APAE-OP, assumem, como estratégia pedagógica, a inserção de projetos e oficinas atreladas a uma flexibilização do currículo escolar. Destacam que, assim, proporcionam uma melhor aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Dentre os projetos desenvolvidos na APAE-OP, revela-se a prática do Congado, uma

experiência relevante no município, tanto que foi inserida em um contexto de educação especial desenvolvido na cidade, portanto, nos cabe identificar como essa cultura foi iniciada e como é vivenciada na instituição. Assim, iremos enfatizar como se dão as relações institucionais existentes entre a prática congadeira e a APAE-OP, bem como evidenciar os projetos que possuem um enraizamento com as ações ali instauradas.

3 A EXPERIÊNCIA DO CONGADO NA APAE-OP

O Congado se apresenta como uma expressão da cultura afro-brasileira. Suas tradições, rituais e saberes atravessam gerações em constante revitalização. A prática congadeira mantém a herança e a memória africana na atualidade, sendo também parte integrante da religiosidade presente no catolicismo popular. Por meio de muitas vozes, podemos ver ecoar essa manifestação cultural.

Segundo Sodré (2005), a cultura está relacionada a um elo entre representação, o sentido e o real, a partir do que é vivido. Na cultura congadeira, o sentido e o real estão entrelaçados à demonstração de fé e devoção a Nossa Senhora do Rosário e à tradição africana revelada em seus rituais saberes disseminados e preservados. O Congado se apresenta como uma importante expressão histórica dos negros no Brasil, e também possui grande significado na vida da cidade de Ouro Preto.

O Congado, em Ouro Preto, é um festejo que transcende uma manifestação religiosa. Trata-se de uma manifestação histórica e cultural, uma tradição vivenciada no cotidiano da cidade. Silva (2014), ao pesquisar sobre o Congado e sua relação com a educação formal de uma escola de Ouro Preto, destacou a força dessa manifestação na cidade, bem como sua resistência no espaço escolar. As espacialidades e expressões em relação à prática do Congado foram apresentadas a partir da investigação da história, da experiência local, da utilização dos espaços pelos diferentes sujeitos e da vivência como aspecto fundamental do currículo escolar. Esse estudo constatou o distanciamento em que se encontra o currículo proposto pelas disciplinas escolares e a cultura do Congado, mesmo diante da expressividade e da relevância desta em Ouro Preto, local que está totalmente vinculado às origens e tradições negras, em especial a experiência do Congado representada pelas guardas existentes.

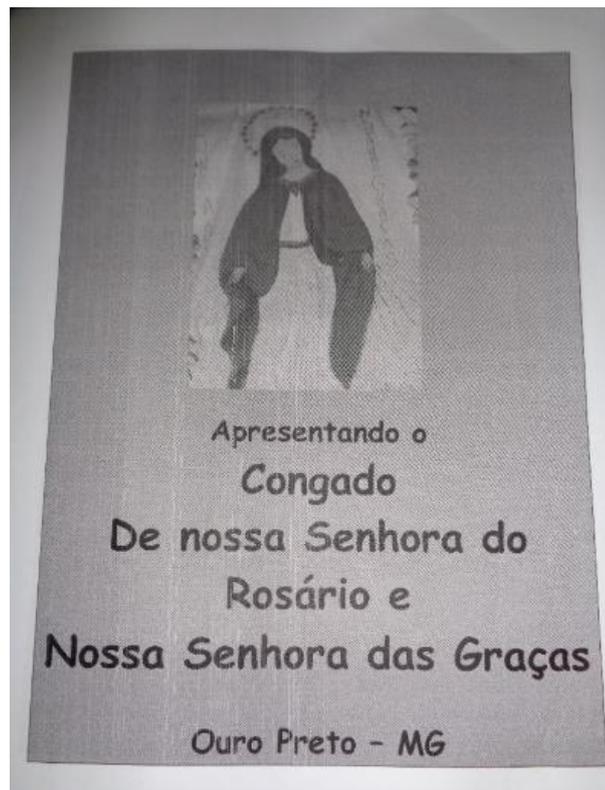
Se, por um lado, a cultura do Congado não está presente nas escolas da cidade, por outro, a APAE-OP destoa desse possível clima de resistência por apresentar essa experiência. Toda ambiência encontrada em Ouro Preto em relação a essa manifestação pode ter favorecido sua adentrada na instituição, fato que ainda não ocorreu em outro ambiente escolar.

Os registros encontrados na instituição investigada, os depoimentos dos participantes e as observações foram as referências utilizadas para construir a narrativa da guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, bem como sua relação com a APAE-OP. Dentre os registros, um dos mais interessantes é o *Portfólio do*

Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, que reflete a construção de uma memória e apresenta um conjunto de registros copilados referente às ações do grupo e à descrição de sua história por meio de diferentes fontes, como fotos, declarações, projetos, convites, entre outras. Esse material foi produzido por Silvânia Aparecida dos Santos Borges, fundadora e capitã do Congado, e por Joana, outra professora da instituição que também integrava o grupo.

A professora e capitã Silvânia revela-se como uma personagem central da vivência congadeira, juntamente com os alunos apaeanos. Ela é responsável por coordenar todas as ações do grupo, seja nos rituais ou atividades afins. Sua narrativa, assim como o portfólio produzido é de extrema importância para o seu entendimento, pois evidencia, por intermédio de uma memória seletiva, os desdobramentos dessa experiência.

Figura 11: Capa do Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças



Fonte: Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

Ferreira e Amado (2013) destacam o uso mais significativo da utilização do portfólio como um instrumento de investigação, que seria a sua subjetividade, pois revela, por

aqueles que o produziram, a “preocupação com a representatividade” e com aquilo que é considerado significativo.

Nota-se, a este propósito, que os portfólios não *traduzem* a simples acumulação de evidências ou relatos, eles caracterizam-se por integrarem componentes reflexivas e críticas muito expressivas, as quais ocorreram para a sua crescente utilização em contexto educativo e de investigação (FERREIRA; AMADO, 2013, p. 286).

O ato de guardar registros das ações do grupo em um portfólio exemplifica o desejo de salvaguardar ou de preservar as experiências vividas e desenvolvidas. Não se trata de um documento pormenorizado de tudo o que é relacionado ao Congado, nem é um registro cronológico em sua totalidade, uma vez que não se encontra atualizado e a distribuição das informações não se faz por datas, mas por temas. Mesmo assim, esse portfólio, além de agregar valor aos participantes, pois descreve um pouco das práticas dessa guarda, demonstra também um olhar sobre o Congado, se apresentando como um registro de memória.

O portfólio, juntamente com as observações e entrevistas realizadas, dá subsídios para entender o processo histórico da guarda, sua trajetória, as parcerias, sua dimensão pedagógica, a relação com a escola, seus desdobramentos e a significância cultural na cidade de Ouro Preto. Essas fontes de pesquisa revelam a dinamicidade dessa experiência em diferentes contextos.

3.1 A religiosidade católica dentro da APAE-OP e sua relação com o Congado

A APAE-OP oferece a educação especial aos seus alunos com deficiência, nesse sentido, é caracterizada como promotora do serviço educacional. Como determinado na Constituição (1988), o Brasil é um estado laico, no entanto, mesmo tendo avanços democráticos em relação a isso, atualmente, o país ainda se vê em um processo de laicidade que ainda não aconteceu efetivamente, no qual são vivenciadas ações de intolerância contra as religiões não dominantes, como exemplo às de origem africana.

Nas questões diversas da sociedade, cabe ao Estado ouvir as religiões e não deixar se influenciar, menosprezando atores sociais, como as “outras” instituições que compõem o campo religioso brasileiro, tendo em vista a laicidade presente na Constituição Federal. É sua função garantir tratamento igualitário, ainda que esta ou aquela seja milenar ou possua maior número de seguidores. Contudo, em alguns casos, os interesses sociais da nação têm ficado sobrepostos diante das articulações político-

religiosa de determinadas religiões. A laicidade é justamente o marco delimitador que permite a boa convivência da diversidade num campo maior da pluralidade religiosa (SANTOS, 2014, p. 31).

Desde o Brasil colônia, o Cristianismo, mais precisamente o catolicismo, é a prática religiosa mais dominante no país, fato que vai ao encontro das proibições e inibições de outras religiões ao longo dos anos, como as de matrizes africanas ou de outras religiões não-hegemônicas. Sendo assim, mesmo não justificando tal ato, é habitual vermos, em repartições públicas, a ostentação de símbolos religiosos cristãos, indo contra a laicidade que deveria vigorar no Estado.

Santos (2014) realizou uma pesquisa sobre a religiosidade em Ouro Preto, apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da UFOP, intitulada *Encontros de ensino religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana: a laicidade da educação pública em questão*, que evidenciou a interferência da igreja católica nas escolas da região. Segundo o autor, o catolicismo nas duas cidades não está evidenciado somente nos inúmeros templos e monumentos ou nas suas famosas festas religiosas, mas também na formação dos professores.

O cenário e a identidade católica vivenciada nesses municípios também intervêm nas ações da Superintendência Regional de Ensino e nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso. Santos (2014) identificou a presença de ícones provenientes da religião católica nos espaços em que eram realizadas reuniões de professores das disciplinas de Filosofia e de Ensino Religioso nas escolas públicas da região, bem como a abordagem cristã nos materiais utilizados para tal formação.

A confessionalidade católica era compreendida como algo natural, normal e quase legítima com a presença de símbolos religiosos contrapondo ao caráter laico do Estado. Nas observações, causou inquietação a ausência de estranhamento por parte dos profissionais da Educação da escola pública em relação aos objetos e lugares escolhidos para os eventos – territórios católicos. A percepção dessas pessoas com o espaço e com lugar não causava estranheza possivelmente em razão da identidade e da relação desse público com aquele território religioso (SANTOS, 2014, p. 50).

O catolicismo é tão forte e marcante na vida das cidades de Ouro Preto e Mariana, que tem sido comumente expresso dentro do setor público. Santos (2014) observou que o mesmo não ocorre com outras religiões, como o judaísmo, o budismo, o islamismo, o hinduísmo, o espiritismo, nem aquelas de origem indígena e de matrizes africanas. Como afirma o autor, a laicidade do Estado não proíbe o culto, desde que não seja confessional, mas é contrária ao privilégio de uma religião em detrimento de outra, sendo assim, todas as religiões devem ser representadas da mesma maneira.

No entanto, Santos (2014) nos revela que os espaços formativos de professores de Ouro Preto e Mariana são marcados pelo domínio de uma religião. A APAE-OP também é um desses locais em que a tradição da religiosidade católica é manifestada efetivamente.

Há um forte vínculo com a religião católica, reconhecida em suas ações, presente também na ornamentação de seu espaço, com imagens de crucifixos e estandartes espalhados em seu espaço escolar, mas o que mais nos chama atenção é uma gruta com a imagem de Nossa Senhora das Graças exposta do pátio da instituição.

Figura 12: Gruta com imagem de Nossa Senhora das Graças na APAE-OP



Fonte: Acervo da autora

Nossa Senhora das Graças é considerada padroeira da APAE-OP. Diante das questões referentes à laicidade do Estado, assim como em espaços escolares e por não ter conhecimento dessa devoção por outras instituições apaeanas, procuramos saber como ocorreu a inserção devocional da santa na entidade. Esse fato foi revelado por Silvânia:

Era uma presidente que tinha lá, fez a gruta porque cismou. Ela era muito devota de Nossa Senhora das Graças, aí fez a gruta. Eu nem sei se tem APAE que tem padroeira, acho que não, isso é ela que fez lá, e nem poderia ter, né? Sei lá. Por isso que tem a

imagem de Nossa Senhora das Graças na gruta (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE, 2016).

Todos os profissionais entrevistados que atuam na APAE-OP revelaram ter como denominação religiosa o catolicismo, assim como os alunos que participam do Congado. Eles também reconhecem que Nossa Senhora das Graças é a padroeira da instituição, os alunos e congadeiros entrevistados fizeram referência à santa, como Francisco que afirmou: “ela é a santa daqui”, Antônio também concordou com a afirmação: “é isso mesmo, é a nossa senhora da escola”, essas falas exemplificam como essa religiosidade está firmada no espaço da APAE-OP. Outro fato que demonstra essa relação foi narrado por Silvânia, que contou que, durante muitos anos, acontecia, na APAE-OP, atividades catequéticas, nas quais os alunos católicos que não haviam realizado o sacramento da Primeira Eucaristia, como assim determina a Igreja Católica, eram catequizados por alguém da comunidade. Isso culminava na realização do sacramento na igreja da paróquia local, na qual a APAE-OP está situada.

Todo ano tinha primeira comunhão dos meninos. Aqueles meninos que não tinha feito e eram católicos, né? [...] Mas a primeira comunhão é da APAE, não por causa do Congado. É que toda Páscoa da APAE, quem não era catequizado, não tinha feito sacramentos, fazia, até a crisma fazia. Aí depois o padre sugeriu que a crisma fosse feita junto com os outros da comunidade, aí passou a ser na igreja (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Atualmente, por determinação do pároco local, os ensinamentos provenientes do catolicismo não são mais realizados na APAE-OP e sim na Igreja para aqueles que desejarem. Ainda que não haja mais catecismo, outras ações que remetem à religião cristã ainda são praticadas, como a realização de novenas e de orações católicas. Vale lembrar que a APAE-OP refere-se a uma associação na qual se integram também os pais de alunos, que podem interferir em todas as ações da instituição, assim como nas práticas religiosas.

No cotidiano, é possível perceber que o cristianismo se apresenta como um domínio da religiosidade mineira, sendo também uma prática estabelecida na APAE-OP. Diante disso, ainda que a Igreja Católica tenha, por muitos anos, proibido a prática congadeira em seus espaços, devido à resistência de hierarquias da Igreja Católica em aceitar festejos marcados pelas manifestações da cultura africana e afro-brasileira, percebemos que existe, atualmente, um nível de tolerância mais acentuado entre o catolicismo e o Congado na cidade. Assim, mesmo tendo a religião católica como parâmetro, o Congado adentrou na instituição.

Diante desse contexto, pode-se dizer que o Congado foi introduzido com certa “naturalidade” na APAE-OP, mas isso não quer dizer que não houve conflitos. Sua inserção,

provavelmente, não aconteceria da mesma maneira se a instituição estivesse vinculada a outra religião. O grupo seguiu a devoção católica vivida na APAE-OP, sendo denominado inicialmente como Congado de Nossa Senhora das Graças, em homenagem à santa.

3.2 O início do Congado na APAE-OP e seus desdobramentos entre reconhecimentos e tensões

A APAE-OP possui, entre suas práticas pedagógicas, oficinas e projetos que complementam o currículo escolar. Entre eles, ocorrem também comemorações e apresentações em datas importantes para a instituição. Foi em uma dessas manifestações que o Congado adentrou a instituição, como descreve a fundadora:

Em 2002, nós tínhamos que fazer uma atividade educativa para apresentar na Semana do Excepcional. E eu fiquei batendo na tecla com as meninas: “Ó gente, vamos fazer um Congado, vamos fazer um Congado”. Aí, Zé Lourenço foi, apresentou, Toninho da Capoeira. Ele dava capoeira com a gente lá, então ele também era do Congado de São Cristóvão (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Silvânia nos informou que também havia a prática da capoeira na APAE-OP, uma manifestação cultural de origem africana, muito disseminada no Brasil, fato que pode ter contribuído com a escolha do Congado, já que, segundo ela, o mestre Toninho, da Capoeira, foi uma das pessoas que ajudou a implantar o Congado, pois era integrante de uma guarda, atualmente extinta na cidade. Através dele e de José Lourenço Ferreira, um dos congadeiros mais antigos de Ouro Preto, Silvânia buscou informações sobre a temática e, por sua vez, repassou alguns saberes aos alunos da APAE-OP para o evento da Semana do Excepcional. Por meio dos ensinamentos do congadeiro José Lourenço foi iniciada a dança e o canto Congo na APAE-OP.

Zé Lourenço é o que mais ajudou, ele tinha a raiz, ele tinha a raiz, então ele ensinou pra gente bastante. Nessa época, nós tínhamos trinta meninos. Aí tinha católico, evangélico, tinha tudo que você imaginar. Aí nós conseguimos um pano, que não pode nem chamar de..., que é o pano, é um trem que você não sabe se é tergal, chega a ser pior, mais parece com TNT do que tudo, mas era o que a gente tinha. Fizemos uma calça de qualquer jeito com um elástico mal, mal, arrumamos uma camisa branca e fizemos o grupo. Então, aí nós fizemos tipo uma cuia branca, pegamos aquelas fitas grossas que parece alumínio, mas ela é mais durinha, aquilo dava um brilho danado e nós fizemos aquela coisa (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

No dia 21 de agosto de 2002, em comemoração à Semana do Excepcional³⁹, houve a primeira apresentação do Congado na APAE-OP. De acordo com o portfólio, contaram com a participação de 21 componentes sendo: dezoito alunos e três professoras. No entanto, ao narrar o início do grupo, Silvânia revela uma maior dimensão em relação à atuação dos alunos apaeanos. Segundo a mesma, o grupo contava com cerca de trinta alunos, entre evangélicos e católicos.

Figura 13: Professora Silvânia na primeira apresentação do Grupo de Congado em comemoração à Semana do Excepcional/APAE-OP (2002)



Fonte: Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

A fotografia exemplifica a fala da capitã, revelando a ornamentação das vestimentas. Observa-se que alguns elementos característicos da cultura congadeira estavam ali representados, como as fitas coloridas penduradas nos chapéus, os instrumentos característicos, as roupas brancas e o terço envolto em seus corpos.

³⁹ A primeira apresentação do Congado antecede ao dia do Folclore que é comemorado no dia 22 de agosto, mas mesmo a cultura congadeira ser na maioria das vezes atrelada a um caráter folclórico não encontramos referência a esse fato nos dados obtidos.

Segundo Martins (1997), a vestimenta das guardas também revela simbologias e representações. As cores dos vestuários relembram as cores dos mantos dos santos devocionais. A branca é a cor base presente nas guardas, as cores rosa e azul fazem referência ao manto de Nossa Senhora do Rosário. Em sua maioria, as guardas de Congo vestem-se de calça e camisas brancas. Há guardas congadeiras que se apresentam com saias azuis ou rosas, ou seja, há particularidades em cada uma. Outra ornamentação refere-se aos capacetes circulares ornados com flores e/ou espelhos e fitas de várias cores. Os capitães usam quepes também com fitas coloridas penduradas.

Como instrumentos utilizam os pandeiros, gungas, patangones, cuíca, entre outros considerados sagrados pelos congadeiros. Os tambores é o instrumento que cerca todos os rituais do Congado, das tradições africanas à devoção a Nossa Senhora do Rosário, assim como Noronha (2014, p. 115) nos revela:

No congado, o som dos tambores [batidas que chamam] envolve todas as cenas, chama os congadeiros a se misturar às suas batidas, aos cantos e os nutre do fogo que provoca o corpo e o convida, impulsivamente, à dança. A cultura da África [noturna] é marcada pelo tambor, *ngoma* [ingoma], do mesmo modo que o congado. Instrumento primal, arquetipal, é pulsação de vida; suas batidas fluem no ritmo do coração: sístole e diástole, contração e descontração. É a ligação com a terra, a grande mãe.

O grupo que se apresentou na APAE-OP em 2002 não tinha esses fundamentos estabelecidos, mas, através dos ensinamentos de congadeiros da cidade, incluiu, no evento, elementos simbólicos presentes nessa manifestação. Um dos alunos congadeiros que estava nesse grupo e que ainda participa do Congado também narrou como tudo começou:

Primeiro, veio o Senhor Toninho, que fazia parte de um Congado que até acabou, o que é uma pena, porque era muito bonito. Ele veio, explicou uns passos de dança pra nós, música, aí a gente apresentou e, depois, os outros foram chamando a gente para apresentar nas escolas, nas festas e estamos até hoje. Acho que tem mais de dez anos, né? (João, aluno congadeiro da APAE-OP, 2016).

Para tal apresentação, Silvânia contou com o auxílio de outras professoras, Joana e Luiza. De acordo com Joana: “O Congado é, assim, essa manifestação cultural e a Silvânia, aqui dentro da escola, nossa proposta foi, durante a Semana do Excepcional, e ela quis mostrar com alunos um trabalho nessa Semana através do Congado”. A professora Luiza descreve que o Congado iniciou em sala de aula:

Na apresentação teria a dança e nós fizemos a dança do Congado. Eu, Silvânia, então começou aqui, com a gente dentro de sala, em um trabalho em sala de aula e trabalhando em cima do Congado, não tão profundamente, porque é uma coisa muito complexa, né? E quando nós apresentamos aqui para a escola e quando as pessoas viram, já começaram a chamar a gente para apresentar lá para a praça a fora (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

Depois desse evento, começaram a surgir convites para apresentações em variadas instituições, em festas escolares e não-escolares, na sede e nos distritos de Ouro Preto, assim como em cidades vizinhas. Neste período, as apresentações aconteciam ainda sem característica religiosa específica. Esse contexto nos dá uma dimensão da conotação lúdica a respeito da entrada do Congado na APAE-OP.

Eu não sei quem estava lá, só sei que o trem gostou e eles começaram a chamar a gente. Escola chamava para a gente poder apresentar. Eu lembro, no banco, não sei porque, mas o Banco Real, minha filha, chamou a gente para fazer apresentação lá dentro e passou bandeira e pepepe. [risos] E, de uma hora para outra, aí começou o povo levar a gente para esses lugares, mas aqueles dos distritos já não ia, porque não tinha o transporte para levar. E o que acontece? Eles foram saindo, foram saindo, quando eu dei por mim, eu tinha nove, diminuiu muito (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Mesmo com a diminuição dos alunos no grupo, essa atividade foi ganhando uma proporção maior do que o esperado. Surgiu, então, a necessidade de validá-la como uma proposta pedagógica da APAE-OP. Assim, como outras atividades que foram incorporadas na prática da instituição, o Congado foi introduzido.

Figura 14: Apresentação do Congado na APAE-OP



Fonte: Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

A prática do Congado desenvolvida com os alunos da APAE-OP foi afirmada como um projeto da instituição, obtendo esse reconhecimento também fora dela. De acordo com Silvânia, tudo foi acontecendo de forma natural, sem perspectivas estabelecidas. O grupo foi ganhando maior visibilidade. Além de apresentações em escolas e empresas, passou a estar presente também em festas religiosas da cidade. Dessa forma, o Congado colocou em evidência a APAE-OP e também as ações de Silvânia, fato que auxiliou no processo de identificação do grupo com a experiência cultural. Por esse reconhecimento, Silvânia, de certa maneira, foi cobrada pela comunidade congadeira de Ouro Preto, como revelou:

Até então, seguimos com o educativo, até então, educativo. Aí, nós rodamos, até 2005, como educativo. E eu, até então, não sabia quem era Solange, não tinha nenhum contato. Mas eu não gosto que ninguém me mande recado, aí, Arlete e Simone [professoras da APAE], elas iam na Casa do Professor [onde trabalha Solange], vinha e papapa no meu ouvido e ficava nisso. Um dia, eu falei com elas: “Ô, vocês chegam para essa mulher e fala com ela que, se ela quiser falar comigo alguma coisa, ela vem falar comigo, não manda recado não, porque eu faço do meu jeito e é assim que tá dando e vocês não me enche a paciência”. [risos] Pois ela foi, ela foi conversou, e ela falou comigo: “Você tem duas opções, ou você continua sendo para folclórico, só mesmo para fazer essas apresentações, continue nessa atividade educativa, ou então você vai se tornar de tradição (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Nesse contexto, os diálogos com Solange Sabino Palazzi⁴⁰, pertencente a uma Irmandade de Nossa Senhora Rosário, presença e apoio assíduo às outras guardas da cidade, interferiu nas mudanças que ocorreram no Congado criado na APAE-OP. Através dela, o Congado iniciado na instituição incorporou-se à tradição e começou a se relacionar efetivamente com as outras guardas existentes em Ouro Preto, reverenciando, de fato, a figura de Nossa Senhora do Rosário, cumprindo os ritos desempenhados na cultura congadeira e compreendendo os saberes vinculados a essa tradição. Joana, professora da APAE-OP que auxiliou Silvânia na criação do projeto pedagógico, revela como aconteceu esse processo de aprendizagem:

A Silvânia fez curso com Solange na Casa de Folclore e a gente ficou sabendo mais coisa, entendeu? Mas, antes, eu não tinha contato, não. Então, o Congado é fazer louvor aos santos de devoção, eram os negros que faziam isso. Beleza. Vamos participar? Vamos. Eu fui assim, com esse intuito de integrar os meninos da APAE na cultura através do Congado (Joana, professora da APAE-OP, 2016).

⁴⁰ Solange Sabino Palazzi é ouro-pretana. Neste período, era presidente da Comissão de Folclore de Ouro Preto, formada em licenciatura e em bacharelado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestre em Educação e Sociedade pela Universidade Presidente Antônio Carlos, além de ser integrante da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Ouro Preto.

A professora Joana destaca que o objetivo era a inserção dos alunos da APAE-OP na comunidade por meio do Congado. Para Silvânia, foi além disso, pois os questionamentos e as mudanças colocadas por Solange faziam sentido, uma vez que, ao invés do enfrentamento com a tradição, ela construiria uma aliança de apoio que passou a ser fundamental para os desdobramentos dessa experiência. Portanto, Solange se apresentou como a pessoa que foi o sustentáculo de Silvânia no vínculo com as tradições congadeiras e na atualidade, ainda revelase importante nas ações da guarda. Silvânia, de professora passou a ser capitã de uma guarda, que passou a ser chamada Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças. Nossa Senhora das Graças não é uma santa presente nas devoções congadeiras, mas é considerada padroeira da APAE-OP, por isso, manteve sua denominação e devoção no referido Congado, incluindo o nome da protetora das guardas de Congado, Nossa Senhora do Rosário.

A ideia inicial era de preparar os alunos para apresentação em uma das atividades didáticas da escola, no entanto, o entusiasmo dos alunos e a facilidade com a qual eles se adaptaram às atividades nos levou a fundar na escola o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças).

O objetivo inicial do projeto do Congado era uma complementação das atividades didáticas e a integração social dos alunos com deficiência, que passou a coexistir com o movimento de devoção e religiosidade. Essa mudança foi assumida exclusivamente por Silvânia:

E, até então, o meu vínculo já tinha crescido mais do que aquilo ali, já tinha saído há muito tempo dos portões da escola. Mas, quando eu falei que eu ia fazer isso, todo mundo caiu fora. [...] Porque tinham três. Na hora da fundação era eu, Joana e Luiza [professoras entrevistadas nesta pesquisa]. No começo, Luiza ia, depois o marido mais as filhas começaram a falar que era pagar mico, ela não voltou mais. Então, ficou eu e Joana. Aí, Joana já começou a olhar com outro olho e falava que não tinha mais tempo. Eu falei: “Sem problemas, eu vou seguir” (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Assim, as demais professoras não tiveram o mesmo vínculo que Silvânia passou a ter com a cultura congadeira. Sua ligação com o Congado ficou ainda mais forte na medida em que ela foi sendo chamada por outras guardas para as festividades, isso foi dando sentido a essa experiência, dentro e principalmente fora da APAE-OP.

Para a efetivação do referido Congado como uma manifestação religiosa, ritos, elementos e saberes foram integrados ao grupo. Ele passou a ser iniciado efetivamente com a bênção da guarda, revelada pela professora Isabel como um momento marcante. Mesmo não

tendo vínculo com o Congado na instituição em que trabalha, a professora conhece sua história, revelando como o grupo se tornou uma guarda de Congado:

Eu sei, assim, que a Silvânia teve a ideia de montar, ela começou, tipo, como aula, com ensaios, depois, fez apresentações, e, depois, foi abençoado para virar realmente um Congado e, depois disso, ela passou a apresentar como um grupo mesmo (Isabel, professora da APAE-OP, 2016).

A bênção a qual a professora se refere ocorreu na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, situada no bairro onde a APAE-OP está localizada, evento que ocorreu juntamente com o sacramento da primeira comunhão dos alunos católicos, prática que se fazia presente nas ações da instituição. Nessa igreja é realizada também a missa que faz parte dos festejos do referido grupo.

Figura 15: Bênção do Congado (2003)



Fonte: Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

Apenas um ano após a primeira apresentação dos alunos, o projeto da APAE-OP já havia se transformando em uma guarda de Congado, sendo efetivado como um grupo que preserva e segue os ritos congadeiros. Ao adquirir conhecimentos específicos sobre o Congado, Silvânia assumiu o papel de capitã do Congado e continuou a reger suas ações, agora com caráter religioso, fundamentada na fé em Nossa Senhora do Rosário. Mesmo assim, o Congado

não deixou de estar vinculado a instituição. Ao montar a guarda, os alunos da APAE-OP foram inseridos como congadeiros, tendo suas funções estabelecidas pela capitã:

O Francisco é o 2º capitão. Os outros, eu coloquei eles como dançantes, dançantes entre aspas, porque eu teria que colocar como caixeiro, dançantes e instrumentais. Todos eles, geralmente, têm um instrumento, porque, se eu colocar para dançar, para alguns, não vai surtir efeito, a função é essa. E a função maior seria do Reinado, mas meu Reinado você viu como funciona, só existe no dia da festa.

Pesquisadora: Tem os Reis e Rainhas festeiros, né?

Silvânia: Sim. Esse funciona, mas o Congo não, só funciona no dia da festa. Ah, e tem o Júlio que é Rei, ele é deficiente visual, mas hoje não está muito legal, porque ele está diabético e com outros problemas e não pode sair mais (Silvânia, professora e capitão do Congado da APAE-OP, 2016).

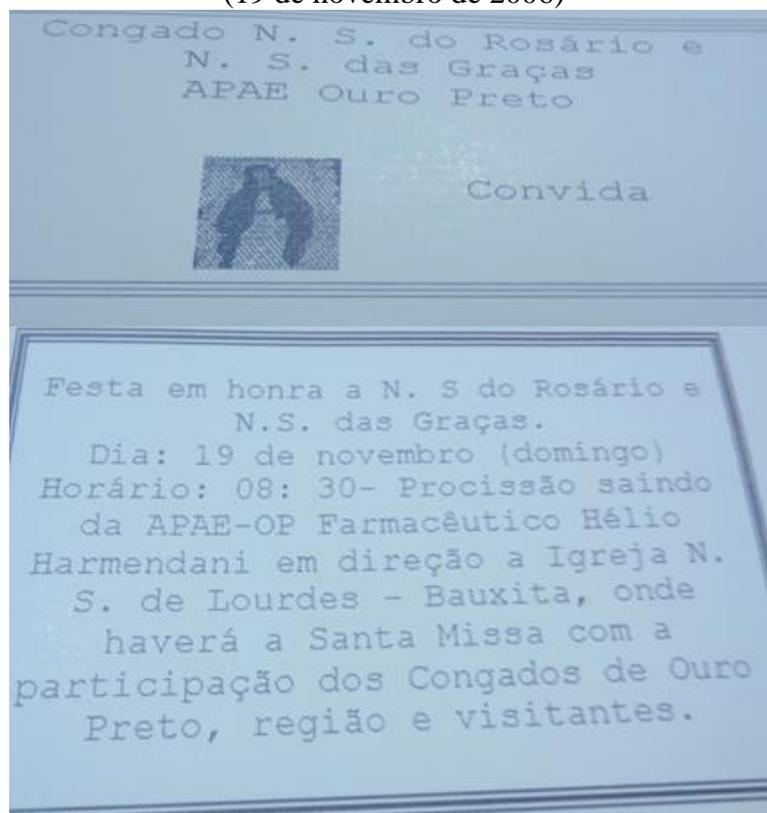
Silvânia diz que a função maior seria a praticada pelo Reinado, ou seja, os reis coroados, mas que, geralmente, conta somente com os reis festeiros, já que o Rei Congo, que era aluno da APAE-OP, já não pode participar das festividades por questão de saúde. Nesse sentido, Soares (2016) discorre que, no Congado, há dois elementos característicos de suas práticas ritualísticas que envolvem o trono coroado e a capitania:

O trono coroado representa o Reino de Nossa Senhora e é composto pelos rei e rainha congos, perpétuos, e festeiros, além dos respectivos príncipes e princesas. Os reis e rainhas congos e perpétuos são indivíduos de grande respeito na comunidade e representam a máxima autoridade nos festejos. Os reis festeiros são escolhidos anualmente. A capitania é composta por aqueles que cantam, tocam e dançam. O(A) capitão(ã) é quem comanda o grupo (SOARES, 2016, p. 47).

Ao vincular ao grupo o caráter religioso, o Congado introduziu esses elementos essenciais da prática congadeira. Além da bandeira de Nossa Senhora das Graças, que continuou a ser uma padroeira da guarda, foi introduzida a bandeira de Nossa Senhora do Rosário, além dos demais elementos característicos da manifestação.

Foi na apropriação da cultura congadeira que a dimensão desse Congado com a cidade de Ouro Preto foi sendo construída, o que favoreceu a realização da primeira festa em louvor às suas santas padroeiras, realizada em 2006. De acordo com Silvânia: “Quando foi em 2006, nós fizemos a primeira festa, essa festa... Nossa, foi uma festa entre aspas, porque nós fizemos só nós mesmo, mas o padre abriu a porta da igreja e fizemos só nós e os meninos da APAE”.

Figura 16: Convite da festa primeira festa do Congado na APAE-OP
(19 de novembro de 2006)



Fonte: Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

Conforme Alves (2008), a festa é um fenômeno social de grande relevância simbólica e cultural que prevê diferentes formas de compreensão e que assim se apresenta também como uma prática educativa. Constitui-se “como uma importante dimensão da vida coletiva, que nos diz de nós mesmos, da nossa sociedade, das relações que as pessoas estabelecem, entre os grupos, com o mito, com o sagrado, com o simbólico, com a ancestralidade, com a história etc.” (ALVES, 2008, p. 37).

A festa da respectiva guarda revelou-se como um evento essencial no que diz respeito ao seu reconhecimento, pois, no mesmo ano em que houve a primeira festa, o grupo integrou-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade, incluindo-se também no circuito das festas do Rosário, não só em Ouro Preto, mas em outras cidades. Esse festejo representou o início do grupo na experiência religiosa e ritualística do Congado, e foi também uma forma de afirmação da guarda na comunidade congadeira. No ano seguinte, o Congado da APAE-OP obteve total independência na produção e efetivação da sua festa, seguindo todos os

rituais exigidos a uma guarda do Rosário e contando com a presença de outros grupos congadeiros.

Nós fizemos a primeira festa, participamos da missa, aquela coisa toda. Quando foi em 2007, nós já fizemos com a participação do de Santa Efigênia, mais de Toninho e do Salto [Santo Antônio do Salto, distrito de Ouro Preto]. Até então, eram o nosso, Toninho, que era o de São Cristóvão, o de Santa Efigênia e do Salto. Aí, nós fortificamos a união entre esses quatro grupos. Então, os quatro sempre estavam juntos em qualquer evento, se fosse na APAE, os outros três estavam; se fosse em outro, porque o de Toninho era na Igreja do Rosário dos Pretos, a gente estava; se fosse na Santa Efigênia, nós estávamos que, até então, a festa não era em janeiro, não era uma coisa tão grande, era feito em outubro e o Salto da mesma forma. E sem falar que tinha o capitão Xisto [Capitão da Guarda de Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto]. Então, na verdade, eram os cinco grupos (Silvânia, professora e capitão do Congado da APAE-OP, 2016).

Figura 17: Convite enviado a guarda de Congado



Fonte: Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

Segundo Silvânia, a aceitação dos outros grupos ocorreu de maneira natural, sendo o seu Congado inserido nos demais festejos em que a cultura congadeira se fazia presente. Esse contato também favoreceu o entendimento dos saberes e práticas sobre a manifestação, não só para Silvânia, mas também para os alunos congadeiros.

Cada um ia falando um tiquinho, conversa aqui, comecei a ler, né? Solange me mandava alguns livros, alguns depoimentos de pessoas lá trás e aquilo foi passando, para mim e para os meninos. Observar os outros, né? E nós começamos a crescer, a ser vistos e o point nosso, acho que foi esses meninos terem chegado lá na Aparecida do Norte. Isso aconteceu tem uns três anos. O povo lá da Festa de São Benedito, eles mandam um convite para a Comissão Ouro-Pretana e foi escolhido assim: cada ano

iria um grupo. Aí, primeiro, foi o de Santa Efigênia; depois de Santa Efigênia, foi o Salto; depois do Salto, fomos nós (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Silvânia destacou a ida do Congado para cidade de Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo, na qual ocorre uma das maiores festas de Congado do país, a Festa de São Benedito, fato que exemplifica a consolidação da guarda, comprovando como o grupo transpôs os muros da APAE-OP. Essa afirmação como guarda de Congado foi sendo realizada pela professora e capitã Silvânia, que buscou apoios para a continuação dessa prática cultural. Essa procura pode ser exemplificada pelos ofícios, inseridos no portfólio, encaminhados à Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto e a outras entidades públicas e privadas, para pedir auxílio de transporte, vestuário e instrumentos.

O reconhecimento da guarda na cidade favoreceu as doações recebidas, que passaram a ocorrer com o passar dos anos. Antes disso, a capitã afirma que o grupo passou por algumas tensões, como aconteceu em um evento promovido pela Prefeitura da cidade, no qual todas as guardas de Ouro Preto estavam presentes.

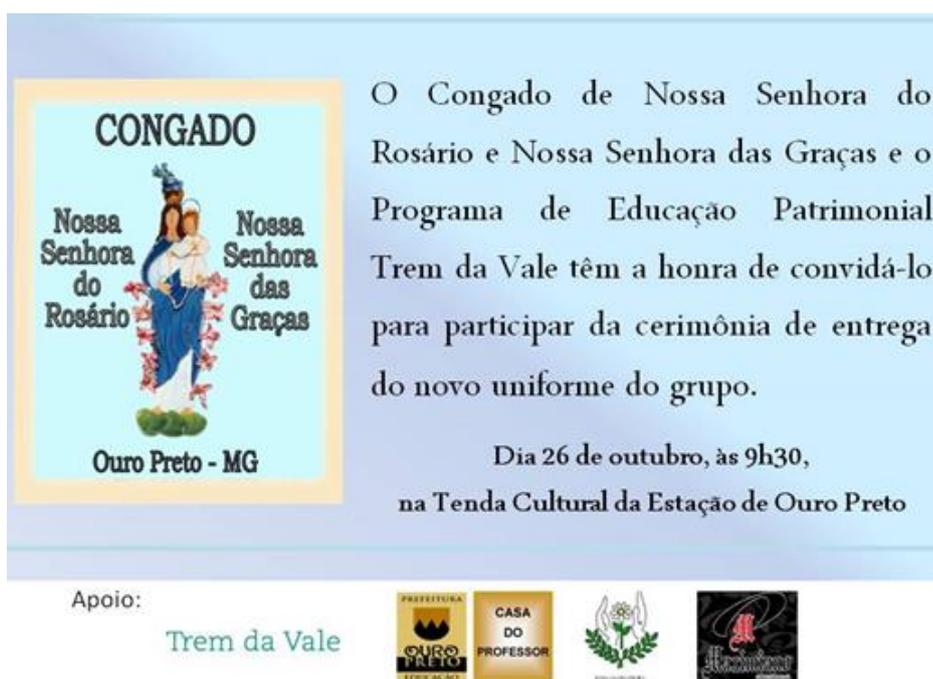
Todo mundo de roupas maravilhosas, e os meus meninos descalços, com uma calça igualzinha de escravo, no meio da perna, só com o colete, sem uma camisa e um turbante na cabeça, igualzinho de escravo realmente. Era o que nós tínhamos, o que ganhamos e o que nós tínhamos. Aí, passei a mão e falei com ele, assim: “Não, esses meninos não vão sair daqui. Primeiro, descalços eles não vão; segundo, sem a camisa por baixo também não, porque, se eles adoecerem, estou eu encravada”. Aí as meninas ganharam uma saia grandona e uma blusinha branca e quem era meu Rei na época era Jajá de Lavras Novas [aluno da APAE que mora no distrito de Lavras Novas] e Valdeci, e quem era o bandeirista era Leo, Leo, o surdo. Eles pegaram e botaram uma roupa em Jajá, de Rei lá, mais ou menos, com aquele trem todo, todo mundo tinha sombrinha; os meus, ninguém tinha, não tinha nada. Eu pensei que a roupa era para dar nós, com pouco, ele mandou buscar tudo (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Mesmo com as outras guardas, desde o início, tendo acolhido, de forma positiva, o Congado da APAE-OP, com esse fato, Silvânia revela que, em relação ao poder público, houve, no início, o prevailecimento das demais. Assim, a guarda criada na APAE-OP teve que se afirmar para obter doações e ir se estruturando materialmente.

No começo, ganhamos um pano azul de brim, da guarda do Salto, aí a mãe de um dos alunos fez para nós, tipo uma coroa só aqui, assim, azul. Nós ganhamos fitas também, que nós apresentamos lá no Oratório [Museu do Oratório]. Eles deram para nós, nós pusemos as fitas e nós fomos, continuamos com a camisa branca, aí, quando ficava mal para pior, a gente pedia dentista, médico, todo mundo que tinha uma roupa branca para doar. Aí, um dia, Solange ganhou uma doação com o pessoal lá do..., nem sei quem é, lá do Hotel do Rosário, aí veio uma camisa de malha branca com uma estampa de Nossa Senhora das Graças, foi a primeira coisa, assim certa, que nós tivemos. Aí,

em 2006, nós já ganhamos um uniforme da prefeitura. Nessa época, já era Ângelo Oswaldo⁴¹ e a diretora de Promoções Culturais deu o uniforme para nós e essa roupa é a que tem até hoje! Porém, se não fosse nós entramos no patrocínio da Novelis, do Trem da Vale, patrocínio lá e ter ganhado acho que mais por coxambrança [sic] deles mesmo, eles deram para nós o dinheiro, eles deram para nós R\$ 1.500,00, aí que eu consegui pagar o uniforme completo, que é a camisa branca de manga comprida e a calça. Aí, Solange, que era Rainha de Festa, deu uma camisa, aí outra foi Rainha de Festa, deu outra camisa, é o que a gente tem até hoje. Foi desse jeito (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Figura 18: Convite para entrega dos uniformes ao Congado



Fonte: Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

Em seus relatos, Silvânia indica como o Congado é forte na região e consegue, inclusive, ter relações com a gestão pública da cidade. Outro ponto importante na afirmação da guarda foi seu registro na Comissão de Folclore da cidade, que, nesse período, era presidida por Solange Palazzi. Essa organização representa outros Congados ouro-pretanos, é uma forma de conseguir recursos para as guardas através de um órgão específico. A inserção da Guarda criada na APAE-OP nesse órgão e o apoio da comunidade comprovam o seu reconhecimento em Ouro Preto, mesmo em meio as dificuldades encontradas.

⁴¹ Prefeito de Ouro Preto nos períodos de 1993-1996; 2005-2008; 2009-2012.

Figura 19: Reportagem sobre a guarda de Congado criada na APAE no informativo da empresa Novelis (Ano 1, n. 3, p. 5, fev. 2008)

Programa Novelis de Patrocínio apóia Congado da APAE

O Programa Novelis de Patrocínio faz parte das ações sociais da Novelis. É um processo seletivo de projetos das áreas de saúde, meio ambiente, social, esporte, educação e cultura, inscritos por organizações públicas e da sociedade civil de municípios e localidades onde a empresa tem unidades em operação em Minas Gerais.

Há seis anos, o Congado Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças enche de louvor cada espaço onde se apresenta. O grupo, que traz as tradições desta Minas Gerais de folclore e religiosidade, é ainda mais especial por ser formado pelos alunos da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Ouro Preto.

Em 2007, a Novelis, por meio do Programa de Patrocínio, apoiou a confecção de novos instrumentos para as apresentações com o ritmo forte dos tambores.

O congado da APAE promove inclusão e melhoria de vida dos alunos. Com música e dança, eles aprendem disciplina e socialização.

A professora e capitã do congado, Silvânia Borges, conta que a criação do grupo foi um impulso para o desenvolvimento dos alunos. "Quando eles estão no congado, não são vistos como deficientes, são aceitos e reconhecidos como congadeiros", diz.

Ela relata ainda que muitos participantes apresentaram avanços na concentração, percepção, linguagem oral e coordenação motora, além do equilíbrio emocional.

O congado da APAE tem a agenda cheia: viaja para várias cidades e está presente em muitas comemorações de Ouro Preto, mas não cobra nada por elas, pois o que o conduz é a devoção. Por isso, quem quiser apoiar o grupo pode entrar em contato pelos telefones (31) 3551-0249 / 8776-6616.



Alunos da APAE em apresentação do Congado da entidade

Novelis Comunidade • Ano 1 - n° 3 • Fevereiro/2008 5

Fonte: Portfólio do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

Entre as ações de um projeto educativo e as práticas religiosas desempenhas pela guarda, variadas dimensões foram sendo desenhadas. O grupo foi inserido na APAE-OP como uma prática pedagógica e teve um percurso de mudança, quando acabou se tornando uma guarda de Congado. Essa experiência vingou e está presente na dinâmica cultural da cidade. Nesse percurso, um conjunto de relações foi sendo estabelecida pela Silvânia, assim como aumentaram os conflitos a serem enfrentados.

Em relação aos aspectos religiosos, houve certa desconfiança dos católicos e um nível maior de rejeição por parte dos evangélicos protestantes, dado o fato de que, quando Silvânia assumiu o caráter religioso em suas ações com o Congado, as outras professoras participantes, mesmo sendo católicas, não se mantiveram ativas no grupo. A professora Ana faz referência a um desses conflitos enfrentado pela Silvânia, em relação à igreja e à comunidade:

Ela [Silvânia] já te falou alguma coisa? Olha, ela sempre teve abertura aqui na escola para fazer seu trabalho, eu acredito que sim. Mas, na cabeça de muitas pessoas, nas igrejas, ir lá com o Congado fazer uma missa, ela tinha essa resistência, né? Até no dia da festa, mesmo quando juntam vários Congados aqui, acho que teve até uma denúncia por causa do barulho (Ana, professora da APAE-OP, 2016).

A professora Joana também revelou questões enfrentadas, como a saída de alunos do Congado devido à mudança de religião: “O Congado tem essa coisa de aceitação, né? Até com a própria religião católica. Aí tem aluno que tá participando, aí, no meio do caminho, fala: ‘Eu mudei de religião’, aí sai do Congado”. É possível subentender que essa mudança de religião refere-se a deixar da Igreja Católica e adotar a Igreja protestante, fato confirmado nas entrevistas, assim como revelado por João, congadeiro e aluno da APAE-OP, que está no grupo desde sua criação: “Teve muitos que saíram, né? Porque saíram da APAE, aí acaba saindo do Congado também. E outros saíram do Congado porque mudaram de religião, viraram evangélicos.”

Esse fato revela que, se não estivessem na APAE-OP, talvez esses alunos não tivessem contato com essa manifestação, além de afirmar como a questão religiosa já estava inserida nas ações do grupo. A religiosidade já interferia na participação ou não dos alunos, fato que não acontece nos demais projetos institucionais.

Com a saída de alguns congadeiros, pessoas pertencentes à família de Silvânia começaram a participar. Atualmente, compõem o grupo seus netos e seu marido Edvaldo Borges, que é o terceiro capitão da guarda e auxilia a capitã em todas as ações junto com o Congado. No entanto, a guarda continua sendo, em grande maioria, integrada pelos alunos da APAE-OP.

Figura 20: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (Festa do Rosário, Santo Antônio do Salto, 2015)



Fonte: Acervo da autora

O envolvimento dos estudantes com o Congado é efetivo. Dos quinze participantes assíduos, sete estão desde sua criação. A maioria dos demais alunos é congadeiro há mais de

cinco anos. Segundo Silvânia, dentre os alunos da APAE-OP que compõem o Congado, há três congadeiros com deficiência auditiva, e os demais apresentam deficiências intelectuais ou dificuldades de aprendizagem.

Como revelado, cada integrante do Congado possui sua importância dentro desse grupo. Como as demais guardas, se constitui com a capitania, tendo Francisco, aluno da APAE-OP, como o 2º capitão, responsável por auxiliar a capitã nos comandos dos cantos, na execução instrumental e nos direcionamentos aos demais congadeiros. Silvânia revela o motivo de sua escolha:

Porque o Francisco é responsável por tudo, ele é o cara, não tinha outro jeito. Ele tá comigo desde o começo, ele me ajuda, me pergunta tudo, todo dia, se ele me vê, ele me pergunta: “Como que tá as caixas? Tá tudo bem? Tá apertada? Tá desapertada”, e não sei mais o quê. “A minha roupa, já lavei, tá no cabide” e tal. Você viu, na festa, ele coloca naquele negócio de pôr terno, tudo arrumadinho. E a mãe não bota a mão não. Então não tem condições. E de cantar, de tocar, de puxar os meninos, de ensinar, dá o toque, e os outros respeitam ele também (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

O Francisco atua como uma liderança, não só no Congado, mas em várias ações dentro da APAE-OP. Essa liderança também foi percebida durante o grupo focal, quando Francisco tomou a frente em quase todas as questões colocadas, demonstrando sua influência perante seus colegas. O aluno tem o reconhecimento de todos os congadeiros, como evidenciou o aluno Antônio: “Mas você merece, você é muito legal com a gente, né? Ajuda a gente. Tem que ser o 2º capitão mesmo, ajuda muito”.

Outras duas alunas da APAE-OP são as bandeiristas, que carregam as bandeiras das santas veneradas pela guarda, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças. Os demais tocam algum instrumento e também dançam. Além deles, ainda compõem o Congado os caixeiros que entoam e marcam a musicalidade do grupo. Como descreve Noronha (2014, p. 113), os congadeiros são como marinheiros que “marcham no embalo de Nossa Senhora”, todos eles são “filhos do Rosário”.

Alguns participam de outros projetos dentro da instituição, como o Coral de LIBRAS e a Fanfarra, mas destacam o Congado como algo que eles mais gostam de participar, como afirma o aluno e 2º capitão Francisco: “Eu gosto da fanfarra, mas o Congado é muito bom, né gente? Congado a gente canta, toca também, né? Mas o Congado é mais legal, né?”.

O reconhecimento dos alunos é evidenciado diante da escolha em participar do grupo e da permanência nele durante os catorze anos de sua existência. Mesmo diante das mudanças que ocorreram em relação ao fator religioso vinculado à guarda, as responsabilidades

e compromissos firmados na vivência dessa manifestação revela a importância dada pelos estudantes participantes.

A respeito da fé congadeira, a maioria dos alunos da APAE-OP reconhece, de fato, a santa padroeira do Congado. Para averiguar isso, mostrei aos alunos congadeiros uma foto com a imagem de Nossa Senhora do Rosário e questionei quem era. O José disse: “Agora você me pegou, hein? Tem a ver com o Congado, mas eu não sei quem é, não”. Os outros ficaram observando por alguns instantes e, logo após, Maria disse: “Acho que é Nossa Senhora do Rosário, né?”. Logo, Francisco respondeu: “É Nossa Senhora do Rosário sim”. Os demais também disseram que a imagem era de Nossa Senhora do Rosário. Sendo este o fundamento principal da manifestação do Congado, Silvânia contou: “O mais importante é louvar Nossa Senhora do Rosário, isso eu não deixo eles esquecerem não”.

Mesmo estando em consonância com o dever de louvar o Rosário de Maria, os alunos congadeiros também chamaram a atenção para outros fatores de grande importância para eles na prática do Congado. Para Maria, a dança é algo que chama sua atenção. Para Vicente, são os passeios, e Francisco, o 2º capitão, revela que tudo o que envolve o Congado para ele é importante: “A gente também canta, reza, participa de missa, viaja, tudo é muito bom, mas, mais importante, é Nossa Senhora do Rosário”.

Figura 21: Integrantes do Congado da APAE durante na procissão do ofertório (Festa do Rosário, Conselheiro Lafaiete, 2016)



Fonte: Acervo da autora

Assim como Francisco, Antônio descreveu o contexto religioso como algo relevante: “É uma coisa sagrada e a gente passeia muito também”. A maioria dos alunos congadeiros citou os passeios como algo muito importante. Para enfatizar esse fato, Antônio revelou: “Antes de entrar no Congado, eu não tinha passeado antes assim”. Francisco reforçou dizendo: “É muito bom fazer parte do Congado, quando não tem, eu sinto falta”.

Os alunos reconhecem Nossa Senhora do Rosário, gostam da experiência, é algo que faz sentido para eles, tanto que alguns revelam não querer sair da guarda, como é caso de Francisco: “Eu não, eu não saio do Congado, não”. João, por sua vez, enfatizou que sua ausência da instituição poderia atrapalhar sua participação no Congado. “Só se eu sair da APAE, porque aí deve ficar difícil continuar, mas, se der, eu continuo”. José também diz que pretende continuar nessa manifestação: “O Congado é uma coisa que gosto e eu gostaria de fazer, de continuar, né?”.

Mesmo diante das afirmações dos alunos, percebe-se que a experiência religiosa é algo mais circunscrito para Silvânia, pois revela desdobramentos muito mais fortes nela. No entanto, também revela a importância dos alunos dada a cultura congadeira, fato que intervém na continuidade e reconhecimento da guarda de Congado em Ouro Preto. Assim como a capitã Silvânia, os alunos congadeiros também são responsáveis pela legitimação e continuidade dessa tradição. Como afirma Silvânia: “No Congado eles não são apaeanos, nem são pessoas com deficiência, são verdadeiramente congadeiros e todo mundo que tá lá foi escolhido, ninguém está lá por acaso. Temos congadeiros, assim eles devem ser vistos e entendidos”. Dessa forma, eles são considerados pelos outros congadeiros da cidade, fato comprovado pelas observações realizadas na qual o grupo pesquisado, na maioria das vezes, só é identificado como o Congado da APAE somente quando são diretamente denominados dessa maneira, já que, em suas vestimentas ou adereços, não há essa referência⁴². Mesmo necessitando de determinados cuidados, não são tratados com distinção. Segundo Silvânia, é preciso sempre levar em consideração o bem-estar deles, fato evidenciado na preocupação com os remédios, na segurança, no respeito às suas necessidades: “Na guarda de Congo, não temos excepcionais, temos congadeiros, assim, eles devem ser vistos e entendidos”. Esse trecho revela o desejo de

⁴² Os alunos participantes do Congado não têm deficiências severas e nem físicas. Segundo Silvânia, não houve muitos critérios para a entrada desses alunos na guarda, mas a aptidão dos mesmos foi levada em consideração no que diz respeito à sua permanência. Nesse sentido, o aspecto da normalidade pode ser pensado para afirmar se esses alunos foram inseridos no Congado por se aproximarem do padrão de normalidade, porque “dão conta” ou até pelo fato de serem alunos com deficiência. Refletir se isso pode ter contribuído para a inserção dessa cultura seria percorrer outros aspectos da pesquisa, abarcando outros questionamentos. Assim, essas questões não serão aqui enfatizadas, mas podem ocorrer em outro momento.

fazer com que o grupo integrado por pessoas com deficiência seja enxergado efetivamente como uma guarda de Congado, não somente como um grupo que canta e dança.

Por mais difícil que possa parecer a capitã diz que não vê obstáculos nisso, como evidenciado quando questionada por uma congadeira de outra guarda que destacou a dificuldade enfrentada, dizendo que deveria ser complicado: “Os meninos são especiais, tem que ter mais atenção com eles, né?”. Silvânia prontamente destacou: “Não tem nada de difícil para mim. Atenção, temos que ter com todos, meus meninos são ótimos, realmente são especiais. E, no Congado, não há diferença, todos são iguais, tendo objetivo de louvar Nossa Senhora”.

Silvânia contou que, no Congado, eles não se sentem isolados, mas acolhidos, amados e respeitados, independentemente das diferenças e comprometimentos de cada um. Há, sempre, uma relação amistosa e de familiaridade entre eles, não só nas práticas ritualísticas e nos ensinamentos referentes à cultura congadeira, mas também nas relações do dia a dia, momentos na qual são vistos sempre próximos uns dos outros.

O fazer essencial da manifestação do Congado está na vivência de sua devoção, mas sem negar o seu viés educativo. Assim, percebemos que práticas educativas e de comportamento também são evidenciadas. O congadeiro Francisco confirma isso: “Tem uma coisa que a Silvânia ensina é Educação”. A palavra “educação” pode se revelar, aqui, em seu sentido mais amplo, em relação ao aprendizado sobre o Congado, a disciplina, o compromisso e no tratamento das pessoas, como afirmou o congadeiro:

A gente aprende a ter compromisso, saber tratar as pessoas, É verdade, viu? Tem a questão dos grupos diferentes, uns usam saia, cores diferentes, uns têm o toque dançante igual à gente, aqui no Alto da Cruz, agora tem um grupo de Moçambique, né?, E a batida deles é mais forte, o nosso Congado é mais festivo e a gente aprende sobre essas coisas (João, aluno e congadeiro da APAE-OP, 2016).

O convívio com outros congadeiros também auxilia no conhecimento adquirido pelos apaeanos sobre os saberes e os costumes dessa tradição, dos negros no Brasil, entre outros. Como confirmaram, a guarda de Congado se apresenta como uma indutora de um processo educativo. Por meio da música entoada, dos louvores cantados, do assovio do apito, dos movimentos coreografados, da batida das caixas, das relações estreitadas, das instruções e orientações firmadas, diferentes processos educativos são revelados. Entre eles, as relações e o cuidado uns com os outros, o respeito à hierarquia, a disciplina, o compromisso e os saberes vinculados à prática congadeira. Nesse sentido, o Congado proporciona momentos em que,

como destaca Alves (2008), há práticas simbólicas e educativas vinculadas a um contexto religioso.

Assim sendo, o Congado interfere de maneira ativa na vida dos alunos, pois tem seus saberes apreendidos e transferidos para as ações cotidianas, como o tratamento às pessoas, a disciplina, a responsabilidade com os compromissos, os cuidados com as vestimentas, o agradecimento as conquistas, assim como o alimento recebido, como narra Francisco: “A gente aprende a agradecer as coisas que a gente tem. Na hora da comida, tem que agradecer, isso eu aprendi no Congado”. A pedagoga Helena também evidenciou o saber apreendido pelos alunos no Congado:

Os meninos do Congado, quando a gente vai para algum lugar, igual nós tivemos na Gerdau há uns três meses mais ou menos e, quando chegou lá, eles almoçaram lá no restaurante, então, quando terminou, eles pegaram a música que o Congado canta de agradecimento à alimentação que faz, né? Foi muito chique eles agradeceram e vieram fazendo os mesmos gestos. Então, assim, é uma cultura que eles já adquiriram para eles, então não funciona só quando o Congado está funcionando também. Eles já pegaram para a vida deles. Então é uma coisa que é rotineira, né? É muito importante. (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

O Congado é algo significativo na vida dos alunos participantes em função da sua integração e inserção social, pela aprendizagem de novos conhecimentos, música, canto, dança ou pelas viagens e diversões e também em relação a solidariedade, cidadania, conquista de direitos, entre outros. De alguma maneira, Silvânia inseriu esses alunos na cultura congadeira e, por meio de uma dinâmica diferente, proporciona a eles uma nova visão de mundo. Esses alunos congadeiros compartilham dessa experiência iniciada e vivenciada pela capitã, mas que também faz sentido e é importante para eles, dados os laços construídos e o seguimento dessa prática cultural mesmo com passar dos anos.

Entre o reconhecimento dos alunos participantes e, principalmente da comunidade congadeira da cidade de Ouro Preto, o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças se firmou efetivamente como uma guarda, mas devido a isso também enfrentou alguns conflitos e tensões dentro da instituição em que foi criada. Pelas diferentes fontes e pela falta de informações em documentos na APAE-OP sobre a prática do Congado, é possível perceber que existe uma relação conflitiva em relação ao apoio da instituição nas atividades da guarda. No entanto, a pedagoga Helena afirma que a instituição auxilia Silvânia em todas as ações com a guarda de Congado:

É uma coisa que Silvânia nunca está sozinha. E a APAE, assim, eu vou falar é um grupo muito bom e tudo que tem aqui, eu estava até falando com um rapaz que está candidatando à eleição agora, eu estava falando para ele que o grupo aqui é muito

bom. Tudo que fala que vai ter, todo mundo junta, todo mundo ajuda, corre atrás. Então assim, as coisas que ela precisa, porque a APAE não tem condições, como é muita gente, de servir alimentação para todo mundo, porque o que a APAE recebe da Prefeitura já é calculado para o mês. Então, como é um grupo muito grande que vem, ela coloca ali, você já pode ver ali no quadro, já tem a listagem de tudo que ela precisa, cada um vai ajudando com o que está escrito lá, coloca o nome na frente e vai dando. Além de ajudar com o que ela precisa, todo mundo ajuda com apoio também nos dias da festa (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

Na fala da pedagoga, o Congado é visto como algo que projeta a instituição e, por isso, ela deu visibilidade ao apoio da APAE-OP em suas ações. Entretanto, durante as observações, foi possível verificar que essa contribuição é esporádica. Os profissionais da APAE-OP que auxiliam no Congado o fazem somente nos dias das festas e de maneira voluntária. A festa é um dos principais ritos da manifestação congadeira, mas há também outras obrigações a serem cumpridas, como pagamentos de promessas, visitas a outras guardas e participação em outras festas. O Congado cumpre todas essas funções que ocorrem fora da instituição, mas conta somente com a coordenação de Silvânia, segundo a mesma. A capitã ainda enfatiza o fato de tentarem acabar com o grupo, quando ela deixou de usar o nome da APAE-OP:

Eu sempre corto o nome, porque *o Congado não é da APAE, o Congado é de Nossa Senhora, ele é sediado pela APAE*. Menina, mas eu já tive uma confusão, eles quiseram, na APAE, beber meu sangue de canudinho, porque, um dia, me chamaram para uma reunião e falaram comigo assim: “*Você está dizendo por aí que o Congado não é da APAE, se não é da APAE, você também não faz mais nada aqui dentro*”. Eu virei para eles e falei assim: “O Congado não é da APAE, ele é composto por alunos, vocês nos emprestam o lugar para fazer a festa, mas o Congado é de Nossa Senhora. Por acaso está escrito lá na frente assim: APAE?” Menina, eles foram para poder acabar comigo mesmo, me juntaram, diretoria, com pedagógico. Tanto é que, no logotipo do Congado, agora tem Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças *sediado* na APAE. Então, você tem que tirar o vínculo, sabe? Foi o ano que eles não queriam deixar a gente fazer a festa. Aí eu falei com eles: “Sem problema, eu faço a festa na minha casa, eu faço a festa na porta da igreja, eu faço a festa em qualquer canto, não tem problema. Agora eu acho cúmulo”. Aí eles falaram: “Mas vocês estão mexendo com coisa de macumba e eu não sei mais o quê. Eu *detesto* esses trem tocando”. Eu falei: “Olha, gente, vocês vão me desculpar, mas o tamanho da minha festa, só eu conheço ela, só eu conheço (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016, grifos nossos).

Silvânia, na tentativa de se desvincular da APAE-OP, gerou conflitos com a entidade, uma vez que, se não colocasse o nome da instituição ou não fizesse referência à mesma, o Congado deveria deixar de existir. Para a APAE-OP, o Congado é uma forma de evidenciar os trabalhos da instituição, uma vez que exige a utilização de seu nome nas atividades do grupo. Essa afirmação destaca uma questão e a hipótese inicialmente considerada,

a da espetacularização do Congado pela instituição, que foi sendo confirmada nos dados da pesquisa.

Eu acho que tudo que eleva o nome da instituição para o bem dela, para o crescimento dela, para ajudar os alunos, para ajudar a instituição, eu acho que isso é ótimo, bacana. É orgulho, né? Há o Congado da APAE, a Fanfarra da APAE, isso é um orgulho, é o nosso trabalho que tá lá fora. Eu acho que é muito bacana. (Helena, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Na fala, a pedagoga considera importante haver ações que projetem a instituição frente à sociedade. O Congado vem cumprindo esse papel e, dessa maneira, foi sendo reafirmado na APAE-OP. Portanto, em meio a esses conflitos, a guarda foi reconhecida como religiosa e pedagógica, assim ela é apresentada. A professora Joana revela a dubiedade presente nessa manifestação, que mesmo não tendo seus conteúdos fazendo parte de nenhuma disciplina, se apresenta como prática pedagógica, mas também como parte integrante da cultura congadeira vivenciada em Ouro Preto.

Quando vai apresentar a APAE, os projetos da APAE. O que ela tem? O Congado, ele aparece como um projeto permanente e, assim, todos os dados que a gente pode passar, a gente passa sobre o Congado. *E é uma carta de visita também da APAE*, entendeu? O Congado, além de participar junto com as guardas de Ouro Preto, porque ela já tem tudo direitinho, dentro do Congado mesmo, tem a parte pedagógica né? (Joana, professora da APAE-OP, 2016, grifos nossos).

As professoras entrevistadas destacam que o Congado é bem aceito pela instituição e ainda se encontra vinculado a ela, mas também evidenciam a persistência exclusiva da Silvânia em continuar com o grupo, mesmo diante de vários obstáculos:

Eu não sei muito da história do Congado, eu sei que está aqui, que é uma coisa muito bem aceita pela escola, eu acredito que sim, né? E é a Silvânia que tá insistindo e é uma luta, ela vai te falar, ela vai usar essa palavra, porque é uma luta e muita força de vontade, né? Porque eu acho que tá no sangue dela. É incrível isso, porque eu acho que está no sangue, que as netas dela, pequenininha! E, gente, eu fico olhando, há quantos anos ela faz a festa aqui, né?, e sempre a gente vem para ajudar. Eu ajudo pouco, às vezes, eu venho às 8 horas e vou embora às 14 horas. Tem professor aqui que fica o dia inteiro, até a hora de fechar as portas. Nossa! Já teve festas maravilhosas, de, no outro dia, a rua estar toda enfeitada né? (Ana, professora da APAE-OP, 2016).

De um lado, a capitã Silvânia expressa a vontade de desvincular o Congado da APAE-OP, ao enfatizar que a instituição somente sedia o grupo por ser integrado por alguns de seus alunos. De outro lado, por esse mesmo motivo, os representantes da instituição destacam que o Congado, mesmo tendo uma participação intensa fora de suas ações pedagógicas, ainda

é um projeto da APAE-OP. Todos o reconhecem e o citam como parte integrante da entidade, mas ao mesmo tempo em que o mencionam há sempre a referência à Silvânia em todo seu processo, seja na criação, ampliação e continuação das práticas até a atualidade.

Está claro que há valorização e afirmação do Congado na sociedade e na instituição. Essa experiência é bem vista pelos seus profissionais, isso legitima sua prática. Fica evidente também que existem conflitos inter-religiosos e institucionais, no entanto, diante da projeção que o Congado proporciona, essas tensões não foram suficientes para que ele fosse desassociado integralmente da APAE-OP.

Na dinâmica entre tradição e instituição, Silvânia vai respondendo a essas demandas e a todas as cobranças que vão sendo colocadas. Nesse processo, ela foi produzindo uma identificação e uma relação profunda com essa experiência, envolvendo os estudantes da instituição e seus familiares nessa manifestação. Fez de uma atividade didática uma prática religiosa e cultural vivenciada e reconhecida como uma das mais expressivas e relevantes tradições ouro-pretanas, que ainda sobrevive, permanece e se apresenta como cada vez mais notável na cidade.

3.3 Da implantação à implementação das questões étnico-raciais e do Congado enquanto prática pedagógica na APAE-OP

Implantação e implementação são dois conceitos de grande importância para entendermos a relação da prática congadeira com as ações da APAE-OP. Seguindo esses conceitos utilizados por Gomes (2012), na análise das experiências com a Lei nº. 10.639/2003, que determina às instituições escolares a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana no ensino⁴³, propõe-se chamar a atenção de como é a relação do Congado com a prática pedagógica da APAE-OP.

Gomes (2012) refere-se à implantação como o momento inicial no qual se apresenta uma dada perspectiva à sociedade, ou seja, é a etapa em que ocorre a introdução ou o estabelecimento de uma política, plano, programa ou determinado projeto. Após essa fase inaugural, entra em contexto a etapa de implementação das práticas estabelecidas, sendo esta a forma como é executada tais ações.

⁴³ A Lei nº. 10.639/2003 sofreu alterações em 2008, com a promulgação da Lei nº. 11.645, que estabeleceu a obrigatoriedade da cultura e história indígena nos estabelecimentos de ensino escolar.

Existe uma dinâmica própria das políticas públicas, que vai do reconhecimento de uma problemática social sobre a qual se quer intervir até sua adoção e transformação da realidade ao lado do conjunto maior da sociedade. E a eficácia desse processo segue o caminho da implantação à implementação. Uma educação voltada para a produção do conhecimento, assim como para a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos para (e na) diversidade étnico-racial, significa a compreensão e a ampliação do direito à diferença como um dos pilares dos direitos sociais. (GOMES, 2012, p. 27)

Assim como nas políticas públicas, a efetivação e a implementação de um projeto pedagógico dependem de várias ações para que possa acontecer de maneira plena dentro do contexto escolar. Na perspectiva de fazer um diálogo sobre como o Congado é inserido nos fazeres educativos da APAE-OP, bem como a forma que se relaciona com a temática da história e cultura e afro-brasileira, foi que adotamos os conceitos de implantação e implementação dentro do desse contexto.

Analisando a inserção da cultura congadeira na APAE-OP, o grupo que havia se apresentado de maneira teatral na instituição em comemoração a uma data festiva passou a vincular-se como um projeto pedagógico⁴⁴ denominado de Congado de Nossa Senhora das Graças da APAE de Ouro Preto. Assim, a cultura congadeira foi implantada na instituição, sem nenhum vínculo legislativo referente as relações étnico-raciais. Nesse projeto foram especificadas as etapas previstas para seu estabelecimento:

- 1ª Período de inscrição para treinamento prático na instituição;
- 2ª Período de seleção: alunos que atendam aos requisitos para participarem do projeto: ensaios/seleção de músicas e ritmos;
- 3ª Calendário de apresentações em eventos (Projeto do Congado de Nossa Senhora das Graças/Portfólio).

Neste período, o grupo foi iniciado com 22 integrantes, dentre eles, dezessete alunos da APAE-OP, descritos no Projeto com as seguintes deficiências: “Auditiva, física, retardo mental e dificuldade de aprendizagem”. Os demais participantes eram professores da instituição. Em relação à dimensão pedagógica do projeto, o objetivo inicial se configurava como uma atividade didática para auxiliar na integração e socialização dos alunos apaeanos com o meio social. O intuito era oferecer oportunidades educativas para “jovens excepcionais”, auxiliando no desenvolvimento de suas habilidades, além de levar conhecimentos práticos sobre a cultura e a religiosidade existente na cidade. Dentre os objetivos específicos, propôs-se

⁴⁴ A descrição desse projeto estava resguardada no portfólio do Congado, com a professora e capitã Silvânia. A APAE-OP não dispõe dessa documentação.

divulgar a cultura local e levar para fora da instituição escolar o trabalho realizado pelos alunos, desenvolver a autoestima dos mesmos e conscientiza-los sobre a cultura afro-brasileira.

Nesse contexto, destacam a cultura presente em Ouro Preto, enfatizando, mais uma vez, a importância do Congado e sua disseminação na cidade. O termo cultura afro-brasileira também se faz presente, mesmo não havendo referências a Lei nº. 10.639/2003. Ao questionar Silvânia sobre a relação da criação do Congado com a referida legislação, a professora contou que não houve ligação no estabelecimento com essa demanda: “Não, porque nós somos de 2002. E, mesmo assim, na APAE, as leis só vão chegar hihihhi, demora”.

A Lei nº. 10.639 foi instituída em 2003, após a criação do Congado da APAE-OP. É preciso evidenciar que as discussões referentes à lei já se faziam presentes no cenário brasileiro, mas, mesmo assim, não havia relação entre a legislação e o Congado, nem com outro projeto ali desenvolvido.

A cultura é tratada, na instituição, de maneira ampla. Referem-se especificamente à “cultura brasileira”, como destacado no Regimento Escolar da APAE-OP, que prevê:

- V – valorizar a cultura brasileira sob todas as suas formas de manifestação, destacando-lhes o valor simbólico e explicativo de formas de vida e de crenças do povo.
- XI – estabelecer relações entre saberes, considerando que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos (Regimento escolar, 2010, Art. 8º, p. 4).

Não há referência nos documentos analisados da APAE-OP que revelam a implementação da Lei nº. 10.639/2003. Mesmo após a instituição do Congado, representante da cultura afro-brasileira, a legislação não foi assimilada pela APAE-OP e não se encontra em suas práticas escolares. As atividades relacionadas à diversidade cultural são abordadas sem especificidade, principalmente no que se refere às questões étnico-raciais, como revela a pedagoga da instituição:

Os projetos nossos, a gente volta muito para um contexto geral, até porque a APAE é uma escola muito diferente. Então, os meninos sabem da cultura, mas eles não sabem discernir uma coisa específica, então a gente trabalha um contexto no todo, a gente pega todo tipo de cultura abrangendo o Congado, o Coral de LIBRAS, a Fanfarra, o Teatro. Então a gente abrange num todo. O Congado não é por causa da lei não, ele é *por um todo*, pluralidade cultural (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-2016, grifos nossos).

Portanto, não foi nenhuma diretriz legal e, tampouco, uma consciência racial que levou o Congado para o espaço escolar da APAE-OP. As professoras tinham que fazer uma

apresentação, então Silvânia resolveu exibir um grupo de Congado, devido à cultura estar inteiramente presente na dinâmica da cidade. Dessa apresentação, efetuou-se um projeto na instituição, que foi tomando uma proporção ainda maior através das ações de uma pessoa específica, ou seja, o Congado instaurou-se na APAE-OP não “por um todo” e sim através de Silvânia.

A Lei nº. 10.639/2003 não foi implantada na APAE-OP, assim não houve também sua implementação. O Congado, como uma manifestação popular negra, presente em Ouro Preto e introduzido na APAE-OP, também não foi tratado como subsídio para a compreensão de práticas culturais afro-brasileiras, como prevêem as legislações vigentes, uma vez que os desdobramentos desse Congado estão vinculados somente na perspectiva de uma única professora e não da instituição, como descreve a pedagoga da instituição:

O Congado é administrado pela professora Silvânia, ela já tem muitos anos, ela que começou a oficina, ela buscou conhecimento com outras pessoas que já tinham esse conhecimento mesmo de Congado, então o Congado é de responsabilidade da Silvânia. [...] A Silvânia mesmo que buscou os conhecimentos, as parcerias. Eu não me lembro como que começou, mas eu sei que ela teve um interesse de estar buscando. Partiu dela, ela buscou os conhecimentos de Congado, aí foi e é ela que continua (Helena, coordenadora pedagógica da APAE-OP, 2016).

As outras professoras também apontam para Silvânia como a principal responsável pela criação e continuação do Congado. Esse protagonismo de uma única professora faz pensar se essa experiência foi implementada com o objetivo de sua criação, ser uma prática pedagógica. Para pensar sobre esses fatores, tomo o conceito de enraizamento, apontado por Gomes (2012, p. 27), para descrever a efetividade de um trabalho desenvolvido em uma instituição escolar em relação à implementação da Lei nº. 10.369/2003.

Refere-se à capacidade de o trabalho desenvolvido na escola na perspectiva da Lei nº. 10.639/03 e das suas *Diretrizes Curriculares Nacionais* se tornar parte do cotidiano escolar, ou seja, da organização, da estrutura, do Projeto Político-Pedagógico, dos projetos interdisciplinares, da formação continuada e em serviço dos profissionais, independentemente da atuação específica de um(a) professor(a) ou de algum membro da gestão e coordenação pedagógica. Trata-se de a educação das relações étnico-raciais se tornar um dos eixos norteadores da proposta político-pedagógica desenvolvida pelo coletivo dos profissionais da educação que atuam na instituição escolar. Nesse sentido, importa saber se as práticas pedagógicas realizadas são mais sustentáveis ou menos sustentáveis.

Dentro dessa perspectiva, proponho inserir, nessa discussão, as temáticas vinculadas as relações étnico-raciais associadas à prática da cultura congadeira na APAE-OP, analisando sua implementação como conhecimento pedagógico. A dinâmica do Congado na

instituição e sua inserção ou não nas ações escolares cotidianas dão a dimensão se essa prática é articulada pela comunidade escolar ou por atores específicos.

O Congado é firmado nas entrevistas como uma atividade educativa que promove a busca de conhecimento através do canto e da música, que pode interferir nos aspectos intelectuais e físicos do educando. Dessa forma, os entrevistados reconhecem a cultura congadeira como um conhecimento pedagógico, no entanto, não o inserem em sua prática escolar. Mesmo com o Congado tendo sido inserido na APAE-OP como um projeto educativo, não há outras ações institucionais que viabilizam sua efetivação como conteúdo escolar. Fato narrado pelos próprios professores:

Acho que já é muito bom, agora, como conteúdo de aula, não sei se daria. Mas o Congado é muito importante, né? Não vejo como conteúdo não. Não vejo como conteúdo, porque, na festa, só participa quem faz parte do Congado e, na APAE, são 215 alunos, então, para virar conteúdo, tinha que ser um dia letivo, onde tivesse a participação de todos os alunos (Isabel, professora da APAE-OP, 2016).

Existe um desconhecimento da manifestação pelas outras professoras, desse modo não conseguem perceber possíveis articulações com os conteúdos de matriz curricular. Segundo Alves (2008), a festa pode ser associada a diversos aspectos, entre eles, a prática do lazer, o lúdico, os cantos e a dança, o corpo e sua gestualidade. Pode também vincular-se a outros contextos pedagógicos, sendo assim, esse festejo poderia ser inserido como conteúdo em diferentes disciplinas, não só para alunos congadeiros, mas para toda comunidade escolar. Assim, o Congado poderia assumir um papel interdisciplinar nas ações educativas promovidas pela APAE-OP.

Figura 22: Aluno e congadeiro ao lado dos instrumentos após ensaio (APAE-OP, 2015)



Fonte: Acervo da autora

Figura 23: Instrumentos da guarda utilizados na atividade (2015)



Fonte: Acervo da autora

Como Isabel afirma, as práticas do Congado, como os ensaios ou os festejos, realizados não estão inseridas no calendário escolar da APAE-OP, fato que aponta para a não institucionalização dessa experiência como conhecimento a ser aprendido e ensinado. Nos ensaios e através da oralidade, novas músicas, gestos e rituais são aprendidos. Essa atividade acontece na APAE-OP, mas não há uma articulação da prática pedagógica desenvolvida pelos congadeiros com os demais alunos. Os saberes estão nas atividades do grupo, mas não nas ações escolares da APAE-OP. As vivências congadeiras, a igreja, as viagens, a relação com outros congadeiros, são esses os contextos em que os processos educativos são inseridos. Experiências que são rituais sagrados e que também atuam como instrumentos para o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Martins (1997), nos rituais do Congado, tudo se torna sagrado, os instrumentos, as vestimentas, o canto, a dança, os espaços, entre outros, elementos que, em comunhão, evidenciam a fé, a religiosidade, as representatividades, as memórias passadas, reavivando as tradições e as práticas ritualísticas. A festa em honra a Nossa Senhora do Rosário é revelada como um dos momentos mais relevantes da cultura congadeira. A festa se apresentou como um momento de renovar a fé, de comemorar e louvar a Nossa Senhora do Rosário e a seus santos de devoção. É descrita por Mello e Souza (2002, p. 245) como “uma ruptura da vida diária, um intervalo na ordem estabelecida”.

A festa do Congado da APAE-OP ocorre na instituição e na igreja local, sempre início do mês de novembro. Inicialmente o grupo de Congado se apresentou em agosto em

comemoração ao dia do excepcional, a mudança para o mês de novembro ocorreu por ser uma data que permeia os dias em que se comemoram, pela Igreja Católica, as santas padroeiras da guarda, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, respectivamente celebradas nos dias 7 de outubro e 27 de novembro⁴⁵.

Figura 24: Bandeiras das santas protetoras do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (Festa do Rosário, APAE-OP, 2015)



Fonte: Acervo da autora

Nesses dias, os alunos congadeiros permanecem na instituição⁴⁶, preparando e ornamentando o espaço para as festividades. Altares são colocados com imagens de vários santos de devoção. Rosários, terços, coroas, elementos religiosos e simbólicos são espalhados por toda a instituição. Nas paredes, fotos e estandartes com imagens de apresentações do Congado anfitrião e de encontros com outras guardas.

⁴⁵ De acordo com o calendário religioso, comemora-se Nossa Senhora do Rosário no dia 7 de outubro, por ser o dia em que se celebra a vitória dos cristãos na batalha naval de Lepanto, na Grécia, em 1571. Esta conquista foi atribuída à santa, pois, em meio à batalha, pediram bênçãos e proteção ao Rosário. Nossa Senhora das Graças é celebrada no dia 27 de novembro, data da então aparição da santa para a noviça francesa Catarina de Labouré (Santa Catarina), na capela das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, na França, em 1830. (FONTE: A história dos Santos/ Artigos de Márcio Antônio Reiser. Disponível em: <http://marcioreiser.blogspot.com.br/>. Acesso: 10 set. 2017.

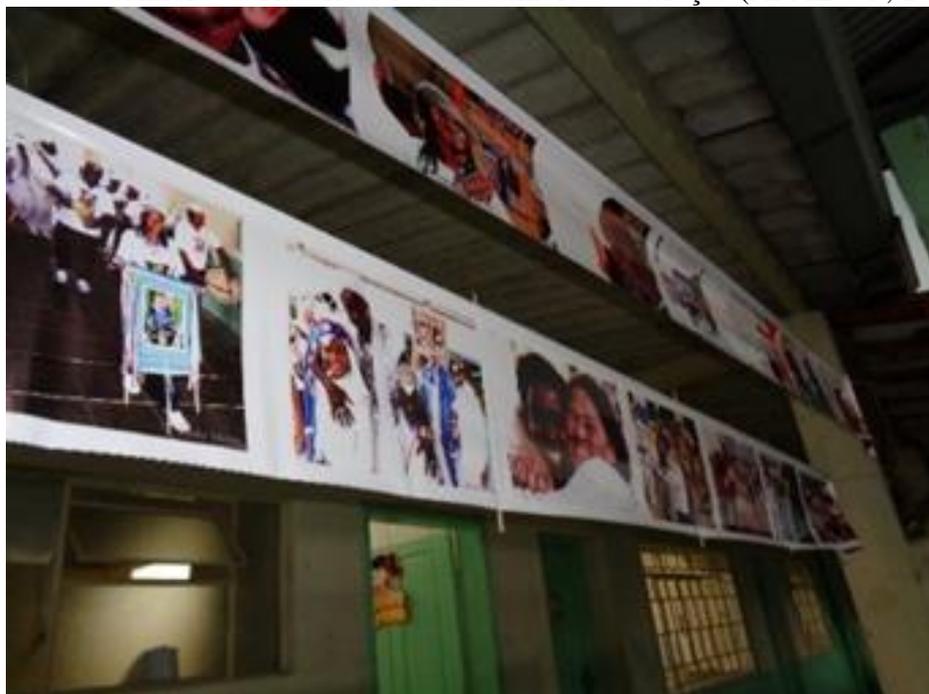
⁴⁶ Nas duas festas observadas, os congadeiros dormem na instituição, cada um leva seu colchão e roupas de cama. Como a festa continua no dia seguinte pela manhã, com a Alvorada, todos precisavam estar a postos logo cedo. As mulheres dormem em uma sala sob supervisão da Silvânia e seu marido fica com os meninos em outra sala.

Figura 25: Ornamentação da Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (APAE-OP, 2015)



Fonte: Acervo da autora

Figura 26: Fotografias de congadeiros de Ouro Preto na ornamentação da Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (APAE-OP, 2015)



Fonte: Acervo da autora

Figura 27: Altar com santos devocionais dos congadeiros na Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (APAE-OP, 2015)



Fonte: Acervo da autora

Figura 28: Ornamentos da Festa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (APAE-OP, 2015)



Fonte: Acervo da autora

Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, fotos dos Congados, imagens, ornamentos típicos da cultura congadeira, tudo isso fez da APAE-OP um lugar marcado pela sacralidade. Naqueles dias, a instituição se tornou território do Congado, repleto de simbologias e de religiosidade. Os rituais da festa do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças são realizados conforme características da cultura congadeira, como a coroação dos reis festeiros, levantamentos dos mastros e bandeiras, a alvorada, a celebração da missa e cortejos.

Figura 29: Entrada da APAE-OP durante festa do Congado (2015)



Fonte: Acervo da autora

Os festejos e as práticas do Congado realizam-se ou na APAE-OP ou na igreja, que podem ser compreendidos como lugares de pertencimento. A APAE-OP não se apropriou de maneira pedagógica da prática do Congado, mesmo assim, é cenário para sua celebração, demarcando a vivência dessa experiência pelos alunos apaeanos, que se tornaram também congadeiros.

Figura 30: Congadeiros na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (2015)



Fonte: Acervo da autora

Figura 31: Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças ao final da celebração da missa na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (2015)



Fonte: Acervo da autora

Figura 32: Congadeiros em frente à APAE-OP durante festejos do Congado (2015)



Fonte: Acervo da autora

Nesse cenário, observa-se a apropriação da cultura do Congado na APAE-OP, entretanto, é um fato que ocorre somente durante as festas e sem nenhum viés pedagógico. Como se vê, as práticas do Congado na APAE-OP não são regulares, nem fazem parte do currículo da escola.

Está dentro da escola, teria que ser uma coisa mais trabalhada e mostrar a riqueza que é, que vem por trás de tudo isso. Mas, infelizmente, ele não é trabalhado e é só nessa época, né? Essa semana que vem que vai ter [a festa] e é só. Não tem mais nada, só a hora que tem o ensaio aqui, que vem as turminhas, vem para assistir, mas nada além, é uma pena. Eu acho, assim, não sei, se a gente se envolvesse mais e procurasse colocar mesmo, todo mundo tá trabalhando, acho que seria legal. Os meninos também entenderem que não é assim nada que você tem que ter preconceito. Nós temos aqui dentro da escola, mas como conteúdo dentro do planejamento mesmo não acontece, como disciplina, não tem prioridade, mas, dentro do planejamento, a gente acaba trazendo pelo fato que está no contexto aqui da escola, aí ajuda muito (Ana, professora da APAE-OP, 2016).

A importância do Congado na instituição é confirmada, no entanto, suas ações não foram estabelecidas como um conhecimento pedagógico, assim como revelam os alunos quando questionados se alguma temática vinculada ao Congado já teria sido trabalhada em sala de aula por algum professor. O aluno e congadeiro Vicente, que participa do Congado desde o

início, disse: “Isso eu nunca vi não”. Segundo João, que também integra o grupo desde a mesma época: “A única professora que falou disso é a Silvânia. Igual te falei, tinha outras professoras que ajudavam a ensaiar no início, mas, dentro da sala de aula, não lembro não, acho que não”.

As práticas vinculadas ao Congado realizadas na APAE-OP são sempre direcionadas por Silvânia. Esse protagonismo associa-se com o trabalho de Patrícia Santana (2003), intitulado *Professo@s Negr@s: trajetórias e travessias*. A autora realizou um estudo sobre professores e professoras que atuavam frente à questão racial no meio escolar e identificou que esses os faziam por motivações pessoais, por se reconhecerem negros, ou seja, a trajetória de cada um, em relação à vida escolar, as experiências de discriminação racial, formação e atuação acadêmica interferiram nos desdobramentos da prática docente. Nesse estudo, a autora revela que, quando se tem um professor engajado, há a discussão das relações étnico-raciais; mas, caso o docente se desvincule da instituição, acabam as ações, não se criam raízes no espaço escolar. Será que isso poderá ocorrer na APAE-OP?

Na APAE-OP, o enraizamento institucional dado não foi alcançado pela temática étnico-racial, nem mesmo com a inserção do Congado em seu espaço, pois o mesmo é gerido por uma única professora. Se, por um lado, o projeto é vinculado somente à Silvânia, de outro lado, há pouco conhecimento da Lei nº. 10.639/2003 e das questões étnico-raciais em relação aos demais professores.

Ao serem questionadas sobre o pertencimento étnico-racial, as professoras não tinham conhecimento do que se tratava esse termo. Responderam somente depois de serem esclarecidas a respeito de seu significado: “Ah, eu me considero preta mesmo. Pertencimento étnico-racial, muito prazer! [riso] Não sabia o que era”. A professora Luiza revelou ser negra assim como Ana, que declarou: “Eu me considero negra, da classe negra”. A pedagoga Helena e a professora Isabel se consideram pardas. A professora Joana disse: “Sabe que não sei o que eu sou? Sério, eu nunca reparei. Ah, põe que eu sou branca mesmo”.

Silvânia tinha total consciência do que se tratava a pergunta e respondeu, de maneira interessante, evidenciando sua origem familiar, usando um termo político, afrodescendente, o que é diferente da forma como os outros professores se posicionaram:

Eu sou afrodescendente. Querendo ou não, né? Porque o meu pai era negro, minha mãe era branca, porém, por parte da minha mãe, a minha avó era escrava e o meu avô português e, por parte do meu pai, era índio com negro. É afrodescendente do bom (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

No que se refere à Lei nº. 10.639/2003, também apresentaram pouco conhecimento sobre a temática, como revela a pedagoga Helena. “Eu já li alguma coisa, mas nunca me aperfeiçoei muito nela não. Não sei te falar, assim o que teria não. Eu já li uma vez, mas foi muito superficial”. As docentes Luiza e Ana, mesmo não sabendo as especificidades da lei, conheciam qual tema era tratado. De acordo com Luiza: “Bom, já ouvi, mas é aquela coisa, você conhece, mas não se aprofunda, né? É uma lei que fala sobre a questão racial, né?”. Ana revelou que conheceu a lei, pelo fato de ter a estudado em sua formação docente: “Em relação essa lei, eu conheço no sentido, assim, que trabalha com a cultura mesmo africana e afrodescendente. É uma coisa que eu acabei pesquisando, porque, quando eu estudei, a gente viu alguma coisa relacionado a isso”.

Santana (2003) destaca que o professor é um agente fundamental no processo de inserção da temática da diversidade e questões raciais na escola, sendo a formação inicial e continuada um aspecto relevante a se pensar. Na fala da professora Ana, percebemos que, em sua formação, houve discussões a respeito da Lei nº. 10.639/2003, no entanto, de maneira geral, a formação dos professores da APAE-OP não perpassa pela perspectiva aprofundada das relações étnico-raciais, posto que, ao questionar sobre a Lei e o pertencimento étnico-racial, apresentam pouco envolvimento e conhecimento com a temática.

Os alunos congadeiros entrevistados também revelam pouco envolvimento com as questões étnico-raciais, mesmo com alguns se declarando negros. Francisco se declarou moreno claro, e Vicente o acompanhou dizendo a mesma coisa. Mas foi, em seguida, questionado por um de seus colegas, que afirmou que, na verdade, ele era negro. A aluna e congadeira Maria acrescentou: “Olha o preconceito, hein?”. Francisco logo respondeu: “Mas ele é mesmo, né?”. Maria e Antônio afirmaram serem morenos, e José disse: “Eu sou preto”.

Responder se é ou não negro não revela qual a relação de pertencimento racial efetiva dos alunos, mas nos dá uma dimensão do que eles sabem em relação à temática. Nesse diálogo, nos chamou a atenção a fala de Maria, que disse ao colega que seria preconceito chamar o outro de negro. Em sua visão, a palavra negro parece ter uma carga negativa. Esse pensamento pode provir de como as questões étnico-raciais são pouco elucidadas no ambiente escolar em que estudam, assim como no Congado, mesmo sendo uma cultura afro-brasileira, aspecto que não foi evidenciado pelos alunos durante a pesquisa.

A discussão da história, da cultura e da memória africanas não é incluída no currículo escolar e nos processos pedagógicos da instituição. Ocorrem apenas iniciativas descontinuas ou em datas comemorativas:

É, nós trabalhamos de alguma forma sobre esse tema. Seria até legal a gente aprofundar mais para tá trabalhando de uma forma mais específica, porque acho que tem muita coisa que é só no dia, né? Igual tem o Dia do Surdo, só se trabalha no dia, que é em setembro. Mas se fizer algo bem feito, né? Igual aqui, esse ano, nós vamos falar sobre meio ambiente e, dentro do meio ambiente, acontece de falar sobre classe social, vai falar sobre lixo, quais os lugares que tem mais lixo? A classe mais pobre. E aqui a gente trabalha muito o folclore. Esse ano, a gente trabalhou, durante o folclore, as danças. Trabalhamos maculelê, todas as religiões que tem no Brasil. Nós trabalhamos, as comidas típicas e, nesse ano mesmo, nos falamos muito sobre a questão racial e pode falar do Congado também. Mas fica isso fica mais com Silvânia mesmo (Ana, professora da APAE-OP, 2016).

Sendo Silvânia professora e tendo um papel primordial nas ações da guarda pesquisada, como fundadora e capitã, questionei como ela via o processo de constituição da Lei nº. 10.639/2003. A docente destaca sua insatisfação com a forma como as questões étnico-raciais são tratadas nas escolas:

Olha, o que acontece? Quando chega na semana de trabalhar alguma coisa de consciência negra, eles falam agora que é “Educação para a vida”, agora mudou. E tem outra coisa: é para trabalhar o ano inteiro, ou é para trabalhar alguns dias só? Então trabalha sim, mas trabalha dessa forma que eu estou te falando. É uma semana, é no geral, porque dizem que é “Educação para a vida”, aí coloca um monte de coisa de consciência negra. Igual Maria Eduarda, a professora dela pediu para fazer um trabalho sobre Zumbi dos Palmares. Pronto, deu duas canetinhas pra colorir, só. Tem uma coisa, é para trabalhar consciência negra, tem que trabalhar sempre, como fala a lei. Dá um texto na prova sobre consciência negra, vamos cobrar alguma coisa referente, mas não, faz um projeto de dois, três dias e pronto (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Diante das iniciativas descontínuas que, segundo Silvânia, são executadas no meio escolar em referência à temática étnico-racial, perguntei a ela se houve apresentação de sua guarda de Congado na Escola Estadual Marília de Dirceu, instituição na qual ela estava atuando no período em que concedeu a entrevista:

Ainda não. Eu entrei lá esse ano, né? Teve uma vez, nem lembro em que evento, acho que é 20 de novembro mesmo, mas a gente ia apresentar, só que, de última hora, eles cancelaram, porque falaram que não ia dar tempo. Na verdade, parece, parece que deram prioridade para outra coisa, né?, outra apresentação (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

As práticas pouco críticas em relação à cultura africana e afro-brasileira relatadas por Silvânia, e o engajamento da mesma no Congado, nos fizeram recorrer à pesquisa coordenada por Gomes (2012) intitulada *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei n.º 10.639/2003*. Este estudo nos dá uma

dimensão maior sobre as ações desenvolvidas nas escolas referentes às questões raciais. Um grupo de pesquisadores investigou experiências positivas em relação à implementação da Lei e às *Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais* em âmbito nacional.

Conforme Gomes, Jesus e Alves (2012), a maioria das escolas investigadas apresenta um baixo nível de engajamento e sustentabilidade da prática realizada. A pesquisa confirma que tais propostas eram conduzidas por apenas um ou por um grupo específico de professores. O docente constrói essa experiência, mas os desdobramentos na instituição são muito poucos. As discussões étnico-raciais ficam centradas somente na figura de um professor, não havendo enraizamento institucional, como é o caso da prática congadeira na APAE-OP, que tem sempre a figura da Silvânia como percussora da experiência, tanto que quando a professora saiu da instituição, o Congado correu risco de não estar presente em seu espaço.

Esse fato ocorreu em 2016, quando Silvânia se aposentou da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e foi trabalhar como contratada na Escola Estadual Marília de Dirceu, também em Ouro Preto, onde assumiu a função de professora de apoio de um estudante autista. Durante esse período sem a presença da Silvânia na APAE-OP, não houve ensaios, nem apresentações. Aconteceu somente a festa anual, com a organização da própria Silvânia. Segundo a capitã, sua saída dificultou muito as atividades realizadas com os alunos do Congado.

Minha saída interferiu bastante, porque, antes, eu podia chegar fazer o ensaio na hora em que eu tivesse lá, hoje não tem jeito. Eu tenho que ligar, pedir autorização, aí, se tiver outro compromisso, não pode. Então está bem mais difícil, porque, agora, eles marcaram compromisso o tempo todos com os meninos. E é ruim ficar muito tempo sem ensaiar (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

A professora Ana também destaca a saída da Silvânia da instituição em relação à continuidade das atividades com o Congado:

Então, esse ano aqui, ele não teve tanta frequência, porque a Silvânia, que é a coordenadora, aposentou no Estado. Ela poderia voltar como contratada e, como as coisas esse ano ficaram bem reduzidas na questão de contratação e em todo contexto educacional, né?, ela não conseguiu vaga, ela está lá no Marília. Então, foi uma perda enorme e, esse fim de semana agora, está marcada a festa que todo ano ela junto com todos os alunos que fazem parte, ela com a família dela, com os amigos, né? Tem essa homenagem aí do Congado e vêm outros Congados. Mas ela ter saído atrapalhou, porque não está tendo ensaio. É uma pena que ela não conseguiu a vaga aqui, pode ser que ano que vem ela muda, né?, que ela consiga voltar (Ana, professora da APAE-OP, 2016).

Assim como comprovado nas observações, as entrevistas também indicam o quanto a atividade é vinculada à Silvânia, não havendo o mesmo engajamento dos outros profissionais

da instituição, que contribuem somente nas festas anuais⁴⁷, auxiliam nas celebrações, na alimentação e ornamentação da escola, sem se envolverem, de fato, ao longo do ano.

A pesquisa organizada por Gomes (2012) revelou também casos nos quais temas relacionados à Lei nº. 10639/2003 não estavam presentes em decretos municipais ou em projetos políticos pedagógicos das escolas. Da mesma forma, no PPP da APAE-OP não há referências à legislação. Há uma pequena descrição do projeto referente ao Congado, sem especificar ligação com a lei, aliás, esse é o único documento encontrado na APAE-OP que contém algum relato sobre a experiência. Diferentemente dos demais projetos, não foi encontrado nenhum relatório sobre as atividades do Congado na documentação analisada.

Sobre o enraizamento das práticas pode-se observar que o movimento de inclusão da temática ou dos projetos pedagógicos voltados para a temática étnico-racial no PPP da escola é um elemento facilitador da continuidade das atividades e possibilita maior sustentabilidade das práticas. Essa situação garante que a prática não seja interrompida no caso de transferência do(a) professor(a) responsável pelo surgimento ou pelo andamento do trabalho (GOMES, 2012, p. 347).

Gomes (2012) destaca também que, mesmo contribuindo, a inserção do tema étnico-racial no PPP não garante a institucionalização e a continuação da prática. Assim como ocorreu com o projeto do Congado, que está presente no PPP da escola especial da APAE-OP, o mesmo não faz parte das disciplinas, nem do currículo escolar. Não é um instrumento para as discussões sobre a temática étnico-racial, questão que também não é trabalhada na instituição, como determina a Lei n.º 10.639/2003. As ações do Congado só têm continuidade devido às ações de uma professora específica. Esse fato exemplifica a dificuldade de implementação do Congado como um meio para o ensino da história e cultura afro-brasileira na APAE-OP.

As dificuldades de implementação e enraizamento do Congado como uma prática pedagógica ocasionaram a descontinuidade de suas atividades na APAE-OP, sendo uma experiência que foi se tornando cada vez mais individualizada na pessoa de Silvânia. Nos demais projetos da instituição, há um nível de enraizamento que não é encontrado em relação ao projeto do Congado.

Os outros projetos, como a Fanfarra, o Teatro ou Coral de LIBRAS, foram muito citados nas entrevistas, assim como o Congado, entretanto, não estão centrados em um único professor. Neles, há a participação de vários profissionais e até de pais de alunos em suas

⁴⁷ Quatro das cinco profissionais da APAE-OP entrevistadas estavam presentes, auxiliando nos festejos do Congado em 2016.

atividades. O Coral de LIBRAS é um exemplo a ser considerado. Fundado pela professora Luiza, seguiu os mesmos passos de implantação do projeto do Congado.

A professora que criou o Coral de LIBRAS também auxiliou Silvânia no início do Congado na APAE-OP, mas não foi com a prática congadeira que ela se identificou, como ocorreu com a capitã:

Sim, estava na apresentação do Congado. Tem até minha foto lá, com aquela coisinha [apontou para sua cabeça] dançando. Mas, assim, é aquela coisa: você faz um trabalho e você continua, se você vê que é uma coisa para você mesmo, e, para mim, o Congado já não era uma coisa tanto quanto foi o Coral de LIBRAS. E para Silvânia, no entanto, ela se identificou com aquilo ali mesmo. Então, eu dançava, mas era aquela coisa mais tímida mesmo, não sou muito de dançar sabe, mas eu estou até hoje no Congado ajudando, estou sempre com a Silvânia, domingo [dia da festa do Congado eu estou aqui com ela. Eu lembro de você aqui. Ah, eu disse que conhecia você de algum lugar, então é do Congado. Então, eu estou sempre, todo ano, aqui nas festas, estou sempre com ela, estou sempre ajudando, estou sempre participando de tudo que eu posso ajudar, mas sou mesmo do Coral de LIBRAS (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

A professora Luiza fazia parte do Congado, mas o Coral de LIBRAS é o projeto ao qual ela se dedicou. Surgiu de sua obstinação e teve, posteriormente, o incentivo da instituição e dos demais professores no desenvolvimento desse trabalho, como a mesma afirma:

Fui aprender para ensiná-los. Mas foi muito legal, porque eu fui aperfeiçoando, aí depois de um tempo, depois de muito tempo, eles foram vendo a necessidade de ter um curso, aí chamou o pessoal da FENEIS [Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos] para dar um curso para gente. Porque igual eu falei, cai aqui de paraquedas, olharam para minha cara e falaram que eu iria trabalhar com surdos e o negócio não desgarrou mais de mim. Eu adoro LIBRAS e esse lance do coral também foi uma coisa assim, quando veio o pessoal dar o curso, dar o curso aqui, o nosso professor era surdo e aí eu peguei e pensei que estaria chegando o Dia das Mães, podia tanto fazer uma música em LIBRAS, né?, para as mães. Aí foi a música Como é grande o meu amor por você, aí pedi para ele me ajudar a fazer, transpor de português para LIBRAS, e aí a gente começou, arrumamos as luvinhas. Nós fizemos a apresentação e o pessoal amou, acabou que o negócio deslanchou e não parou mais. Foi depois disso (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

O Coral de LIBRAS foi iniciado assim como o Congado, por meio de uma apresentação, mas a diferença é que, atualmente, ele está inserido nas atividades educativas da APAE-OP em meio as disciplinas lecionadas. Foi um saber institucionalizado pela APAE-OP, com participação não só de alunos, mas de vários professores contribuem para sua efetivação.

Fizemos uma apresentação para as mães e virou projeto. E, antes, eu comecei só com alunos daqui na sala de aula e, de repente, os professores quiseram participar e agora os alunos querem participar. Eu venho aqui de manhã, porque agora eu trabalho só nesse horário [à noite]. Quando venho participar, cada hora vem um falando que quer participar. E eu acho isso ótimo, porque os surdos, eles ficam isolados, ele precisa de

peças que conversem com ele. Quando eles encontram alguém que fez assim [fez um sinal em LIBRAS] pronto: não larga do pé mais. Igual tem inglês, espanhol, não sei o quê, eu acho tinha que ter LIBRAS também em todas as escolas. “Ah, não vai usar...” Vai sim, uma hora você vai encontrar um surdo. Mas que bom que, de certa forma, faz parte do currículo, pois todos estão aprendendo, com cursos que vão dando também (Luiza, professora da APAE-OP, 2016).

Ao contrapor o projeto Coral de LIBRAS com o Congado, entendemos que eles foram instaurados na APAE-OP da mesma maneira, através de ações isoladas de determinado professor, mas a forma como foram sendo desenvolvidos revela como o Coral de LIBRAS foi legitimado como um conhecimento atuante na escola. Ocorreu a implementação de suas atividades, com a realização de cursos específicos para a formação de professores e de familiares dos alunos que também atuam nesse projeto, fato que não aconteceu no Congado. Uma hipótese do porquê o Coral de LIBRAS aparece no currículo escolar é o fato de estar lidando com o aluno surdo, não é por que tem uma lei que vai obrigar, esse é um conhecimento que interessa aquele grupo, talvez por isso o Coral de LIBRAS faz tanto sentido e se torna conteúdo.

Em relação ao Congado, acho que eles não envolvem muito não, eles envolvem mais é com o Coral de LIBRAS. O Congado em si, igual eu e a Silvânia, a gente convida as famílias para virem, sabe? Dias da festa aqui são poucos que vem. Um envolvimento maior com o Congado não tem (Joana, professora da APAE-OP, 2016).

A pouca contribuição dos familiares⁴⁸ e dos demais professores nas ações do Congado pode estar relacionada ao não enraizamento institucional de sua prática. Em outros projetos, mesmo havendo apresentações fora do espaço da APAE-OP, os outros professores e os pais integram e contribuem para sua realização.

Assim como o Coral de LIBRAS foi inserido como uma atividade didática, a professora Isabel afirma também que insere os ensinamentos do projeto da Fanfarra na disciplina em que leciona: “Tem o ritmo e o ritmo faz parte da Educação Física. No ritmo, na coordenação motora, na marcha. Tudo isso eu tenho trabalhado na Educação Física com a Fanfarra”. Em relação ao Congado, destaca que muitas atividades poderiam ser realizadas, mas não especifica sobre a prática do Congado inserida em suas aulas:

Olha, questão do ritmo, tocar instrumentos, dentre outras coisas, podem ser trabalhados na Educação Física, porque é uma área que pode englobar tudo. Então,

⁴⁸ As famílias dos alunos congadeiros não os acompanham nos ensaios, nem nas viagens e apresentações. Os alunos permanecem sob total responsabilidade da capitã Silvânia, autorizada formalmente pelos pais ou responsáveis.

indiretamente, a gente já está trabalhando, mas não dou especificidade para o Congado, como algo específico (Isabel, professora da APAE-OP, 2016).

Socializar a aprendizagem dos alunos no ambiente escolar como prática pedagógica parece ser uma forma eficiente de disseminar a tradição congadeira tão presente no lugar onde vivem. Além de promover um melhor entendimento de suas práticas e de possibilitar que os alunos congadeiros possam se sentirem contemplados por terem sua cultura inserida no currículo de sua escola, também poder ser instrumento para o ensino de diversos saberes como: danças, gestos e coreografias, relacionados a prática corporal, culinária, cânticos, símbolos e objetos de devoção, história e valores, entre outros. Saberes que são evidenciados nos eventos festivos em louvor à Nossa Senhora do Rosário e nas ações cotidianas do Congado.

Percebe-se a dificuldade de legitimação do Congado como um lugar que, além de expressar a fé, também produz conhecimentos. Em um dia letivo, Silvânia contou que, juntamente com a aprovação dos alunos congadeiros, resolveu fazer, na APAE-OP, uma homenagem ao dia de Nossa Senhora do Rosário. Os congadeiros estavam vestidos com a camisa do Congado, seus quepes na cabeça e seus instrumentos na mão. Assim, eles “bateram caixa” em honra à santa. A rotina da instituição ditada por normas e horários estabelecidos foi quebrada pelo Congado, e as atividades normais do dia a dia foram paralisadas para o acompanhamento da homenagem realizada pela guarda a Nossa Senhora do Rosário. Mesmo com o apoio de alguns profissionais da instituição, não houve uma interação efetiva da guarda com as ações educativas da APAE-OP. Esse foi um fato à parte e não foi tratado como conhecimento.

Figura 33: Louvor e homenagem a Nossa Senhora do Rosário (APAE-OP, 2015)



Fonte: Acervo da autora

A cultura do Congado e as questões étnico-raciais possuem pouco envolvimento na APAE-OP, a sua não implementação pode estar relacionada ao fato de professores privilegiarem outras atividades pedagógicas, ao vínculo inexistente das famílias com o Congado (fato que não ocorre com os demais projetos), a pouca atuação dos funcionários da APAE-OP na continuação e no cotidiano da prática congadeira, sendo Silvânia a única pessoa a assumir a sustentabilidade desse grupo, juntamente com os alunos participantes. O fato do Congado ter se expandido para fora dos espaços escolares da APAE-OP também pode ter contribuído para a sua não afirmação como um saber didático, visto que outros objetivos foram incorporados a essa experiência.

Nesse mesmo sentido, a pesquisa de Gomes (2012) em relação à Lei n.º 10.639/2003 destaca que importantes ações vêm acontecendo nas escolas, mas que o nível de engajamento é pequeno. Fato que confirma a carência ainda existente mesmo anos após a instauração da lei e a necessidade de promover ações que viabilizem o seu cumprimento, ou seja, formação inicial e continuada dos professores e de todos os profissionais envolvidos no processo educacional, na perspectiva da lei e demais resoluções que regulamentam o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino.

O Congado se faz presente na instituição, tem reconhecimento e algum apoio, ao mesmo tempo, ele não é valorizado do ponto de vista pedagógico, estando ali introduzido, mas não implementado. Não estabelece relações ou articulações com a comunidade escolar do ponto de vista de uma ação educativa. O Congado como conteúdo, não aparece.

Não se pode negar que a experiência institucional da APAE-OP é muito rica, pois tem o empenho dos professores no desenvolvimento de sua docência e demais atividades. Mas, na perspectiva das relações étnico-raciais, a APAE-OP parece estar no mesmo lugar que outras instituições, como confirma Gomes (2012), que mostra o pouco avanço existente em relação à Lei n.º 10.639/2003 nas escolas, e a posição de professores e seus conhecimentos alheios à legislação. De maneira geral, essa realidade também se manifesta no Congado na APAE-OP, que mostra a dificuldade de seu enraizamento como prática educacional que deve ocorrer de maneira efetiva e não ser uma prática esporádica ou casual.

O Congado, enquanto expressão cultural, adaptou-se à experiência escolar, mesmo que, em vários momentos, a relação entre a prática e a APAE-OP seja conflitiva, não se transforma em saber, nem em prática escolar, ainda que continue lá. Entretanto, o enraizamento que não ocorreu na instituição foi totalmente incorporado pela Silvânia, sob a óptica cultural e

principalmente religiosa, o que fez sentido também para os alunos que compõem sua guarda, dada a sua capacidade de plasticidade e sobrevivência, mesmo diante de várias tensões.

3.4 A professora, congadeira e capitã

“Ela é a professora do Congado, né?”
(Antônio, aluno e congadeiro da APAE-OP, 2016)

O depoimento acima, revelado por um congadeiro e aluno da APAE-OP vai ao encontro do que Silvânia foi desenvolvendo nesta experiência, ao integrar profissão e devoção: A professora que vira capitã e a capitã que é professora. Por meio do Congado, um novo significado foi sendo efetivado, a professora que realizou uma apresentação referente à cultura congadeira, na instituição em que leciona, tinha essa prática presente em suas memórias e, principalmente, na dinâmica da cidade de Ouro Preto, onde se vê enraizado, seja pelas vivências cotidianas ou pelas narrativas que perduram ao longo dos anos. A partir disso, essa experiência foi interferindo nas relações da professora, no reconhecimento e projeção profissional ou da comunidade congadeira, além de sua entrada no Congado ter também afetado profundamente em sua religiosidade.

Silvânia, mãe de três filhos e avó de três netos, é nascida e criada em Ouro Preto, local em que passou os seus 51 anos de idade. Como ela diz: “Enraizada nessas ruas ouro-pretanas. Eu sempre morei aqui, a única diferença é que eu mudei para a Rua Santa Rita e eu era da Rua Maciel [riso]”. Esse fato revela a relação de Silvânia com a cidade de Ouro Preto, bem como as experiências vivenciadas.

Silvânia tem traços que, no Brasil, poderiam ser identificados como de uma pessoa branca, mas ela se não reconhece dessa forma, mas sim como: “Afrodescendente do bom”. Chamou a atenção a forma como ela se coloca ao afirmar sua negritude. Teria o Congado interferido na concepção de seu pertencimento étnico-racial? E, como católica, essa prática interferiu em sua religiosidade? Sendo professora, como essa experiência afetou em suas ações pedagógicas?

O Congado está presente em suas memórias de infância, mas o vínculo com essa cultura se iniciou através do exercício de sua profissão. Formada em Magistério, Silvânia, antes de lecionar na APAE-OP, trabalhou na Escola Municipal Tomaz Antônio Gonzaga, uma instituição estadual que foi municipalizada. Desde então, seus profissionais foram locados para

outras instituições. Nesse processo, alguns professores foram lecionar na APAE-OP, assim como Silvânia, que começou a trabalhar como docente na instituição em 1998.

Atuando como professora da APAE-OP, Silvânia, propôs uma atividade educativa com seus alunos, em que haveria uma apresentação de um grupo de Congado, assim buscou conhecimentos sobre essa manifestação com tradicionais congadeiros de Ouro Preto para colocar em prática tal performance. Esta, por sua vez, causou encantamento aos que assistiram, sendo o grupo requisitado a se apresentar em diferentes locais. O grupo de Congado da APAE-OP, diante de tal reconhecimento, tornou-se um projeto dentro da instituição. Silvânia que já coordenava o Projeto Verde Verdura, Horta Escola, também assumiu a articulação de todas as atividades com o Congado da APAE-OP. No entanto, sua efetivação e apropriação didática não foram enraizadas em suas ações escolares. Nesse percurso, Silvânia foi indagada sobre os propósitos que aquele grupo poderia seguir, e decidiu fazer daquela atividade cênica uma demonstração de fé em honra a Nossa Senhora do Rosário, seguindo os passos dos Congados tradicionais.

A partir dessas mudanças Silvânia, além de professora, coordenadora do projeto, se tornou capitã de Congado, se inserindo, assim, em um grupo de lideranças de mulheres congadeiras existentes na cidade. Na maioria das guardas de Ouro Preto, são elas que conduzem seus congadeiros e atuam, efetivamente, na disseminação de sua prática cultural.

Figura 34: Silvânia, capitã do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças (2016)



Soares (2016), em sua tese de doutorado em Antropologia, intitulada *Muita religião seu moço!: os caminhos de uma congadeira*, revela a trajetória de uma capitã, Pedrina de Lourdes Santos, pioneira no processo de inserção das mulheres como autoridade no congado. De acordo com a autora, as mulheres sempre foram atuantes na cultura congadeira, no entanto, em espaços diferentes dos homens, que eram sempre os que comandavam as guardas. As mulheres estavam presentes na organização, ornamentação e na preparação dos alimentos nas festas, podendo também ter participação como rainhas, princesas, bandeireiras e juízas.

Portanto, a presença feminina em funções que antes eram exercidas exclusivamente pelos homens, como na dança, canto e comando de grupos é uma transformação que teve início por volta da década de 1970 e é considerada pelas mulheres como uma “conquista” da possibilidade de ocupar lugares de destaque e poder (SOARES, 2016, p. 27).

Com o tempo, as mulheres dentro das guardas começaram a ter voz e assumir papéis em que só os homens atuavam como “dançantes, caixeiras e capitãs”, assim como Soares (2016) destaca, ao discorrer sobre a congadeira Pedrina. A capitã teve referências dessa cultura desde a infância, pois é filha de pais congadeiros e umbandistas. Cresceu em meio a manifestações de origem africana, tendo também participação na Igreja Católica, experiências que a conduziram a percorrer um caminho de “encruzilhadas e decisões”. Além de capitã de Congado na cidade de Oliveira, interior de Minas Gerais, Pedrina é espírita kardecista, realiza atendimentos e participa da Umbanda e do Candomblé. Como revela a autora, diante de toda sua experiência religiosa, se faz atuante também nos contextos acadêmicos em que, por meio de sua fala, exprime toda sua vivência e saberes em seminários e congressos, entre outros momentos em que Pedrina legitima a cultura congadeira em outros espaços, como o da pesquisa, dos processos teóricos, políticos e culturais. “Ser capitã de congado não define o sujeito Pedrina, mas possui uma centralidade em sua vida, pois é a partir do universo do Reinado que Pedrina circula por vários outros” (Soares, 2016, p. 44).

Conforme Soares (2016), a prática congadeira proporciona a capitã Pedrina recriar novas significações e vivenciar diferentes lugares. Sua experiência nos faz refletir como a religiosidade de um sujeito pode interferir em ações e concepções também naqueles que o rodeiam. Pode-se afirmar que algo parecido ocorreu com Silvânia. A experiência religiosa dentro do Congado não faz parte somente dela, mas também de seus familiares. De acordo com a Silvânia, foi o Congado que acordou sua fé, até então, adormecida:

Olha, o Congado, para mim, que costume falar que ele é um tudo, porque, através dele, eu consegui fazer com que minha fé aumentasse, eu consegui resolver os meus problemas pessoais, eu consegui, acho que, ver ou me aceitar em si, e na religião, até então, era um católico de “fajutagem”, né? Falava que era católico, ia a missa uma vez na vida outra na morte e olhe lá, aquele trem todo. Hoje não. Que seja bom, mas eu aprendi a olhar para o céu e agradecer a Deus, eu aprendi a fechar meus olhos e olhar para alguém e clamar à Virgem Maria. Então, o Congado, para mim, é tudo, porque me ensinou, me devolveu a religiosidade. Então, para mim, hoje, eu não posso zapear, porque se eu zapear, eu vou para o buraco abaixo. E falo com você, quem é de Congado que larga, se prepara, se prepara. Eu não preciso falar nada, meu filho é prova disso (Silvânia, professora e capitã do Congado da UFOP-2016).

Os impactos que o Congado propiciou na vida religiosa da Silvânia fizeram com que seus familiares também fizessem parte dessa manifestação, sendo um de seus filhos o primeiro a se inserir na guarda:

É, eu falei com ele: “Giovane, meu filho, me ajuda”. Aí, ele tomou posse, depois disso, Maria Eduarda [neta] foi consagrada ao Congado no começo de vida. Aí foi, com um ano, ela já estava dentro do Congado. Júlia [neta] da mesma forma, foi cedo, assim que as meninas foram. O Eder [marido] também começou a ir, aí Giovane saiu, fiquei sozinha. Eder pulou e começou a me ajudar (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

O marido de Silvânia, Edvaldo Borges, chamado pelos congadeiros de Eder é o 3º capitão do Congado e, assim como ela, teve que aprender sobre saberes relacionados ao Congado, inclusive para produzir os instrumentos utilizados (que ficam resguardados na casa da Silvânia). Segundo Soares (2016), os instrumentos tocados no Congado são sagrados, assim, não é qualquer pessoa que pode tocá-los ou produzi-los. Geralmente, são os próprios congadeiros que produzem seus instrumentos. Como verdadeiras entidades, são eles que dão o tom do canto a ser proferido, através do toque, vê-se a fé sentida e revelada.

Hoje em dia, a responsabilidade nessa parte dos instrumentos é dele, antes eu tinha que me virar. E as caixas foram nós mesmos que fizemos, eu e os meninos, ele aprendeu. Tem um povo que andou matando uns bois e deram para nós o couro, aí Eder curou, aí do jeito que a gente sabe mais ou menos e está pondo nas caixas, porque não tem mais. A caixa de Francisco está furada e não tem o que pôr, a caixa de João tá furada e não tem o que pôr, porque é muito caro e não temos de onde tirar, seguimos assim (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Assim como seu marido, seus netos também estão inseridos no Congado. Dessa maneira, Silvânia vai incorporando a fé, a devoção e os saberes do Congado a seus descendentes. O grupo não foi fundado em decorrência da herança familiar, como tradicionalmente acontece, mas essa concepção foi inserida, já que a capitã tem passado seus conhecimentos aos filhos e netos, tendo como princípio a continuação dessa manifestação.

O que eu falo é que não podemos parar, temos que continuar, é difícil, às vezes, é muito, mas vamos seguir. Eu falo com Tatiana [filha]: “Nós não podemos esquecer que todos somos filhos e graça de Deus”, principalmente, os filhos dela, ela deu eclampse em todas as três gestações. Então eu acho que os três, principalmente, João Miguel, ele é um milagre de Deus, escrito, escrito, mas escrito mesmo. Então eu falo: “Enquanto eu estiver viva, não posso deixar eles esquecer que..., da necessidade e porque que ele tem a vida”. Temos só que agradecer, porque pedir não podemos mais não. Se eles esquecerem, eu vou ser cobrada, eu não tô podendo ser cobrada de nada. E o Congado é uma forma de agradecer (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Figura 35: A capitã Silvânia, seu marido Edvaldo e seu neto (Festa do Rosário na APAE-OP, 2016)



Fonte: Acervo da autora

Figura 36: Neta da capitã Silvânia durante apresentação do Congado (2016)



Fonte: Acervo da autora

Figura 37: Neta da capitã Silvânia tocando e dançando durante apresentação do Congado (2016)



Fonte: Acervo da autora

O projeto de caráter pedagógico tomou uma dimensão religiosa maior do que o esperado. Segundo Silvânia, o Congado se tornou uma forma de agradecer as graças alcançadas através de sua fé em Nossa Senhora do Rosário. Sua relação com a religiosidade se modificou após sua inserção na cultura congadeira.

A religiosidade vivenciada na guarda está presente também no portfólio do Congado, que, além de nos revelar uma perspectiva histórica do grupo, também apresenta a visão da capitã e fundadora, ao desvendar a relevância dada por ela a essa prática. Em meio a descrições de como ocorreu o início dessa experiência, bem como às mudanças ocorridas ao longo dos anos, há fotos, convites, músicas, liturgias das cerimônias festivas realizadas pelo grupo (as mais destacadas são as religiosas). Os aspectos pedagógicos, mesmo que pouco descritos, também estão colocados. A participação de Silvânia no Congado também interferiu nesse campo, por meio das práticas escolares desempenhadas por ela.

Até então, eu pensava que eu tinha que chegar lá, dar o meu dever do be-a-bá e pronto, acabou! Hoje, eu vi que não, você ensinar uma música para eles, aquilo ali está meu plano inteiro, não precisa preocupar em ensinar para eles a ler e escrever, isso aí é consequência, porque eu preciso fazer com que eles sejam sociáveis, que eles consigam adquirir a sociabilidade, eles verem que, qualquer coisa lá fora, qualquer coisa, se eles baterem isso aqui, vai estimular alguma coisa, vai servir de ensinamento para alguma coisa. Então, não tem precisão mais de eu ficar enchendo o caderno de plano, não tem. Qualquer prazer nos diverte. E eu atinei que, se eu ensinasse para eles uma música do Congado, eles iriam aprender, o desenvolvimento da linguagem oral, da percepção auditiva, então são “n” coisas que eu consigo (Silvânia, professora e capitã do Congado, 2016).

A importância dada por Silvânia a essa experiência pode ser revelada também no fato dela inserir essa experiência congadeira em sua formação acadêmica, uma vez que esse foi o tema de sua monografia no curso de Pedagogia, realizado na UFOP e intitulada: *As manifestações culturais como forma de letramento do deficiente intelectual*. Em sua pesquisa, a professora revela que o congado pode ser visto como uma atividade educativa, uma outra perspectiva para a constituição do conhecimento, pois pode promover o letramento dos alunos com deficiência com o uso do canto e da música, interferindo nos aspectos intelectuais e físicos do educando.

Silvânia Santos (2014, p. 19), como autora, destaca, nesse sentido, que se letrar “não quer dizer necessariamente aprender a ler e escrever, mas aprender a se comunicar através do movimento e expressões do corpo, da voz, do ritmo, das orações, dos cantos, e de muitas outras formas”. Em seu trabalho de conclusão de curso, destaca o Congado como prática educativa, que pode ser utilizada como uma metodologia própria, no desenvolvimento dos

alunos nas capacidades de “leitura e inserção de mundo”. Revela também que, ao se tornar uma guarda de Congado, herdou as raízes de Chico Rei e seguiu os preceitos provenientes dessa manifestação. De acordo com ela, “como um chamado”, o grupo deixou de ser “o Congado da APAE e se tornou o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças”.

Além de inserir o Congado como um instrumento educativo que contribui para o letramento dos alunos, Silvânia também o destaca como uma atividade que facilita a inclusão dos alunos com deficiência.

Esta é uma atividade inteiramente inclusiva, pois visa a inserção do deficiente na sua comunidade, sociedade e sociedades dos arredores e de toda Minas Gerais onde estes são vistos e aceitos pela comunidade congadeira, enquanto congadeiros que são respeitados como tal. Todo esse aprendizado vai para a vida individual e comunitária de cada um. Aprender a se cuidar, cuidar de sua saúde, de suas roupas de suas coisas. A entender o que é um compromisso, se sentir responsável, cumprir as expectativas e aprender a fazer melhor (SANTOS, 2014, p. 2014)

Ao relatar a escolha deste tema para sua monografia, a professora destaca a importância do Congado como uma manifestação cultural brasileira, uma demonstração de fé, que se apresenta também como uma forma de trabalhar as linguagens oral e corporal por meio da dança e do canto, sendo, além disso, um modo de “aceitação e de respeito aos afrodescendentes e a sua cultura”. Nesse contexto, Silvânia destaca a questão racial como algo relevante nessa experiência, enfatizando também que as tradições culturais de origem negra são temáticas de grande relevância para serem trabalhadas pelo professor dentro ou fora da sala de aula, como é evidenciado no trecho a seguir:

No caso do Congado, nosso objeto de estudo, ao trabalhar essa manifestação cultural o professor pode evidenciar também o trabalho com as relações étnico-raciais e a história da África na medida em que as raízes congadeiras remetem à África e a escravidão negra no Brasil. O Congado, ao ser trabalhado na escola, representa um momento de valorização do povo brasileiro na sua identidade e diversidade (SANTOS, 2014, p. 14).

Mesmo não relatando claramente sobre a Lei nº. 10.639/2003, que determina o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, de certa maneira, a professora e criadora do Congado na APAE, por meio de seus estudos, expressa a importância de discutir essa temática no meio escolar.

O texto escrito por Silvânia discorre sobre letramento, aprendizagem e inclusão social dos alunos com deficiência, além do reconhecimento como cultura afro-brasileira e a prática religiosa. Ao ler seu trabalho acadêmico, foi possível perceber a incessante intenção de

certificação da experiência desenvolvida. Para Silvânia, esse tema é extremamente relevante, algo que a marca, que a afeta. Ela descreve o seu lugar, a sua vivência, desde o início, quando criou o grupo, sem grandes pretensões e que, hoje, se transformou em fonte de sua fé.

Entre a profissão e a devoção, é interessante observar esse lugar que o Congado vai dando a ela. Ao ser questionada se seria capitã do Congado caso não estivesse na APAE-OP, respondeu:

Não sei, isso aí é só Deus, porque eu nem sei o que eu estou fazendo lá. [riso]. Aí é o que Deus planeja, querendo ou não, é ele que faz. Solange fala um trem e é verdade: “Você pode planejar o que você quiser, mas se não for da vontade de Deus e Nossa Senhora, não adianta, não sai”. Então, vai saber, né? (Silvânia, professora e capitã do Congado, APAE-OP, 2016).

Silvânia também revela que, talvez, o Congado não fosse fundado na APAE-OP se ela não estivesse na instituição:

Eu acho que não teria. Porque, mesmo que essa concepção tenha mudado um pouco agora, mas, no começo, o trem lá na APAE era complicado, igual te falei. Até para levar a santa, né? Por que tem as famílias que levam as imagens das santas todo ano, sabe? Agora não, todo mundo quer levar. Mas eu acho que não teria ninguém para puxar não (Silvânia, professora e capitã da APAE-OP, 2016).

Diante da vinculação dada a Silvânia em relação ao Congado, depreende-se que o apoderamento e protagonismo fez com que essa prática permanecesse, tendo relações efetivas mais fora da instituição do que propriamente onde foi criada. Nesse sentido, o Congado, para Silvânia, interferiu em sua prática pedagógica, mas, por meio de sua fala e das observações do grupo, nos parece que o mais importante é como o Congado a fez vivenciar efetivamente sua fé em Nossa Senhora do Rosário. “Esse rosário é meu, foi Nossa Senhora que me deu”: o cântico entoado por Silvânia e seus congadeiros, assim como o seu instrumento de fé, que são os rosários entrelaçados em seu peito, ou os olhos marejados ao ver a bandeira de Nossa Senhora ser carregada por sua filha, nos dão o teor da relevância que a capitã dá à sua religiosidade.

O religioso é central, e Nossa Senhora é uma referência importante de religiosidade para muitos participantes, pois, para os congadeiros, é uma santa que acolhe a todos sem distinção. Não acolheu ao negro? Mas existem também o aspecto social e o cultural do congado. O aspecto social possibilita ao congadeiro anônimo sair de um lugar de subalternidade e se assumir protagonista na festa. No aspecto cultural, o congadeiro se revela como um guardião da cultura afro-brasileira. Uma história que não está nos livros e que Pedrina procura difundir em todos os espaços por onde circula (SOARES, 2016, p. 161).

Tomando a escrita de Soares (2016), foi criada uma analogia entre as capitãs Pedrina e Silvânia. Contrariamente a Pedrina, Silvânia não se inseriu no Congado por influência de sua família, nem assumiu diversas doutrinas em sua prática religiosa. Contudo, as duas possuem semelhanças, pois tiveram que buscar conhecimentos sobre a manifestação congadeira, por motivos diferentes, mas que desencadearam um empoderamento no aspecto religioso e também étnico-racial. Assim, Silvânia se posiciona como guardiã dessa cultura.

Diante de sua presença nos eventos realizados na cidade e das relações que criou em decorrência da efetivação de sua guarda de Congado, Silvânia assume um papel de defesa da cultura negra dentro da Igreja Católica, integrando a Comissão de Articulação da Pastoral Afro-Brasileira de Ouro Preto. Em conversa informal, Silvânia falou sobre o objetivo do grupo que promove ações de cunho religioso e, principalmente, social: “Apoio a criança, adolescente e jovem em vulnerabilidade social, divulgação da cultura afro-brasileira em escola e por aí vai”.

Em meio à experiência do Congado, a capitã obteve total projeção e, assim, conquistou a admiração e o respeito das demais guardas de Ouro Preto. Esse reconhecimento em relação à Silvânia pode ser percebido pelos professores e pela APAE-OP, comprovado no Festival de Artes, realizado no dia 30 de novembro de 2016, com a apresentação de um teatro, como o tema “A última gota d’ água”, em que diversas personalidades da cidade e profissionais atuantes na instituição receberam condecorações e homenagens, entre eles, Silvânia, que recebeu das mãos de Francisco, o 2º capitão do Congado, uma placa e flores em agradecimento ao trabalho realizado, mesmo não estando lecionando na APAE-OP durante este período.

Os integrantes de sua guarda também evidenciam o respeito à professora e capitã. Alguns a chamam de “tia”, uma forma de demonstrar sua afetividade. O aluno e congadeiro Francisco destaca: “A Silvânia é como uma mãe para nós, né, gente? Trata a gente com muito carinho, cuida de nós”. Para o congadeiro José, Silvânia é professora não só em sala de aula: “Para mim, a Silvânia é uma professora que ensina a gente a fazer tudo, muita coisa. Tratar bem as outras pessoas. Ela fala para a gente ir na igreja rezar”.

Figura 38: Capitã Silvânia, dançando de mãos dadas com um dos alunos congadeiros na festa do Congado (2016)



Fonte: Acervo da autora

A capitã Silvânia se revela como uma imagem materna, protetora, assim com a “grande mãe”. Como Noronha (2015, p. 124) evidencia: “Nossa Senhora do Rosário é o imaginário, é o mito. Ela é a natureza, a origem, a gestação. A grande mãe, que gera o filho e o protege”. Assim, ela trata seus congadeiros como filhos, proporcionando a eles a possibilidade de conhecer e vivenciar mundos distantes e diferentes, fora do seu convívio. Talvez os mesmos não teriam essa oportunidade se não estivessem integrados ao Congado.

O problema agora é ter transporte, né? A gente deixou de ir para umas festas aí porque não tinha transporte, mas, sempre que dá, a gente vai. A Silvânia faz de tudo para levar a gente. Até na casa dela ela nos leva, faz caldo, leva a gente na festa da rua dela. Ela é uma mãe para nós, uma verdadeira mãe (Vicente, aluno e congadeiro da APAE-OP, 2016).

Nessa relação de reciprocidade, o congadeiro Vicente destacou que, mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo grupo, Silvânia sempre encontra uma forma deles continuarem a desenvolver a experiência congadeira. Nesse contexto, observa-se que a capitã e professora Silvânia tem total reconhecimento de seus congadeiros e alunos.

Em relação à efetivação da prática religiosa e ao pertencimento étnico-racial dos alunos, creio que seria escutar as suas famílias, no entanto, mesmo não caminhando para essa programática de pesquisa, é possível sinalizar, através das entrevistas, que não há desdobramentos étnico-raciais e nem em prol da religiosidade. O que tudo indica é que há pouco impacto da ligação deles, enquanto manifestação religiosa específica. Ao contrário de Silvânia, para quem ficou claro o quanto essa experiência muda sua visão de mundo e se torna algo essencial. Mas vale evidenciar que os alunos reconhecem a importância da experiência sob diversos contextos, sendo também essenciais para sua continuação.

A criação do Congado na APAE-OP não ocorreu devido a um ativismo sobre as relações raciais. Seus desdobramentos também não tiveram com efeito ligados a essas questões. No entanto, percebe-se que a imersão de Silvânia na cultura congadeira a fez vislumbrar uma nova perspectiva sobre seu pertencimento étnico-racial e, principalmente, sobre sua religiosidade, com a qual ela passou a assumir uma postura de identidade muito forte, inclusive com desdobramentos em sua vida e na de sua família. Ocorreram também influências do Congado nas ações pedagógicas da professora, seja no processo de ensino com os alunos ou como objeto de pesquisa. Entretanto, percebe-se que esse impacto não ocorreu de maneira tão intensa como em sua perspectiva religiosa.

Como professora, congadeira e capitã, Silvânia atua nesse trânsito ao assumir diversos papéis que, em certos momentos divergem, mas, na dinâmica do grupo, se completam. Com autoridade e afetuosidade, tornou-se também uma mãe para seus congadeiros, aquela que protege, que corrige, que direciona e que proporciona múltiplas experiências através da dinamicidade presente em sua guarda de Congado.

A prática congadeira foi legitimada com Silvânia, pela Silvânia e em Silvânia. Foi através dela que esse grupo se fez singular não só na APAE-OP, mas também em todo o seu contexto cultural. O conhecimento proveniente do Congado não está institucionalizado na APAE-OP, ou seja, não faz parte de seu currículo, nem das ações cotidianas vinculadas às atividades pedagógicas da escola especial. No entanto, seus desdobramentos foram efetivos na vida da professora e capitã Silvânia, sendo essa experiência fundamental e marcante em seus hábitos religiosos, culturais e educativos. Através de suas perspectivas e escolhas, o grupo que iniciou na APAE-OP, hoje integra a cultura congadeira vivenciada não só em Ouro Preto, como também no território mineiro.

Figura 39: Festa da Bandeira do Divino Espírito Santo e Encontro de Congados (Mariana, 2015)



Fonte: Acervo da autora

Figura 40: Ritual do Congado (Festa do Rosário, Conselheiro Lafaiete, 2016)



Fonte: Acervo da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal entender o processo de apropriação pedagógica e incorporação da cultura congadeira na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto através do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças. As questões que direcionaram os estudos diz respeito a entender como o Congado foi apropriado e como é visto pela instituição? Qual a relação do grupo com os procedimentos pedagógicos vivenciados pela instituição? Como essa experiência interfere na vida dos sujeitos que participam?

Durante o processo de investigação, ao analisar documentos, acompanhar as atividades da guarda de Congado e ouvir as narrativas, apresentei, aqui, uma leitura de tantas que podem ser evidenciadas em relação a essa experiência e manifestação cultural.

A cultura congadeira que, em meio à veiculação da fé e à preservação de suas origens africanas, manifesta de maneira singular os rituais vivenciados pelos antepassados, mas que são ressignificados pelos congadeiros, dando sentido a essa tradição. O Congado se apresenta como uma expressão histórica dos negros no Brasil de grande relevância. Em Ouro Preto, essa manifestação tem valor histórico, mas também se apresenta como a principal cultura afro-brasileira vivenciada na cidade. As guardas existentes expressam toda a ambiência e dinâmica do Congado, evidenciando a tradição, a história e a religiosidade e devoção a Nossa Senhora do Rosário, seu fundamento principal.

O Congado consegue projetar e remexer na memória do povo brasileiro, destacando também a memória ancestral da população negra e escravizada. Estamos falando de um conhecimento, talvez um dos grandes conhecimentos nacionais. E só em uma cidade como Ouro Preto em que todas as tensões existem, mas que a força do Congado é tão grande, que pode ter essa capacidade de penetração.

Diante de todo cenário congadeiro encontrado em Ouro Preto, o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, criado na APAE-OP, se revela como um grupo particular. Iniciado sem nenhuma pretensão, através de uma peça teatral, em seguida, ganhou notoriedade e se tornou um projeto na instituição. O Congado possui uma força capaz de se impor e de mobilizar a memória da Silvânia e dar sentido as várias experiências que ela trouxe ao longo de sua vida e que ganharam uma elaboração com a vivencia do Congado. Uma professora, foi protagonista na criação, afirmação e continuação dessa prática, assumindo

também a integração do grupo nos âmbitos religiosos em que o Congado se faz presente. Essa guarda teve desdobramentos em relação à religiosidade, ao introduzir os conhecimentos e os fundamentos da cultura congadeira na vivência dos alunos, aderindo às práticas, aos ritos e aos ensinamentos específicos dessa manifestação. Além de ser professora e conduzir os alunos participantes nas práticas pedagógicas, Silvânia, ao se tornar capitã de Congado, liderou os mesmos na missão de ser também congadeiros.

Em meio a relações que foram construídas e tensões que foram enfrentadas, a religiosidade e o Congado passam a ser forte do ponto de vista da professora. Nela, a manifestação tem desdobramentos, enquanto que, na instituição, não enraíza, nem a prática em si, nem tão pouco qualquer referência à Lei nº. 10.639/2003. O Congado como representante da cultura afro-brasileira também não é apresentado como instrumento para a implementação da Lei nº. 10.639/2003, sendo o contexto das relações étnico-raciais pouco evidenciado na instituição.

Percebemos que a APAE-OP vê através dessa experiência uma capacidade de projeção e consegue usar a tradição da cidade para isso. O fato de ser um grupo de pessoas diferentes também fez com que essa guarda de Congado seja o que ela é, de uma singularidade e importância fundamental. Os profissionais entrevistados têm a consciência desse sentido, do conjunto de elementos que o Congado pode mobilizar, inclusive uma proposta pedagógica que possa incluir as demais práticas vivenciadas na instituição. No entanto, mesmo diante do reconhecimento alcançado, não houve a implementação efetiva, nem o enraizamento dessa experiência nas ações pedagógicas desenvolvidas na APAE-OP. As experiências do Congado não foram efetivadas como parte do currículo ou da vivência da comunidade escolar. De certa maneira, despreza a experiência como uma manifestação cultural que muito pode informar e veem mais como uma atividade lúdica do que como saber.

Não se pode negar que a experiência institucional da APAE-OP é muito rica. Há um empenho dos professores e uma vivência relevante no contexto da educação especial, mas, é um reflexo do que acontece na maioria no ensino, há pouco avanço na efetivação da Lei nº. 10.639/03 nas escolas de uma maneira geral, questão que se manifesta também no ensino da cultura e história africana e afro-brasileira e na implementação do Congado na APAE-OP, que revela uma dificuldade de enraizamento dessa cultura enquanto experiência educacional. O Congado foi instituído na APAE-OP, mas não houve desdobramentos pedagógicos ao longo dos catorze anos de existência, sendo suas atividades ministradas somente por uma professora específica. Portanto, fica evidente a necessidade de incluir, nas práticas escolares, as discussões

referentes às questões étnico-raciais, mais especificamente, as temáticas afro-brasileira e africana em todos os níveis e modalidades de ensino, ou seja, abarcando também o contexto da educação especial.

O Congado é um saber que circula dentro da instituição, mas figura como algo a parte, não o utilizam e não o integram ao currículo tradicional, que poderia ajudar a fazer relação com outros conhecimentos. Nesse contexto vale refletir, o que deve ser inserido no currículo? É possível que a escola se aproprie desses saberes como conteúdo, uma vez que nele todas as áreas do conhecimento podem ser discutidas.

A prática pedagógica do Congado na APAE-OP poderia ser muito efetiva também em relação a diversos fatores, como à formação continuada dos professores, ao aspecto psicomotor, no desempenho e desenvolvimento de habilidades dos alunos ou em relação à vivência da cultura e do mundo africano, assim, essa experiência seria efetivamente implementada. Não se pode negar que o Congado é reconhecido pelas profissionais entrevistadas, no entanto, não o inserem em suas atividades escolares, privilegiando os demais projetos da instituição. O Congado é tangenciado nas ações da APAE-OP, não há apropriação, se fosse transformado em saber essa experiência seria exemplo para outros grupos e outras escolas, enfatizando a importância de se considerar a cultura afro-brasileira no currículo escolar. Não reconhecer as diferentes culturas e expressões é como consolidar o perfil excludente em que a sociedade brasileira impõe aos sujeitos silenciados.

Não se sabe até quando essa guarda de Congado se fará ativa, ela corre risco de não mais existir, uma vez que ela está ligada à fé de uma pessoa. Talvez seus descendentes que participam do Congado possam dar continuidade a esta experiência, mas ela ainda estaria vinculada à APAE-OP? Por ora, ao saber do retorno de Silvânia à instituição, em 2017, e depois de observar a valorização e legitimação dos alunos que participam, podemos apreender que o Congado ainda poderá ser visto no espaço da APAE-OP, mesmo que somente a partir de ensaios e festas ali realizadas, sem nenhum aprofundamento pedagógico.

Mesmo não havendo enraizamento na APAE-OP, o Congado investigado ainda não se desligou completamente da instituição, mas ganhou a cidade, as festas e, hoje, é visto como uma guarda de Ouro Preto que contribui para a continuidade da cultura congadeira em outros espaços, como evidencia a capitã Silvânia:

De certa forma, continua sendo da APAE e eu não vou desvincular isso totalmente não, mas, assim, ele cresceu muito, ele cresceu muito e já pulou a APAE faz é tempo. Então, eu acho que ele, hoje, é um projeto de Minas, do mundo, sei lá de onde que ele

é, mas não naquele mundinho, naquela coisa ali da APAE, não é mais (Silvânia, professora e capitã do Congado da APAE-OP, 2016).

Diversas marcas são impostas pela sociedade, seja em decorrência de uma deficiência ou da cor da pele. Assim, ter referências positivas em relação a esses contextos e à oportunidade de conhecê-los, na sociedade ou no meio educacional, se revela como uma possibilidade de contribuir para o combate às desigualdades e para o reconhecimento das diferentes práticas culturais. Essas referências me faltaram durante parte de minha trajetória de vida. Até o momento em que, em minha graduação, me deparei com a possibilidade de conhecer um pouco sobre a cultura do Congado e, conseqüentemente, as questões raciais, até então não tinha nenhuma experiência com essa tradição. Por algumas vezes, cheguei a ver os cortejos dos congadeiros pelas ruas de Ouro Preto, não mais que isso.

Nesse processo, ao vivenciar a prática do Congado e ao ter contato com professores(as) negros e/ou militantes, houve além do encontro com a cultura, o encontro com minha “negritude”, o que possibilitou a legitimação de minhas raízes. Proporcionou-me experienciar, a emoção e o sentido que o encontro da cultura, da história, da religião apresenta, sobretudo, o encontro com a festa, na qual pode compreender a noção de pertencimento não só da cultura local, mas sobretudo racial. Eis aí um ponto a se pensar, a cidade de Ouro Preto se tornou referência dessa manifestação afro-brasileira, devido ao seu processo histórico e às festividades que ainda perseveram em acontecer, mas ainda precisa ser mais reconhecida, pelo meio escolar, como um saber pedagógico e importante representante da cultura negra no Brasil.

Este estudo revela o distanciamento em que se encontra o currículo proposto pelas disciplinas escolares. Fica aqui a incitação de expor métodos de ensino que visem o currículo associado a inclusão social, a valorização da história e da cultura afro-brasileira no ambiente escolar.

Com a experiência investigada, observa-se que há outros aspectos a serem revelados, questões que guardam um potencial para outras pesquisas ou por outros pesquisadores, não só em relação à APAE-OP e às suas atividades pedagógicas (a questão da deficiência e a interferência do Congado na aprendizagem), mas também em relação à perspectiva das famílias e dos demais alunos da APAE-OP sobre a manifestação. Na experiência religiosa podem ser revelados diferentes desdobramentos, assim como na tradição, nos ritos simbólicos, na experiência cultural afro-brasileira, no laço com as demais guardas, na oralidade e nos diversos processos educativos que se dão nessa prática, questões que merecem maior estudo e aprofundamento. Tomo aqui a palavra de um Rei Congo de uma das guardas de Ouro Preto

durante uma conversa informal que tive com ele: “Pode fazer, mestrado, doutorado e não sei mais o quê, que não vai dar para falar tudo sobre Congado. É tanta coisa, mas todas são importantes para nós congadeiros”. Espero que, mesmo em meio a limites e descompassos, esta pesquisa possa oferecer uma pequena perspectiva sobre essa manifestação, que se expressa de forma grandiosa e singular. De alguma maneira espero que essa pesquisa possa impactar na prática dos sujeitos participantes. Penso que assim como eu, as professoras, a escola, o grupo investigado e a capitã Silvânia não são as mesmas pessoas depois dessa pesquisa.

Além da prática congadeira já ser situada em uma amplitude de possibilidades e compreensões, o grupo estudado se revela ainda mais particular. O Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças, um Congado que “era” da APAE-OP, permanece em um entre lugares. Entre a escola e a igreja, entre a prática pedagógica e o espetáculo, entre a fé e a diversão, entre o novo e a tradição, entre o aluno e o congadeiro, entre a professora e a capitã. Nesses enlaces e contrastes, esse grupo de Congado vai direcionando seu caminho e sua história, que extrapolou o pedagógico, como foi revelado em sua implantação. Não sabemos onde chegará, mas temos a certeza de que, seja na APAE-OP, em Ouro Preto ou em diversos outros locais, reconhecido e marcado ele já está. Ele sai da escola e vai para a vida, assim, esse grupo social vem cumprindo o papel de reviver e preservar a cultura congadeira.

*Ô marinheiro é hora, é hora de viajar.
Ô marinheiro é hora, é hora de viajar.
É céu, é terra, é mar.
Ô marinheiro olha o balanço do mar.
É céu, é terra, é mar.
Ô marinheiro olha o balanço do mar.*

(Canto congadeiro)

FONTES DOCUMENTAIS DA APAE-OP

APAE-OP. Estatuto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto. Ouro Preto, 2012.

APAE-OP. Livro de Ata da Assembleia de Constituição da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto, 1982.

APAE-OP. Plano de Ação, 2014/2017.

APAE-OP. Plano de Desenvolvimento Individual, 2014.

APAE-OP. Programa de autogestão, autodefesa e apoio à família no âmbito da política de Assistência social: Plano Político Pedagógico da Escola de Pais, 2015.

APAE-OP. Projeto Político Pedagógico, 2008/2013.

APAE-OP. Projeto Político Pedagógico, 2013/2016.

APAE-OP. Propostas/Atividades pedagógicas socioeducativas (Projetos desempenhados pela APAE-OP).

APAE-OP. Regimento Interno da Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani, 2010.

APAE-OP. Relatórios de Atividades, 2014.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia de Fátima Noronha; PIMENTA, Paula Miranda Alves; SANTOS, Vanessa Aparecida dos. *Histórias, estórias e memórias dos Negros do Rosário na Rota dos Diamantes da Estrada Real em Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. 72 p. (Conselho Nacional e Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq Edital MCT/CNPq n. 14/2009 – Universal)

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. *Os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas*. 2008. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liberlivro, 2005. 70 p.

AMADO, João; FERREIRA, Sônia. Introdução a outras técnicas de recolhas de dados. In: AMADO, João (coord.). *Manual de investigação qualitativa em Educação*. Coimbra: Universty Press, 2013, p. 233-290.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuições a uma Sociologia das Interpretações de Civilizações*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960. 567 p.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. 249 p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, art. 208.

BRASIL. *Lei nº. 11.741/2008*, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

BRASIL. *Lei nº. 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. *Lei nº. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. *Lei nº. 13.005*, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

BRASIL. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (org.). *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. 2. ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008.

CORRÊA, Juliana Aparecida Garcia. *De reinados e de reisados: festa, vida social e experiência coletiva em Justinópolis-MG*. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

COSTA, Karla Tereza Ocelli. *Arturos, Filhos do Rosário: nas práticas sociais, uma história que se revela na Festa de Nossa Senhora do Rosário*. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 1994.

EVARISTO, Maria Luiza Iginio. *Sincretismos, negociações e conflitos: apropriação e inversão do catolicismo nas Irmandades Negras de Nossa Senhora do Rosário na Minas Gerais do século XVIII*. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado acadêmico em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

EVARISTO, Maria Luiza Iginio. *A fé que encanta através do canto e dança no Congado de Ouro Preto*. XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR, *Anais...* Juiz de Fora, MG, 15 a 17 de abr. 2015.

FENAPAES. *Posicionamento do movimento apaeano em defesa da inclusão escolar de pessoas*. 2007.

FEAPAES. *Relatório Final de Avaliação das APAEs*. Avaliação Externa do Sistema APAE / MG - PUC Minas Virtual, 2006.

FIGUEIRA, Emílio. *O que é educação inclusiva*. São Paulo: Brasiliense, 2013. 128 p. (Coleção Primeiros Passos)

FRANÇA, Cecília Cavalieri, POPOFF, Yuri. *Festa mestiça: o congado na sala de aula*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 77 p.

GASPAR, Tarcisio de Souza. *Tapanhuacanga em ruínas: história do Palácio Velho de Ouro Preto (c. 1660-1825)*. 2016. 629 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro, 2005. 77 p.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Revista do Centro de Educação*, Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

GOMES, Nilma Lino (org.). *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº. 10.639/2003*. Brasília: MEC; Unesco, 2012a. 421 p.

GOMES, Nilma Lino. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In: GOMES, Nilma Lino (org.). *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº. 10.639/2003*. Brasília: MEC; Unesco, 2012, p. 19-33.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Edmilson de; ALVES, Aline Neves Rodrigues. As escolas e suas práticas. In: GOMES, Nilma Lino (org.). *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/2003*. Brasília: MEC; Unesco, 2012, p. 73-79.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os Arturos*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000. 631 p.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Ouro Preto da Palavra*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003. 127 p.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XX*. Campinas: Autores Associados, 2012. 211 p.

JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. *APAE: 1954 a 2011 algumas reflexões*. Campinas: Autores Associados, 2013. 80 p.

LUCAS, Glaura “Vamo fazê maravilha!”: avaliação estético-ritual das performances do Reinado pelos congadeiros. *Per Musi - Revista Acadêmica de Música*, Belo Horizonte, n. 24, p. 62-66, jul./dez., 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 123 p.

MALINOSWISKI, Bronislaw. Introdução: objetivo, método e alcance desta investigação. In: MALINOSWISKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 17- 38.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar*. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015. 96 p.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória: o Reinado do Rosário de Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997. 208 p.

MARTINS, Saul. *Folclore brasileiro: Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, Coleção Aprender, 1991. 88 p.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996. 280 p.

MELLO e SOUZA, Marina. *Reis Negros no Brasil escravagista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 390 p.

MOURA, Helena. *O ouro da Liberdade*. A história de Chico Rey. Belo Horizonte: Alis Editora, 1997. 137 p.

NORONHA, Vânia. Lá no céu, cá na terra: mãe e rainha. In: PEREZ, Léa Freitas; MARTINS, Marcos da Costa; GOMES, Rafael Barros (orgs.). *Variações sobre o reinado: um rosário de experiências em louvor a Maria*. Porto Alegre: Medianiz, 2014, p. 101-124.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2008. 368 p.

OLIVEIRA, Cláudia Marques. *Cultura afro-brasileira e educação: significados de ser criança negra e congadeira em Pedro Leopoldo, Minas Gerais*. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*, 2006.

PACHECO, Kátia Monteiro Benedito, ALVES Vera Lúcia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. *ACTA FISIATR*, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

PALAZZI, Solange Sabino. (Org.). *Manifestações da Cultura Popular de Ouro Preto*. Comissão Ouro-pretana de Folclore. Ouro Preto. 2014. 136 p.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. São Paulo: Paulinas, 2007. 311 p. (Coleção Educação em Foco. Série educação, história e cultura).

PEREZ, Léa Freitas. Alguma [mínima] teoria e um pouco de hi[e]stória. In: PEREZ, Léa Freitas; MARTINS, Marcos da Costa; GOMES, Rafael Barros (orgs.). *Variações sobre o reinado: um rosário de experiências em louvor a Maria*. Porto Alegre: Medianiz, 2014, p. 177-195.

SALABERRY, Neusa. *APAE Educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre*. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTANA, Patrícia. *Professores negros*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004. 159 p.

SANTOS, Gláucio Antônio. *Encontros de Ensino Religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana: a laicidade da educação pública em questão*. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

SANTOS, Silvânia Aparecida. *As manifestações culturais como forma de letramento do deficiente intelectual*. 2014. 30 f. Monografia (Pedagogia) – Centro de Educação Aberta e a Distância, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.

SILVA, Fabiana Siqueira. *O congado e a interface com o currículo escolar*. 2014. 96 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Coordenadoria de Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, 2014.

SILVA, Luciene Maria da. A deficiência como expressão da diferença. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 111-133, dez. 2006.

SILVA, Rubens Alves da. Chico Rei Congo no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves (org.). *Imaginário, cotidiano e poder*. São Paulo: Selo Negro, 2007, p. 43-85. (Coleção Afro-brasileira, v. 3)

SILVA, Rubens Alves da. *Negros católicos ou Catolicismo Negro?* Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro. v. 6. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. 160 p. (Coleção Repensando Áfricas).

SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Vívian Parreira da. *Do chocalho ao bastão: processos educativos do terno de congado marinho de São Benedito – Uberlândia-MG*. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SOARES, Dalva Maria. *“Muita religião, seu moço”*: os caminhos de uma congadeira. 2016. 175 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 165 p.

TANAKA, Béatrice. *A história de Chico Rei*. S.l.: SM, 2010. 64 p.

II. Coordenação Pedagógica

Nome (opcional):

Idade:

Pertencimento étnico-racial:

1. Quando formou e como foi sua trajetória até chegar na APAE-OP. Teve alguma formação específica?
 2. Há quanto tempo você trabalha na APAE?
 3. Como é pensado a estratégia pedagógica da APAE-OP?
 4. Em relação a diversidade cultural. Que lugar essa temática ocupa na instituição?
 5. Há projetos e/ou ações que dialogam com a questão da diversidade na instituição? Quais são eles?
 6. Sobre a Lei 10. 639/2003, qual a relação dessa norma educacional para os projetos desenvolvidos na escola?
 7. Esses projetos são incluídos no currículo escolar dos alunos? Como tais saberes são disseminados entre os mesmos?
 8. O Congado é uma prática vivida pelos alunos da APAE? Você sabe como foi o início do Congado na instituição?
 9. O Congado é um projeto da Escola?
 10. Ele se faz presente nas ações pedagógicas? E no currículo escolar?
 11. O Congado é organizado com outros professores? Como os mesmos acompanham essa experiência?
 12. A APAE sede apoio a essa manifestação? Como?
 13. Os ensaios e as festividades do Congado acontecem na APAE? Como os funcionários e demais alunos se inserem nessas ações?
 14. Quando o Congado se apresenta em outras localidades por vezes são identificados como sendo da APAE? O que você acha desse fato?
 15. Como você vê os impactos nos alunos que participam do Congado?
-

III. Professores da APAE-OP

Nome (opcional):

Idade:

Pertencimento étnico-racial:

1. Qual sua formação? Quando formou e como foi sua trajetória até chegar na APAE-OP. Teve alguma formação específica?
 2. Há quanto tempo você trabalha na APAE? Qual a série e disciplina que leciona?
 3. Como é pensado a estratégia pedagógica da APAE-OP?
 4. Conhece a Lei 10. 639/2003? Trabalha essa lei em sua disciplina? Como?
 5. Em relação a diversidade cultural. Que lugar essa temática ocupa em suas aulas?
 6. Você participa de algum projeto na instituição? Qual? Por que?
 7. Você insere esse saber no currículo escolar dos alunos? Como?
 8. O que você sabe sobre o Congado? Tem algum nível de contato com a experiência do Congado?
 9. Você vê possibilidades de desenvolver o Congado em sua disciplina como conhecimento? Por que? Você o faz? Se sim, como? Se não, por que?
-

IV. Grupo Focal com os alunos da APAE que integram o Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças

Nome (ocultar):

Idade:

Pertencimento étnico-racial:

1. Mostra uma foto da imagem de Nossa Senhora do Rosário e questionar quem é, ver o que eles tem a dizer sobre. (Início/aquecimento)
 2. Quem se reconhece como negro? Pardo? Branco? Índio?
 3. O que é Congado?
 4. Como é para vocês fazer parte do Congado?
 5. Participam do Congado a quanto tempo?
 6. O que vocês aprendem no Congado?
 7. O que te levou a participar do Congado? Quem te incentivou?
 8. A participação do Congado mudou algo em suas vidas? O que?
 9. Qual a relação do seu dia-a-dia com o Congado?
 10. O que vocês acham de participar do Congado?
 11. Vocês frequentam alguma igreja? Qual?
 12. Como seus pais e familiares veem a participação de vocês no Congado?
 13. Algum professor já trabalhou do Congado em sala de aula? Qual professor e disciplina?
 14. O que a Silvânia representa para vocês?
-